Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Ricardo Mattes Ambus

ARQUITETURA E PATRIMÔNIO CULTURAL: PAISAGEM PORTUÁRIA EM SÃO FRANCISCO DO SUL

Rio de Janeiro
2019

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Ricardo Mattes Ambus

ARQUITETURA E PATRIMÔNIO CULTURAL: PAISAGEM PORTUÁRIA EM SÃO FRANCISCO DO SUL

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.
Orientador: Prof. Dr. Marcus Tadeu Daniel Ribeiro

Rio de Janeiro
2019

Essa pesquisa foi definida a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional do Escritório Técnico de São Francisco do Sul do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A497

Ambus, Ricardo Mattes.
Arquitetura e Patrimônio Cultural: paisagem portuária em São Francisco do Sul / Ricardo Mattes Ambus – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2019.

128 f.: il.

Orientador: Marcus Tadeu Daniel Ribeiro

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2019.

1. Patrimônio cultural. 2. Arquitetura e urbanismo 3. Preservação. 4. Multidisciplinaridade 5. Paisagem 6. Política cultural 7. Brasil. I. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional II. Título.
CDD 363.690981

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Ricardo Mattes Ambus

“Arquitetura e Patrimônio Cultural: paisagem portuária em São Francisco do Sul”

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 07 de novembro de 2019.

Banca Examinadora

_____

Professor Dr. Marcus Tadeu Daniel Ribeiro (orientador e presidente da Banca)

_____

Professora Dra. Adriana Sanajotti Nakamuta (PEP-MP/IPHAN)

_____

Me. Helena Mendes dos Santos (CLC/DECOF-IPHAN)

_____

Professor Dr. Marcelo da Rocha Silveira (EBA/UFRJ)

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi elaborado graças a competência de diversas pessoas. Sinto-me honrado em fazer parte deste programa de especialização tão raro para a preservação do patrimônio cultural brasileiro. Sou grato a todo corpo de coordenação e docência da Escola do Patrimônio do IPHAN que trabalha diariamente para manter este importante projeto de formação profissional e intelectual para o país.

Dedico este trabalho, em especial, as seguintes pessoas:

Minha mãe Roberta, meu pai Ricardo e meu irmão Alexandre que me acompanham pela vida com amor e solidariedade.

Ao meu companheiro Aldo Oliveira que desde o início desta jornada se prontificou em dar total apoio, credibilidade e confiança na minha produção.

A todas amizades que me acolheram neste período. Ana Giordani que abriu as portas de sua casa facilitando minha estadia no Rio de Janeiro. As minhas amigas e irmãs de afeto Alexandra Comerlato e Letícia Tramontini, que rompem a barreira da distância. As amizades conquistadas em São Francisco do Sul, Victor Hugo e Juliana Rosa, equipe do Escritório Técnico de São Francisco do Sul, em especial a Aline Rocha e Yuri Batalha que acompanharam de perto todo o processo das minhas rotinas práticas.

Ao meu orientador professor Marcus Tadeu Ribeiro que mostrando-se uma pessoa experiente me encorajou em projetar na escrita o meu caótico pensamento. A minha supervisora Liliane Nizzola pela confiança e credibilidade. Aos colegas de mestrado “pepistas”, obrigado pela companhia em sala de aula, bares, churrascos, sambas na Lapa e conversas motivacionais.

A aqueles que amo.

“Para quem quer se soltar invento o cais
Invento mais que a solidão me dá
Invento lua nova a clarear
Invento o amor e sei a dor de me lançar
Eu queria ser feliz
Invento o mar
Invento em mim o sonhador
Para quem quer me seguir eu quero mais
Tenho o caminho do que sempre quis
E um saveiro pronto pra partir
Invento o cais
E sei a vez de me lançar”
(Milton Nascimento e Ronaldo Bastos,1972. Cais)

RESUMO

Esta dissertação de mestrado apresenta estudos relacionados à área de conhecimento da Arquitetura e Urbanismo, transversais ao campo multidisciplinar do Patrimônio Cultural. Estes estudos tiveram como objeto de pesquisa o Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul, constituído de um recorte de paisagem identificada como patrimônio cultural brasileiro de valor documental histórico. Neste caminho buscamos investigar a materialidade tombada na paisagem com intuito de subsidiar novas ferramentas de preservação. Assim realizamos as seguintes operações de pesquisa junto a este objeto: a) reflexão acerca da atuação do arquiteto e urbanista na contemporaneidade e o potencial de uso do patrimônio cultural urbano como forma de ação política; b) revisão dos valores culturais atribuídos a este patrimônio cultural em questão; c) investigação da materialidade documentada utilizando o método arqueológico elaborado por Michael Foucault, numa abordagem das arquiteturas; d) construção de mapas para proposição de uma poligonal de entorno à área de tombamento através da identificação de setores; e) proposição de trabalho na paisagem tombada enquanto documento histórico dinâmico e passível de estetização.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura; Patrimônio Cultural; Preservação; Paisagem; Porto.

ABSTRACT

This master dissertation presents studies about Architecture and Urbanism, transversal subjects related to the multidisciplinary area of Cultural Heritage. The object of this research is the historical area at the city of São Francisco do Sul, which is landscape identified as Brazilian cultural heritage with important historical value. In this way we seek to investigate the materiality at the protected landscape in order to subsidize new preservation tools. To reach this goal we carry out the following research operations: a) reflect about the contemporary role of architects and urbanists, and the potential use of urban cultural heritage as a form of political action; b) review the cultural values attributed in this process of transforming a landscape in a protected one; c) investigate the documented materiality using the archaeological method elaborated by Michael Foucault, with an architectural approach; d) construct maps for proposing a polygonal surrounding the protected area, through the identification of sectors; e) propose that an heritage landscape is a dynamic historical document, that must be managed with a aestheticizing approach.

KEYWORDS: Architecture; Cultural Heritage; Preservation; Landscape; Port.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Orla do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul, na sua composição paisagística integrada ao mar e a Mata Atlântica, entre arquiteturas históricas e o porto ao fundo. Fonte: AMBUS, 2019.

Figura 2 - Município de São Francisco do Sul e implantação do Centro Histórico e Paisagístico. Fonte: AMBUS, 2019. Adaptado de Google Maps e Arquivo Iconográfico Digital ETec-SFS.

Figura 3 - Trecho da orla do Cetro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul, com Mercado Municipal ao centro. Fonte: AMBUS, 2019

Figura 4 Fotografia do Centro Histórico e Paisagístio de São Francisco do Sul a partir da vista do Morro do Hospício. Fonte: AMBUS, 2019. Fonte: AMBUS, 2019

Figura 5 - Orla portuária de São Francisco do Sul (s.d.). Fonte: Arquivo Iconográfico Digital do ETec-SFS.

Figura 6 - Planta de São Francisco do Sul no início do século XX com a implementação da rede ferroviária. Fonte: Arquivo Iconográfico Digital do ETec-SFS.

Figura 7 - São Francisco do Sul com características coloniais (s.d). Fonte: Arquivo Iconográfico Digital do ETec-SFS.

Figura 8 - Procissão religiosa no mar da baía Babitonga (s. d.). Fonte: Arquivo Iconográfico Digital do ETec-SFS.

Figura 9 - Vista aérea do Sambaqui Garopaba do Sul, popularmente conhecido “elefante branco”, no município de Jaguaruna em Santa Catarina. - Fonte: DEMATHÉ, 2014

Figura 10 - Sambaqui Enseada I, localizado nas áreas de mar aberto da ilha de São Francisco do Sul. Sua escala e tamanho afirmam a monumentalidade em relação à cidade urbanizada. Fonte: AMBUS, 2019.

Figura 11 - Investigação da materialidade das arquiteturas coloniais de São Francisco do Sul; 1. Materialidade do sambaqui Enseada I; 2. Materialidade da parede da habitação colonial do séc. XVIII em ruína. 3 , 4, 5 e 6. Afloramento da materialidade de concheiros e materiais orgânicos da ruína colonial. Fonte: AMBUS, 2019.

Figura 12 – Ruinas da Igreja São José, (Morro do Hospício) (s.d.) Fonte: Arquivo Iconográfico Digital do Escritório Técnico do IPHAN de São Francisco do Sul.

Figura 13 - Primeiro traçado urbano de São Francisco do Sul a partir das relações espaciais com a orla de uso portuário. Fonte: IPHAN, 1987 p. 32

Figura 14 - Fotografia no pátio do mercado público, com a população nitidamente mestiça. Fonte: Arquivo Iconográfico Digital do ETec-SFS.

Figura 15 - Fotografias da empresa de estocagem Hoepcke & Cia no início do século XIX. Fonte: Arquivo Iconográfico Digital do ETec-SFS.

Figura 16 - Cartão Postal com fotografia da Rua Babitonga movimentada. A esquerda o prédio da Alfândega e o Clube. (s. d.) Fonte: Arquivo Iconográfico Digital do ETec-SFS.

Figura 17 - Cartão Postal com fotografia da Igreja Matriz a esquerda (s.d.) Fonte: Arquivo Iconográfico Digital do ETec-SFS.

Figura 18 - Edificação da Marinha do Brasil inaugurada durante a visita de Getúlio Vargas (s.d..). Fonte: Arquivo Iconográfico Digital do ETec-SFS.

Figura 19 – Fotografia da rua Dr. Hercílio Luz. Ao centro Cine Marajá (atual Cine Teatro X de Novembro) e mais a direita Prefeitura Municipal (s.d). Fonte. Arquivo Iconográfico Digital do Etec-SFS

Figura 20 - Fotografia do prédio dos Correios e Telégrafos à esquerda, na praça central, junto à um conjunto de arquiteturas coloniais à direita.. Fonte: Arquivo Iconográfico Digital do ETec-SFS.

Figura 21 - Recorte de jornal local da notícia da restauração de um casarão colonial. (s. d.). Fonte: Arquivo Iconográfico Digital do ETec-SFS.

Figura 22 - Hotel Zibamba com uma multiplicação de elementos da arquitetura colonial reinterpretados através do estilo neocolonial. Fonte: Arquivo Iconográfico Digital do ETec-SFS.

Figura 23 - Mapa do Projeto do Programa Monumenta para requalificação urbana do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul Fonte: BONDUKI, 2010, p. 118.

Figura 24 - Museu Nacional do Mar, antigos armazéns Hopcke & CIA. Fonte: AMBUS, 2019.

Figura 25 – Diagrama do resultado da análise do comportamento das arquiteturas do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul através do método arqueológico. Fonte: AMBUS, 2019.

Figura 26 - Visada do Morro do Pão de Açúcar para o Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul. Fonte: AMBUS, 2019

Figura 27 - Vista aérea de São Francisco do Sul (s. d.). Destacamos em verde a cadeia de morros que contorna e protege a paisagem tombada das expansões urbanas do interior da ilha. Em tracejado laranja a visada do Morro do Pão de Açucar. Fonte: Arquivo Iconográfico Digital do ETec-SFS.

Figura 28 - Proposta de setorização de entorno para o Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul. Fonte. AMBUS 2019.

Figura 29 - Proposta de poligonal de entorno para o Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul. Fonte. AMBUS 2019.

Figura 30 – Agrupamento de exemplos de arquiteturas coloniais São Francisco do Sul. 1. 2. 3. 4. 5. Habitações térreas ao alinhamento do passeio público. 6.7.8. Casarões coloniais de um pavimento e/ou janelas altas.
Fonte: AMBUS, 2019.

Figura 31 – Casarão colonial de um pavimento junto a rua Babitonga. Ao fundo Igreja Matriz. Fonte: AMBUS, 2019.

Figura 32 - Agrupamento de arquiteturas de imigração de São Francisco do Sul. 1.2. Casas com fachada junto ao passeio. 4.5.6. Casas tipo chalés. 7.8.9. Galerias comerciais junto a rua da praia. Fonte: AMBUS, 2019

Figura 33 – Orla de São Francisco do Sul com Clube XXIV de Janeiro ao centro em rosa e alfândega em amarelo a direita. Fonte: AMBUS, 2019

Figura 34 - Exemplares de arquiteturas protomodernas e *art déco* de São Francisco do Sul. 1. Edificação de uso comercial, com formas aerodinâmicas. 2.Cine Teatro X de Novembro, com fachada marcada pelo escalonamento vertical. 3. Habitação com formas aerodinâmicas, uso de pilotis e janelas tipo escotilhas. 4.Sindicato com fachada de sobriedade formal 5. Habitação com sacada tipo convés. 6. Habitação com fachada assimétrica e sacada com curvatura. 7. Habitação com laje sustentada por pilotis. 8. Fachada assimétrica com garagem e recuo no alinhamento do térreo. Fonte: AMBUS, 2019

Figura 35 – Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul. Exemplar *art déco*. Fonte: AMBUS, 2019

Figura 36 - Agrupamento de arquiteturas historicistas de São Francisco do Sul. 1. Casa neocolonial. 2. Pousada Zibamba. 3. Casa colonial restaurada que abriga Casa de Cultura municipal. 4.Fonte: AMBUS, 2019

Figura 37 – Terminal Marítimo de passageiros do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul. Obra de restauração do Programa Monumenta em 2011. Fonte: AMBUS, 2019

Figura 38 – Ocupação Cais José Estelita Recife/PE em 2016. Fonte: g1.globo.com

Figura 39 – Rua Babitonga durante o evento anual da Festa das Tradições da Ilha em 2018. São Francisco do Sul. Fonte: AMBUS, 2019.

LISTA DE ABREVIATURAS

AP – Antes do Presente

BNH – Banco Nacional da Habitação

CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo

ETec/SFS – Escritório Técnico de São Francisco do Sul

INEPAC - Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro

IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MINIPLAN – Ministério do Planejamento

PCH – Programa Cidades Históricas

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

ZEP – Zona Especial de Proteção

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 14

2. CORPO E ESPAÇO DE PESQUISA: SE POSICIONANDO A PARTIR DE UMA ARQUITETURA TRANSDISCIPLINAR 21

2.1. Patrimônio cultural urbano como forma de ação política..... 23

2.2. Um porto no Brasil: paisagem histórica de São Francisco do Sul..... 26

2.2.1. Valor histórico do Patrimônio Cultural 33

2.2.2. Valor paisagístico do Patrimônio Cultural 37

3. ANÁLISE DA PAISAGEM TOMBADA: UMA ABORDAGEM ARQUEOLÓGICA ATRAVÉS DAS ARQUITETURAS 42

3.1. Paisagem paleo-americana: a construção de sambaquis para reunião dos povos e habitação dos mortos 44

3.2. Paisagem colonial litorânea: vila portuária vernacular 52

3.3. Formação da malha urbana colonial portuária 56

3.4. Imigrações e primeiras reformas urbanas 61

3.5. Estado Novo e o *art déco* na paisagem portuária 71

3.6. Restauração da paisagem portuária como histórica 76

4. ESTUDOS DE PRESERVAÇÃO PARA O CENTRO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO DE SÃO FRANCISCO DO SUL 86

4.1. Poligonal de entorno para a paisagem tombada: natureza, porto e arquiteturas 88

4.1.1. Setorização das áreas de vizinhança imediata 92

4.2. Trabalho da paisagem tombada como documento histórico 103

5.CONCLUSÕES FINAIS: PAISAGEM PORTUÁRIA E CULTURAS HÍBRIDAS 115

1. INTRODUÇÃO

Faremos aqui um exercício reflexivo consequência da insurgência de práticas diversas de ocupação e uso cultural das áreas portuárias no Brasil do século XXI. Vivemos em uma sociedade em que os princípios de formação da trama urbana baseiam-se historicamente no mercado de exportação e importação de insumos, equipamentos e manufatura, o que torna as áreas portuárias nervais para a reprodução contemporânea do capital. Os portos[1], nem totalmente terrestres nem somente marinhos, se configuram como espaços intersticiais de acontecimentos culturais curvilíneos, sintetizados numa dinâmica que impõem horas dentro d'água e horas fora; produzindo um constante e conflituoso choque entre culturas.

As áreas portuárias, ao longo de séculos de formação das, hoje consolidadas, cidades brasileiras atuaram enquanto espaços de intermédio de uma formação política e estrutural nacional baseada em polos opostos; territórios de consumo e territórios de produção; metrópole e colônia; desenvolvidos e subdesenvolvidos. Após séculos de intenso consumo, intervenção e ressignificações estas diferentes áreas litorâneas que marcaram o início da urbanização do país flutuam hoje em certo limbo vocacional, fragmentadas por diferentes arquiteturas passadas sem uma aparente relação, englobam antigos lugares de habitação, comércio, indústria e concomitante abandono constatados no atual arruinamento de antigos bairros portuários restantes. Hoje constatamos grandes áreas subutilizadas em situação de ruínas e conflitos de uso; galpões, cais, docas, mercados etc., despertam questões como o direito à cidade e à memória social em contraponto ao consumo capital da terra aflorando debates políticos acerca do futuro de antigas áreas portuárias brasileiras.

Assim, este trabalho busca refletir sobre a relevância da preservação cultural das paisagens portuárias brasileiras tomando como referência a Arquitetura[2]. Ele objetiva, ainda, ofertar uma visão sobre a cultura portuária enquanto fato cultural memorável dentro da história da urbanização brasileira fundada na fronteira marítima. Para efetivar tais objetivos, desenvolvemos um diálogo oportuno entre uma específica paisagem portuária consolidada como patrimônio cultural nacional e seu papel na história da formação da rede urbana brasileira, em específico, sobre o papel do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul,

[1] Podemos sintetizar que um porto é um local na costa que abriga os barcos: um porto de pesca; um porto de mar. PORTO in: LEXICO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2018. Disponível em: https://www. lexico. pt/porto_2/ Acesso em: 04/07/2019.

[2] Neste trabalho, trataremos arquitetura com "A" maiúsculo, para reforçar seu papel teórico conforme os estudos de BARDI (1957).

constituído de uma paisagem histórica consagrada como patrimônio cultural nacional[3] do estado de Santa Catarina, na história brasileira como cidade portuária responsável pelo desenvolvimento urbano do litoral norte catarinense.

Tematizamos, então, o patrimônio cultural numa perspectiva multidisciplinar ancorada na Arquitetura a partir da reflexão sobre o patrimônio cultural material de São Francisco do Sul, considerando tal formação uma paisagem histórica construída por diferentes processos culturais a partir de relações do habitante com o mar. A reflexão aqui proposta delineia-se especialmente em torno do patrimônio material edificado que oferta uma paisagem portuária histórica. A paisagem em questão apresenta-se como um importante documento urbano da historicidade de uma população intrínseca a atividades portuárias[4].

A contínua atividade portuária convém pela favorável implantação da malha urbana, em um sítio de águas calmas e morros de intensa vegetação e água potável. Assim, a malha urbana inicial se desenvolveu condicionada por características geográficas e também pela contínua atividade portuária. Inserida em uma ilha na baía Babitonga, de frente a mananciais da Serra do Mar, este assentamento germinou a partir da relação direta com o ambiente de estuário, protegido do vento sul por abundantes morros de Mata Atlântica, providos de água e alimentos do generoso mar da baía. Desenvolvida inicialmente durante o século XVII, sua orla constituída como eixo principal, é o alicerce do resultado compositivo desta paisagem portuária valorada enquanto patrimônio cultural urbano brasileiro.

A característica cultural de ocupação portuária manifestada nesta paisagem histórica é referência para sua leitura e interpretação. Característico de habitantes de ilhas, a cidade se constituiu a partir das relações com o mar circundante, absorvendo pessoas, culturas e coisas estrangeiras, passageiras ou permanentes que marcam sua passagem no local em diferentes recortes temporais. Este entendimento das relações socioculturais e ambientais da população tornou-se fator primordial no seu processo de valoração patrimonial; incorrendo a importância do delineamento da poligonal de tombamento e seu papel crucial na assimilação cultural e estética de um antigo bairro portuário. Considerando o contexto espacial da pesquisa, coube

---

[3] Este recorte foi desenvolvido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN através do processo de tombamento nº 1163-T-85.

[4] É importante salientar a relevância documental que a localidade representa para o país. ‘Foi em São Francisco do Sul a primeira povoação estável criada no litoral catarinense e, (...) a partir da segunda metade do Séc. XIX, e do início do atual, através da Estrada Dona Francisca e do ramal ferroviário da São Paulo-Rio Grande haver estreitado seus laços com o interior do Estado, desde sua criação até hoje manteve a tradição, pois a relação de seus habitantes com o mar é, na realidade, toda a verdadeira história, não só através da pesca de subsistência, do transporte individual ou coletivo em canoas, como, sobretudo, pela nunca interrompida atividade portuária, base de toda sua economia, escoadora que é hoje a produção do norte industrializado do Estado e das regiões vizinhas. (IPHAN, 1987, p. 63)

questionar: como este patrimônio cultural de São Francisco do Sul pode ser descrito historicamente a partir dos aspectos paisagísticos? Como relacionar a identidade cultural vivenciada em São Francisco do Sul com a materialidade tombada enquanto paisagem portuária?

Para responder a essas questões e realizar a análise histórica que se fala, utilizamos a metodologia de análise historiográfica desenvolvido por Foucault (1969), conhecida como "método arqueológico" através dos seguintes procedimentos de pesquisa: 1 – Pesquisa bibliográfica, referenciada nos conceitos de história, paisagem e documento que possibilitou uma imersão teórica e conceitual no campo de pesquisa do Patrimônio e da Arquitetura; 2 – Análise documental, tendo como referência os diferentes "tipos" de documentos pertencentes ao objeto da pesquisa, disponíveis em espaços materiais e virtuais de pesquisa; 3 – Pesquisa de campo, subsidiada pelo olhar crítico do pesquisador em relação aos vestígios paisagísticos do patrimônio material edificado, capturados através de fotografias digitais de dispositivos móveis[5]. Esses procedimentos tiveram como objetivo produzir um material constituído a partir dos estudos *in loco* dos diferentes aspectos do problema de pesquisa voltado a preservação do patrimônio cultural em questão, e teve como referência a produção de novos instrumentos de preservação e gestão.

Sob um pano de fundo institucional, a produção desse estudo e instrumentos de preservação teve como objetivo também atender a demandas técnicas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, direcionadas pelo edital público do Mestrado Profissional de 2017. Entre tais demandas, destaca-se estudo das tipologias arquitetônicas presentes no Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul, tendo em vista subsidiar sua gestão, preservação, delimitação de poligonal de entorno e normatização da área tombada.

Na perspectiva de um olhar voltado ao entendimento da multidisciplinaridade de aspectos que constituem um bem patrimonial urbano, tornou-se necessário articular questões históricas, arquitetônicas, urbanísticas, paisagísticas, geográficas, arqueológicas, jurídicas, sociais e políticas que dizem respeito a prática de preservação deste patrimônio urbano em específico. Esta demanda teve como objetivo: a) subsidiar a gestão efetiva deste patrimônio cultural enquanto centro histórico e paisagístico através do planejamento das áreas tombadas e de

[5] Durante as cotidianas saídas a campo do decorrer dessa pesquisa, como metodologia empírica de estudo, utilizaram-se fotografias captadas pela tela digital de resolução 16:9 megapixels do dispositivo móvel MotoG5. Como resultado conceptivo dessa experiência visual, foram concebidos mosaicos de estilos arquitetônicos e panorâmicas da paisagem histórica objeto de análise.

entorno; b) refletir sobre as práticas de preservação no campo da Arquitetura e do patrimônio cultural, tangentes à poligonal de tombamento do Centro Histórico de São Francisco do Sul.

Cabe destacar que este trabalho é resultado de um processo de estudos sobre a preservação deste bem cultural urbano que vem sendo constantemente desenvolvido pelos técnicos do Escritório Técnico de São Francisco do Sul e da Superintendência de Santa Catarina, além de outros alunos do Programa de Especialização em Preservação do IPHAN. Além disso, no campo da especialização profissional através das atividades supervisionadas, acompanhei o processo de Revisão do Plano Diretor do município de São Francisco do Sul[6] como representante titular do IPHAN no Núcleo Gestor, e também como membro do grupo Pró-Babitonga[7], de estudos e ações acerca da gestão ecossistêmica dos municípios associados à baía Babitonga.

Na área que integra a paisagem tombada, há um riquíssimo acervo de pequenas arquiteturas históricas diversas, preservadas em uma malha urbana de característica portuária do século XVII. Essa materialidade documenta na paisagem tombada a imagem de um antigo bairro portuário preenchido por frondosos morros de Mata Atlântica que conduzem sua qualidade paisagística de característica histórica e híbrida; estreitas ladeiras de pedra que afluem diretamente ao mar da baía Babitonga aos pés da Serra do Mar, em trapiches e decks alinhavando casarões históricos de diferentes expressões arquitetônicas estrangeiras. Essa apropriação da paisagem natural pelo estrangeiro aportado preponderou a região da orla como articulador dos fluxos sociais, apropriando-se da geografia, e sendo apropriada por ela, conduzindo a identidade de bairro misto de características portuárias.

Hoje essa paisagem histórica transmite uma identidade cultural moldada por diferentes tempos, imigrantes, histórias e expressões; culturas desterradas que ancoraram na ilha e modelaram coletivamente a atual paisagem portuária. Na contemporaneidade, com impactos da globalização, das investidas de capitais privados, alta imigração, e a consequente necessidade urbana de ofertar espaços públicos de convivência e cultivo da cultura regional, compreende-se a urgência em estudar documentos históricos referenciais sobre a implementação de programas arquitetônicos democráticos, trocas culturais de manutenção das diferenças, possibilitando o desenvolvimento sociocultural das populações diversificadas, fragmentadas e desterritorializadas do século XXI.

Essa característica torna o estudo da paisagem portuária de São Francisco do Sul, complexo e enriquecedor para estudos culturais acerca da história urbana brasileira; processos culturais

[6] Decreto Municipal de São Francisco do Sul nº 2832 de 10 de abril de 2018.
[7] Decreto Estadual de Santa Catarina nº 832 de 23 de agosto de 2016.

sobre imigração e apropriação cultural; formação e edificação de uma paisagem heterogênea intrínseca à paisagem natural; mestiçagem, diferença, multiculturalismo e hibridação cultural. Compreendendo que a paisagem urbana em questão nessa pesquisa apresenta histórias plurais, o que importa é não apenas o seu estudo, mas uma contribuição ao debate sobre a preservação dos diversos patrimônios urbanos distribuídos pelo país, alvos cotidianos de incansáveis especulações e, de outro lado, de ações destinadas à promoção da cultura brasileira.

Além disso, grandes investimentos industriais de ampliações do mercado portuário também buscam novas áreas para expansão, impactando diretamente os fluxos destas fronteiras marítimas e o seu meio-ambiente, sendo este primordial para vivacidade das paisagens históricas. Esses empreendimentos, dentro de uma lógica aproveitadora de crise institucional nacional, buscam adquirir importantes terras brasileiras para implementação de poluentes equipamentos portuários que corroem a organicidade sociocultural local e a biodiversidade com empregos precários, produtos baratos e ambientes hostis.

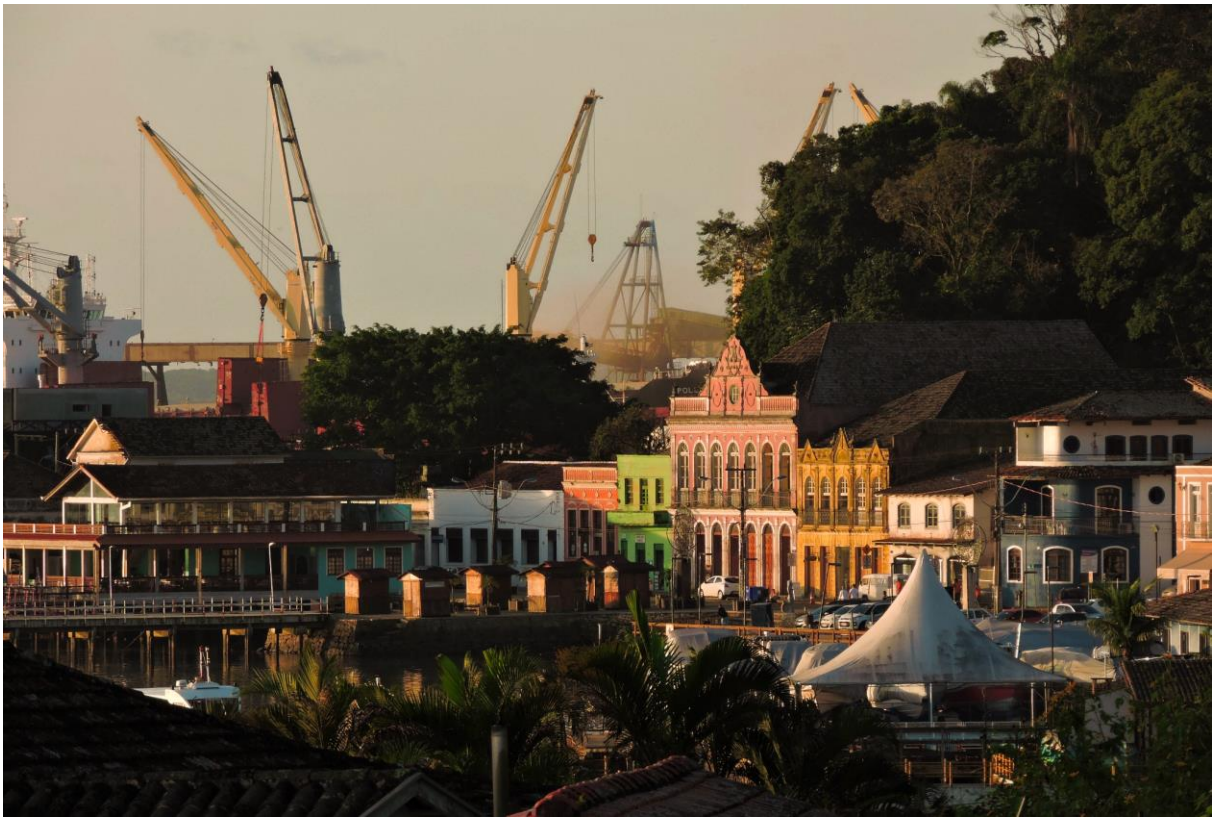


Figura 1 - Orla do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul, na sua composição paisagística integrada ao mar e a Mata Atlântica, entre arquiteturas históricas e o porto ao fundo. Fonte: AMBUS, 2019.

Temos a paisagem histórica de São Francisco do Sul como patrimônio cultural brasileiro de vocação portuária adquirida ao longo do tempo pela continuidade desta prática social por

diferentes gerações e estrangeiros, construindo uma paisagem diversa e exemplar. Buscamos então narrativas que multipliquem e conduzam o pensar de populações e gestores urbanos a refletir sobre o uso e a importância da historicidade da arquitetura e da relação cultural com o ambiente marinho, para a consolidação de uma urbanização que exerça qualidades paisagísticas positivas. A produção desta investigação foi realizada, então, através da análise da paisagem tombada enquanto documento histórico que contém informações importantes sobre a urbanização da região norte catarinense, conduzindo a construção de narrativas baseadas em vestígios arquitetônicos materiais.

Conduzimos este estudo partindo então do capítulo dois, onde apresentamos os alicerces que iremos conduzir este trabalho. Neste capítulo, introduzimos os caminhos teóricos que percorremos e os partidos conceituais que tomamos. De início buscamos uma reflexão possível sobre o papel do arquiteto e urbanista do século XXI enquanto um restaurador das cidades comprometidas pela espacialização desordenada do capital. Apresentamos o conceito de patrimônio cultural que trabalhamos e o objeto de pesquisa analisado, suas possibilidades de uso e a identidade institucional que este representa ao país.

No terceiro capítulo, desenvolvemos a análise do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul, objeto então de pesquisa, através do método arqueológico desenvolvido por Foucault (1969). Utilizamos a materialidade edificada na paisagem como fonte de leitura e interpretação, pressupondo esta como um documento histórico, instrumento que possibilitou seu recorte enquanto patrimônio cultural através do tombamento federal. Conduzimos, então, uma construção da historicidade documentada na paisagem histórica através de camadas, estratos de rupturas do comportamento das arquiteturas.

Por fim, apresentamos no capítulo quatro estudos propositivos para preservação do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul. Produzimos primeiramente um estudo de delimitação de uma poligonal de entorno que abarca a preservação das características paisagísticas e naturais do sítio tombado, através do alargamento das áreas de proteção, a fim de amortecer impactos nocivos à materialidade tombada. A construção dessa poligonal de entorno foi conduzida através da divisão de setores distintos da paisagem, próprios do trabalho do campo técnico do planejamento urbano de sítios tombados.

Trabalhamos neste mesmo capítulo a questão conceitual do trabalho do documento, buscando na paisagem histórica uma estetização conduzida através da preservação da materialidade tombada, da identidade cultural e da continuidade histórica. Essa reflexão conceitual propõe trabalhar o documento através das características de tombamento, que propiciam a imagem da paisagem tombada. Propomos, então, o agenciamento das arquiteturas

históricas através do uso da análise arqueológica apresentada no capítulo três, buscando produzir visualidades estimulantes a partir do que aqui foi analisado historicamente, construindo um acervo de estilos arquitetônicos locais.

Para produzir a visualidade desse acervo estilístico da paisagem tombada, baseado na análise histórica arqueológica do documento urbano como prática de pesquisa, foi condicionado habitar o lugar, caminhar constantemente, criar uma rotina, se alimentar, comprar, conversar, descobrir, se incomodar, deslumbrar, enfim, ser um morador da ilha de São Francisco do Sul. Tornou-se necessário então "cair em armadilhas diárias" produzidas pela paisagem, enfrentar climas úmidos e absurdamente quentes, estranhos becos e ladeiras, pessoas e animais na busca de fontes materiais, visuais e bibliográficas, para poder exprimir da paisagem material o não dito. Este processo de pesquisa conduziu o olhar para a escala humana na participação da paisagem e suas singularidades culturais. Observar e trabalhar a composição visual das camadas construídas de arquiteturas passadas na intenção de compor uma estética da paisagem portuária histórica.

Além disso, o esforço que buscamos desenvolver nesta pesquisa procura dar conta da continuidade dos trabalhos do campo da preservação do patrimônio cultural, em específico dos usos contemporâneos da história da arquitetura e urbanismo de forma multidisciplinar. Contudo, devemos esclarecer que não buscamos verdades e nem desconsideramos outros trabalhos interpretativos acerca dessa problemática. Porém, ponderamos que as políticas de preservação cultural, principalmente essas atreladas à urbanidade, devem acompanhar a mutação e dinamicidade característica do comportamento das cidades contemporâneas. Por essa razão, o trabalho apresentado aqui deve ser lido como uma possibilidade, mas nunca como uma conclusão de pretensões definitivas.

1. CORPO E ESPAÇO DE PESQUISA: SE POSICIONANDO A PARTIR DE UMA ARQUITETURA TRANSDISCIPLINAR

Este primeiro capítulo reflete o espaço de diálogo que esta pesquisa parte dentro do campo da Arquitetura e do Patrimônio Cultural. Trabalhamos especificamente na perspectiva de adotar posturas atualizadas e coerentes com as problemáticas do presente destes campos de saberes, investigando inicialmente a postura do arquiteto e urbanista para o século XXI; em seguida, refletimos sobre os usos do patrimônio cultural como recurso de desenvolvimento sociocultural, tomando o recorte do patrimônio cultural em análise, sua identidade cultural e seus aspectos institucionais. Essa necessidade surgiu para prosseguirmos com a leitura e análise deste patrimônio cultural enquanto documento histórico e consequente recurso instrumental sociocultural.

Durante o colóquio *Homem, cidade, natureza: a cultura hoje,* organizado pela UNESCO em 1992 no Rio de Janeiro, o filósofo Félix Guattari apresentou sua reflexão acerca das perspectivas de urbanização do século XXI, cabendo, ao arquiteto urbanista, o trabalho de restaurar as cidades comprometidas pela espacialização do capital através de estratégias de subjetivação do espaço construído. Em seu artigo intitulado *Restauração da Cidade Subjetiva*, o autor apresentou pontos ao desequilíbrio evolutivo da urbanização economicista e competitiva entre empresas e populações. Nas palavras do autor,

> [...] os urbanistas não poderão mais se contentar em definir a cidade em termos de espacialidade. Não é mais um problema dentre outro; é o problema número um, o problema-cruzamento das questões econômicas, sociais e culturais. A cidade produz o destino da humanidade: suas promoções, assim como suas segregações, a formação de suas elites, o futuro da inovação social, da criação em todos os domínios. Constata-se muito frequentemente um desconhecimento deste aspecto global das problemáticas urbanas como meio de produção da subjetividade[8].

Ao problematizar o drama que confronta o papel do arquiteto urbanista na atualidade, Guattari (2012) desloca o credo das vanguardas modernistas do século XX que destacavam o desenho como o grande qualificador do espaço urbano através do cumprimento de "necessidades fundamentais". Lança o papel deste ator da espacialidade humana à *transdisciplinaridade*. Para o autor supracitado, a perspectiva universalista do modernismo definitivamente acabou, não nas vias de um "pós-modernismo" de excessos, mas na

[8] GUATARRI, F. 2012, p. 153.

singularização dos espaços, com perspectivas estéticas funcionais e uma ecologia social entre todos atores urbanos. Segundo o autor,

> O artista polissêmico, polifônico, que o arquiteto e o urbanista devem se tornar, trabalha com uma matéria urbana que não é universal, com projetos individuais e coletivos que evoluem cada vez mais rápido e cuja singularidade – inclusive estética – deve ser atualizada através de uma verdadeira maiêutica, implicando, em particular, procedimentos de análise institucional e de exploração das formas coletivas do inconsciente. Nessas condições, o projeto deve ser considerado em seu movimento, em sua dialética. Ele é chamado a se tornar uma cartografia multidimensional da produção de subjetividade, cujos operadores serão o arquiteto e o urbanista[9].

Nessa citação, o filósofo evidencia a necessidade de conduzir a matéria urbana a uma "verdadeira maiêutica", cabendo ao arquiteto e urbanista exprimir contradições e novos conceitos a partir do construído; fazer despertar e restaurar subjetividades na espacialidade. Este método socrático que é a maiêutica, consiste na arte de parturejar, ou em outras palavras, dar existência, "dar à luz". Como forma de ter novas ideias de si mesmo a partir da multiplicação de perguntas, esta técnica socrática mostra-se efetiva ao arquiteto e urbanista do já iniciado século XXI. Além de técnica projetual dialética do espaço, esta serve como exercício auto reflexivo aos propósitos de trabalho enquanto restauradores das cidades contemporâneas comprometidas pela espacialização segregada do capitalismo. Indo além, ao falar da subjetividade atrelada ao espaço urbano, o autor afirma a necessidade de "[...] uma apreensão que se esforçará para articular pontos de singularidade (por exemplo, uma configuração particular do terreno ou do meio ambiente)"[10].

Seguindo este caminho de espaços singulares, vemos os centros históricos brasileiros como nós de singularidades, espaços que hoje detêm uma gama de arquiteturas históricas preservadas nas paisagens urbanas passíveis de interpretações das mais variadas a partir da nossa demanda na contemporaneidade. Propomos, então, exprimir narrativas históricas destes espaços, em um esforço maiêutico a partir da materialidade histórica construída.

No recorte de uma paisagem portuária, interpretamos os resultados paisagísticos compositivos do fenômeno urbano a partir das relações culturais com o mar enquanto lugar de intensa troca cultural, extração de matéria prima marinha, construção de habitações estrangeiras, desenvolvimento de práticas de comércio e industrialização internacional; este que sintetiza uma intensa mutação social mediada por diferentes processos culturais. Por essa razão, o trabalho proposto aqui busca **investigar, embasar e discutir** os valores identificados no

[9] GUATARRI, F. 2012, p. 156.
[10] GUATARRI, F. 2012, p. 157.

processo de tombamento deste patrimônio enquanto centro histórico de características portuárias. Para isso aplicamos um método arqueológico de análise da paisagem tombada enquanto documento histórico, na busca de descrever marcas e vestígios materiais que dialogassem com a ideia de lugar histórico e paisagem portuária.

2.1 PATRIMÔNIO CULTURAL URBANO COMO FORMA DE AÇÃO POLÍTICA

Vimos que na atualidade, a gestão dos espaços urbanos demanda do arquiteto e urbanista ações transdisciplinares que conduzem as formas e meios de ocupar diferentes espaços públicos, cidades ou paisagens através de uma ecologia entre os atores urbanos. No que diz respeito a subjetividade das cidades contemporâneas, os patrimônios culturais urbanos surgem enquanto singularidades, espaços diferenciados que, na maioria dos casos, já não possuem os mesmos usos dos quais foram construídos. Por essa razão, propor novos usos a lugares defasados, adaptando-os ao presente, permite o desenvolvimento de ações de restauração capazes de despertar subjetivações, projeções existenciais.

Assim, a categoria do patrimônio cultural material voltada a edificações e conjuntos urbanos, perdem gradativamente aspectos historicistas e preservacionistas para espaços de pesquisa, experimentação criativa e consequente recurso ao desenvolvimento sociocultural. Justamente por apresentar singularidades em suas formas, estes lugares possuem a força motriz capaz de deslocar os corpos para outras formas de interação com a arquitetura.

Por essa razão, trataremos aqui neste trabalho, o conceito de patrimônio cultural enquanto uma narrativa. Para o antropólogo brasileiro José Reginaldo dos Santos Gonçalves (2012) os discursos providos das políticas patrimoniais nacionais produzidas até então são narrativas de perda e busca de autenticidade simbólica para constituição de uma nação. Para o referido autor, “as narrativas de patrimônio cultural são alegorias da formação nacional”[11]. Na busca dessa formação nacional, os discursos patrimoniais ponderaram principalmente uma tentativa de unificação da identidade nacional através dos aspectos sociais e econômicos da sociedade brasileira. Dessa maneira, hoje ao tratarmos o patrimônio cultural como alegoria,

[11] GONGALVES, J. R. dos S. 2012, p. 114.

para além dos discursos nacionalistas, o espaço urbano histórico surge como recurso discursivo para ações políticas de subjetivação da vida contemporânea. Como cita este mesmo autor:

> Neste estudo, estou interessado nos aspectos simbólicos desse processo, em como sua dimensão de relações objetivas é narrativamente transformada em formas de subjetividade individual e coletiva. Essas formas de subjetividade, no entanto, são parte constitutiva daquelas relações objetivas, uma vez que estas últimas jamais são percebidas, senão por intermédio daquelas formas. A nação, seu passado, sua identidade são verdades transcendentes expressas simbolicamente pelos fragmentos que compõem as narrativas de patrimônio cultural.[12]

Para que possamos pôr em prática essa compreensão, o discurso patrimonial pode ser interpretado como uma narrativa que identifica, recorta e autoriza determinadas condutas socioculturais, com propósitos pragmáticos, políticos[13]. Essa narrativa "objetifica" manifestações culturais, materiais e imateriais, praticadas nos territórios populares. Logo, este imaginário popular "objetificado" se apresenta como recurso discursivo; alegoria passível de ressignificação pelos seus detentores para fins de fortalecimento, manutenção ou resgate da vida sociocultural. Parece-nos oportuno, neste sentido, a reflexão sobre o conceito de alegoria:

> Assim, a alegoria é concebida como um mecanismo simbólico através do qual é possível dizer algo por meio indireto. De modo que, nas narrativas alegóricas, o que se vê – objetos, situações e personagens contingentes – está associado com o que se entende – verdades não literais, metafóricas, transcendentes e encarnadas por aqueles elementos contingentes. [...] Em outras palavras, alegorias, como metáforas extensas, são usadas para dirigir nossa atenção para traços não suspeitados de um determinado tema, fazendo com que percebamos através de uma lente diversa. Nesse sentido, tanto quanto afirmar, negar, definir, postular, mentir, criticar ou prometer, as alegorias são formas de ação[14].

Como sita o autor, nossa pretensão ao longo desse estudo é conduzir o pensamento sobre patrimônio cultural como uma forma de ação política. Já o patrimônio cultural urbano como um nó de singularidades capazes de produzir subjetivações. Atualmente, podemos afirmar que o patrimônio cultural urbano extrapola factual, visual e corporalmente qualquer sensação romântica de passado glorioso, principalmente nos centros históricos brasileiros onde visivelmente camadas sobrepostas de diferentes arquiteturas anunciam conflitos culturais entre apagamentos e afirmações.

---

[12] GONÇALVES, J. R. dos S. 2012, p. 115
[13] GONÇALVES, J. R. dos S. 2012, p. 13.
[14] GONGALVES, J. R. dos S. 2012, p. 114.

No panorama das políticas e conceitos patrimoniais culturais nacionais, é importante aqui destacar o período de formação discursiva que Aloísio Magalhães trouxe à frente do IPHAN a parir de 1979. Consagrado na história das políticas culturais brasileiras, Aloísio trouxe um alargamento conceitual ao campo de atuação do órgão, juntamente com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC quatro anos antes da sua nomeação à presidência do IPHAN, e o Programa de Cidades Históricas, criado em 1970 pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (Miniplan)[15]. Para o então diretor, "definir o que seja bem cultural implica por princípio numa antidefinição, dada a multiplicidade das manifestações que emergem das estruturas sociais formadoras da civilização brasileira."[16].

Entre os caminhos propostos pela sua gestão do IPHAN era; a restauração das cidades históricas através do uso social pelo PCH, e a pesquisa, reflexão e referência através do CNRC.[17] Para Aloísio, a heterogeneidade cultural brasileira sofria em sua época, uma força homogeneizante induzida por mídias e produtos tecnológicos de massa que conduziria as culturas populares a um "achatamento cultural" para controle e subserviência aos países estrangeiros de liderança e domínio do capital econômico. Hoje, vivemos intensamente essa disputa cultural de forma violenta, com afinadas armas tecnológicas e lucrativas que se apropriam e dissolvem práticas culturais populares para deslocamentos consumistas, vazios de significado e sentido existencial.

Para Mario de Andrade, autor do anteprojeto que encabeçou o IPHAN em 1937, defender o patrimônio cultural brasileiro seria "alfabetizar"[18] as populações, ou ainda, através da reciprocidade entre o saber erudito e o saber popular "o erguimento das partes que estão na sombra, pondo-as em condição de receber mais luz".[19] Ao pensar no presente, poderíamos trazer a luz culturas populares permitindo experimentações no uso dos patrimônios culturais, numa luta cotidiana contra estes processos globais de homogeneização cultural. No caso da preservação dos centros históricos, imaginarmos esses como palcos para restauração das subjetividades das cidades contemporâneas, marcando um duelo contra a mercantilização barata.

Aos arquitetos urbanistas a frente a preservação do patrimônio cultural brasileiro, caberia o trabalho transdisciplinar de facilitador dos movimentos populares de ocupação

[15] Ler mais em http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/33 visualizado em 23 de agosto de 2019.
[16] IPHAN, 1979, p.1.
[17] IPHAN, 1979.
[18] IPHAN, 1979, p.2
[19] IPHAN, 1979, p.2.

cultural atrelados a práticas de preservação de se desenvolvem no jogo jurídico das políticas culturais patrimoniais. Ulpiano Bezerra de Meneses (2017) pontua a importância em repovoar o patrimônio urbano, através de estudos do papel performático do habitante na filosofia dos centros históricos. Conforme cita o autor,

> [...] quando se faz do habitante sujeito da cidade, a estética urbana deveria incluí-lo como produtor de experiências estéticas, apto a estetizar seu ambiente. Para tanto, é a prática da cidade – antes de mais nada, a prática do espaço – que lhe fornece os insumos, através dos quais ele procura inteligibilidade e fruição no cotidiano. A estética é condição seminal para a cidade significar, gerando subjetivação[20].

Na perspectiva do autor supracitado, vimos a necessidade de assumirmos o papel performático dos patrimônios culturais através da apreciação dos seus modos de vida, e das nuances culturais reconhecidas e valoradas pelas políticas culturais, ressignificando costumes, tradições, saberes, espaços etc. A estética urbana como consequência dos processos culturais, alterando lógicas projetistas da arquitetura e urbanismo de imposição do desenho qualificador do espaço, para uma estratégia de restauração espacial coletiva, proveniente das apropriações espaciais praticadas pelos habitantes detentores dos saberes culturais locais. Dessa forma, compreendemos a necessidade de buscar novas ações de preservação, unidas aos movimentos culturais populares, assumindo a heterogeneidade urbana, as contradições e mutabilidades características das cidades contemporâneas, para submetê-las a conceitos referentes ao campo da preservação do patrimônio cultural.

2. 2 UM PORTO NO BRASIL: PAISAGEM HISTÓRICA DE SÃO FRANCISCO DO SUL

A partir, então, da década de oitenta, durante o turbulento período de abertura democrática no Brasil, o IPHAN sob direção de Aloísio Magalhães buscou empreender ações de preservação voltada a cultura popular, desenvolvendo o reconhecimento de sítios históricos importantes para preservação cultural nacional, propondo ir além da concepção de monumentalidade. Para os atores a frente do órgão neste período, uma grande parte de sítios históricos que não apresentavam características monumentais relevantes, deveriam ser

[20] MENESES, 2017, p. 46.

reconhecidos e tombados enquanto patrimônios culturais a partir dos vários significados contidos nas suas materialidades.

> No âmbito do IPHAN, foi estabelecida uma linha de trabalho que procurou romper com a abordagem estético-estilística do patrimônio, possibilitando a sua valorização como fonte documental e buscando a leitura dos significados contidos na forma dos sítios e imóveis. Os trabalhos nela sustentados distinguiam a materialidade dos objetos das informações que eles pudessem conter. Apropriavam-se de concepções da nova Historiografia, tendo como referência atores como Marc Bloch e Jacques Le Goff e exemplos de leitura do território e do tecido urbano desenvolvidos na Itália[21].

Os estudos de Motta (2000), nos mostra a busca que se teve em embasar novos procedimentos de identificação de sítios e imóveis até então desconsiderados. Contudo, para que houvesse uma efetiva tutela destes bens culturais, esta prática deveria vir de demandas estabelecidas pela sociedade. No campo das políticas preservacionista desenvolvidas pelo IPHAN, a partir dos anos de 1960, o patrimônio passa por um alargamento de conceitos, englobando uma maior diversidade de manifestações culturais para além das desenvolvidas no período do Brasil Colônia. A Carta de Veneza de 1964, produzida no II Congresso Internacional de Arquitetos e de Técnicos de Monumentos Históricos, estabelece novos parâmetros de proteção a sítios tombados e torna-se um marco para o desenvolvimento de novas políticas de preservação da cultura material. Como consequente reverberação desse acordo, políticas de preservação atreladas a ampliação dos conceitos começou a se desenvolver no Brasil também em instâncias municipais e estaduais

Órgãos locais de preservação do patrimônio cultural foram sendo criados. Municípios como São Paulo instituíram o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico - Condephaat (1968) e também o Rio de Janeiro, com o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC (1969), o estado da Bahia com o Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia – IPAC (1968), além de outros estados, buscando dar conta da preservação de seus bens culturais de abrangência mais local. A atuação desses órgãos, juntamente com as mudanças conceituais promovidas no campo do patrimônio, buscava trabalhar a preservação junto a sociedade civil de forma democrática, distanciando-se da ideia de ilustrar a fundação da nação brasileira e aproximando-se de uma autoafirmação da pluralidade de identidades culturais.

> A ação que vamos procurar empreender é tentar fazer com que as comunidades, nos seus afazeres e na sua vida, se conscientizem de sua ambiência cultural. Isto é, temos

[21] MOTTA, 2000, p. 103.

> que procurar dar à comunidade um status de vida que lhe permita entender por que determinado prédio está sendo preservado. Em outras palavras, a própria comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio[22].

Buscando dar voz a cultura popular, a partir dos anos oitenta o IPHAN, sob direção então de Aloísio Magalhães, evidenciou a preocupação com a afirmação de uma diversidade cultural nacional baseada na pluralidade de manifestações regionais. Por essa razão, seleção de sítios históricos enquanto patrimônios culturais brasileiros pelo órgão nesse período, deu-se principalmente pelo valor de testemunho, como fonte documental de conhecimento passível de interpretação e problematização. Interessava ao IPHAN preservar os sítios e imóveis como documentos que continham fontes úteis às gerações seguintes.

A partir, então, dos anos de 1980, as políticas patrimoniais culturais buscaram desenvolver temas ligados a culturas regionais, movimentos sociais e cidadania. Buscou-se, também, pensar a cidade na sua forma inteira, não isolada enquanto monumento excepcional, aproximando-se neste sentido sua "vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil", como consta no Decreto-lei nº 25/37 como justificativa ao tombamento. Percebemos, então, que os sítios históricos hoje exercem um importante papel na compreensão e inteligibilidade das múltiplas identidades culturais brasileiras. Em sua maioria, tombados pelo IPHAN a partir então da década de 1980 no amparo das políticas públicas patrimoniais, apresentam-se como documentos históricos, fenômenos materiais produtos de acontecimentos ou processos da vida social, localizado no tempo e no espaço[23].

No caso da pesquisa aqui desenvolvida, atuamos diretamente no Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul no campo da arquitetura e urbanismo através dos trabalhos realizados no Escritório Técnico do IPHAN da localidade. Por essa razão oportuna, selecionamos a paisagem tombada dessa localidade como objeto de estudo. O Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul é um patrimônio cultural compreendido como importante documento histórico sobre a urbanização brasileira meridional. Vimos na análise anterior que o patrimônio cultural pode ser uma forma de ação política construída através de narrativas.

O Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul é um patrimônio cultural urbano brasileiro do estado de Santa Catarina, de valor histórico e paisagístico inscrito nos Livros do Tombo Histórico sob nº 518, e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, sob nº 101, em 16 de outubro de 1987. Este processo de tombamento federal, sob número 1163-T-85, levou em consideração dois aspectos culturais: o primeiro enquanto um documento histórico, uma

[22] MAGALHÃES, 1997, p. 188-189 In: MOTTA, 2017.
[23] IPHAN, 1985.

materialidade edificada que narra parte da historicidade urbana brasileira, descrita em uma paisagem histórica; o segundo em relação a sua etnicidade, enquanto um lugar de vocação portuária com uma paisagem construída através da herança de práticas culturais a partir do mar.

Localizado ao norte do estado de Santa Catarina, situa-se em uma ilha inserida em meio a um importante estuário que engloba a baía Babitonga, estratégica região da biodiversidade nacional. Este centro histórico possui implantação a noroeste da ilha, na região interna da baía de frente para a Serra do Mar no continente. A poligonal de tombamento do sítio contempla uma paisagem histórica portuária de borda d'àgua, constituída por um núcleo urbano de características coloniais com mais de 400 arquiteturas históricas de diferentes estilos e usos, limitando-se em áreas naturais que corporificam um ambiente portuário; uma orla constituída de morros, a foz de um rio, e uma área de duzentos metros de distância de qualquer ponto em direção ao mar, com praias, decks, trapiches e ancoradouros.

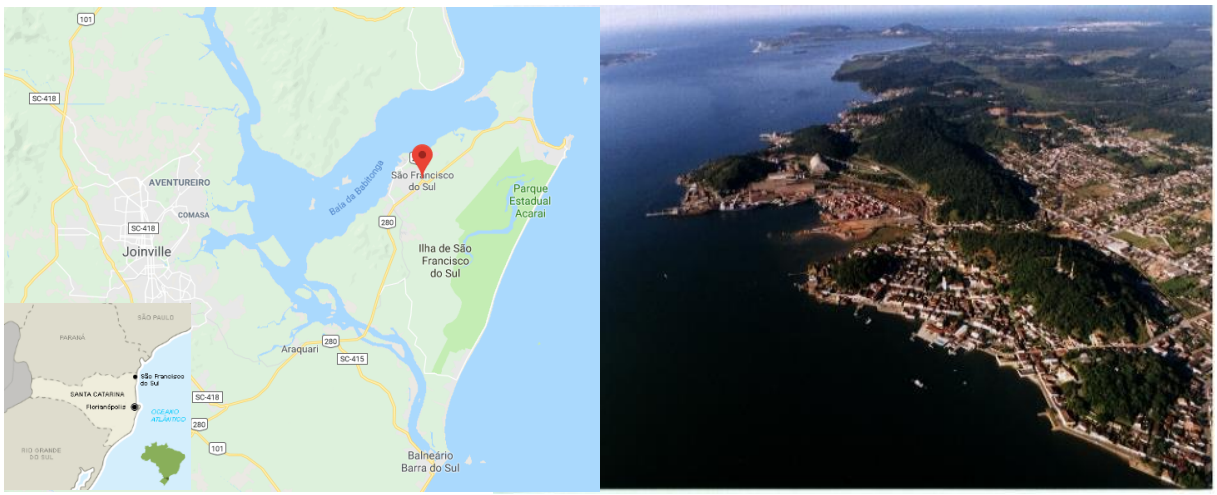


Figura 2 – 1. Mapa de localização do município de São Francisco do Sul. 2. Fotografia aérea do Centro Histórico e Paisagístico. Fonte: AMBUS, 2019. Adaptado de Google Maps e Arquivo Iconográfico Digital ETec-SFS.

Na figura a seguir, apresentamos o trecho da orla que é composto principalmente pelo mercado público, aterrado sob as águas da baía. A fachada dos casarios possui alinhamento pela rua Babitonga, que durante o período colonial era a rua da Praia. Ao fundo, a Igreja da Matriz, ou Santuário Nossa Senhora da Graça, reconhecida popularmente como a primeira igreja do estado de Santa Catarina. Outra percepção importante, que compõe a paisagem tombada, são as características geográficas, de uma malha urbana construída entre morros e o mar, em uma relação sociocultural com o mar. Essas características visuais retratam o que se propõe na narrativa de preservação cultural para esta paisagem histórica, constituído assim uma imagem portuária. Ao longo do percurso da orla podemos encontrar diversas arquiteturas que dialogam com o mar como trapiches, decks, espaços de ancoragem, além de restaurantes, habitações, uma

peixaria, um terminal turístico marítimo e o monumental Museu Nacional do Mar. Uma paisagem histórica híbrida constituída por diferentes arquiteturas de pequeno porte, entre equipamentos públicos e imóveis residenciais privados.



Figura 3 - Trecho da orla do Cetro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul, com Mercado Municipal ao centro. Fonte: AMBUS, 2019

Em São Francisco do Sul, parece que a identidade cultural se desenvolveu na herança de práticas entre os habitantes da ilha e o intenso mar da baía Babitonga, constituindo hoje uma paisagem portuária histórica. Nessa paisagem temos uma antiga malha urbana com marcas do século XVII, com pequenas e diferentes arquiteturas históricas que narram este lugar e sua relevâncias na formação urbana local. Segundo os estudos culturais desenvolvidos pelo professor Antonio Alexandre Bispo, da Universidade de Colonia na Alemanha, São Francisco do Sul é uma importante localidade brasileira que possui um acervo de arquiteturas fundamentais aos estudos histórico-culturais das cidades brasileiras, devido principalmente ao caráter e cidade portuária:

> Esta mais antiga cidade de Santa Catarina surge como de fundamental significado para estudos histórico-culturais, uma vez que representa de forma mais evidente no seu patrimônio arquitetônico os elos com cidades históricas de outras regiões brasileiras. Pelo seu porto passaram por décadas imigrantes e visitantes que, no século XIX, se dirigiam às colônias de imigrantes, em particular alemães de Santa Catarina ou subiam o rio Iguaçu em direção ao Rio Negro ou a outras localidades, como Canoinhas[24].

Assim, ao conduzirmos este estudo sobre a localidade de São Francisco do Sul, estamos de alguma forma adentrando, ou quem sabe, utilizando-o como um cais para lançarmos estudos voltados ao que seria, mais amplamente, outras paisagens portuárias brasileiras. Como nos informa BISPO (2014), esta localidade e seu patrimônio cultural arquitetônico, ofertam materiais fundamentais para desenvolvermos estudos acerca da história da urbanização brasileira. Então, o que buscamos produzir nesta pesquisa, é uma análise histórica desta paisagem tombada, que nos serve como documento que possui informações sobre uma cultura portuária brasileira, para pensarmos quem sabe, a possibilidade de identificarmos a relevância de outras paisagens portuárias brasileiras.

Ao falarmos sobre paisagem portuária brasileira, precisamos levar em consideração as singularidades de cada localidade observando as diversas formas pelas quais o local foi conduzido nas etapas da urbanização do país. Evitando generalizarmos a questão, principalmente pela evidente manifestação múltipla que estes espaços têm se comportado por séculos de conflitos culturais ocorridos na costa litorânea, buscamos destacar características de um objeto urbano já consagrado pelas políticas públicas patrimoniais culturais. O Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul torna-se, então, uma alegoria para a produção de outras investigações e narrativas das tantas paisagens brasileiras que podem participar desta possível categoria.

A urbanização do território que conhecemos como Brasil hoje, foi iniciada pela costa litorânea por colonizadores da Coroa Portuguesa do século XVI. Baseado em sistemas de feitorias, foi um recurso de controle também das colônias da África e Ásia. O Brasil Colônia tem sua consolidação através da implementação de um sistema agrícola regular, mais evidente durante o século XVII, constituindo o território como retaguarda rural para os mercados europeus, numa lógica colonial.[25] Devido aos empenhos da Coroa Portuguesa em ocupar efetivamente toda a costa sul brasileira, um grupo de bandeirantes, considerados cidadãos ilustres da Capitania de São Paulo, fundou oficialmente a Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco (1658), juntamente com Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis

[24]BISPO, A.A. 2014. s. p.
[25] GONÇALVES, J. R. dos S. 1957, p. 183.

(1666), e Laguna (1767). Todas essas ocupações tiveram como objetivo principal tornarem-se estratégicas regiões portuárias de escoamento da produção rural, mas que percorrem caminhos distintos e dimensões profundamente diferentes.

Na localidade de São Francisco do Sul, o sítio e as condições geográficas influenciaram diretamente a formação da malha urbana colonial. Por isso, é preciso compreender a dimensão que do terreno deste organismo urbano construído pelo habitante ilhado. Estamos falando de um núcleo urbano inserido em uma ilha de frente a mananciais da Serra do Mar, abundante de manguezais e vida marinha. Por isso este núcleo germinou a partir da conformação geográfica favorável, protegida do vento sul por morros providos de água mineral. Sua essência se encontra nas práticas culturais dos habitantes com o mar da baía, ou seja, na fronteira entre o espaço terrestre e o mar.



Figura 4 – Fotografia do Centro Histórico e Paisagístio de São Francisco do Sul a partir da vista do Morro do Hospício. Fonte: AMBUS, 2019

A malha urbana colonial e portuária de São Francisco do Sul, vista ainda na atualidade através da manutenção das conformações da paisagem junto à geografia natural, se manteve no tempo com diversas reformas e adaptações nas arquiteturas edificadas. A malha urbana colonial, base do núcleo histórico de fundação da cidade portuária engloba importantes fronteiras geográficas que resulta na paisagem histórica tombada. Esta paisagem, resultado, então, de diferentes apropriações e sobreposições culturais, oferta hoje a imagem de uma cultura portuária brasileira. Para sua melhor compreensão, se faz necessário refletir com mais

profundidade a materialidade documentada no espaço a partir de contextos históricos e geográficos.

Anterior a esta formação urbana colonial, nesta ilha habitaram populações coletoras e agricultoras datadas de 5.000 AP[26] de intensa relação social, passando a concepção de vila portuária somente a partir de 1658 através das ocupações conduzidas pela Coroa Portuguesa. Nesse tempo, São Francisco do Sul desempenhava um papel fundamental na manutenção de diversos navios de colonizadores estrangeiros, tornando-se uma estratégica cidade portuária do campo do desenvolvimento industrial urbano a partir de 1847, sendo oficializada através do decreto estadual nº 238/38 como município brasileiro do estado de Santa Catarina.

Na dinâmica urbana atual, a paisagem tombada perde sua centralidade no cotidiano do município por consequência de expansões urbanas comerciais e industriais do município, com a presença de novos shoppings e lojas de varejo, hipermercados, grandes comércios e indústrias, além da expansão das áreas balneáveis de mar aberto, atraindo novos moradores e turistas de veraneio. Esse movimento da cidade surge, não como um problema em si, mas como uma oportunidade de repensarmos os usos deste patrimônio tombado para o município e para o país, assumindo a dinamicidade urbana e promovendo os valores culturais históricos e paisagísticos consagrados, sem que se perca a relação socioambiental que mantém a vivacidade cultural local.

2.2.1 VALOR HISTÓRICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A importância histórica do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul se dá pelo importante papel que desempenhou na urbanização meridional do país. O primeiro relato escrito e documentado sobre esta localidade se deu, conforme já assinalamos anteriormente, em 1504 no diário de viagem do navegador francês Binot Palmier de Gonneville, relatando seu encontro com um grupo da etnia Carijó, representados pelo cacique Arô Içá[27]. Posteriormente houve registros de ocupação espanhola em 1553, porém a fundação efetiva da cidade ocorreu em 1641 quando vicentistas vindos de Paranaguá, liderados por Gabriel de Lara,

[26] Antes do presente (AP) é uma marcação de tempo utilizada na arqueologia e na geologia contemporânea tendo por base o ano de 1950, conhecida também por "datação por radiocarbono" pela ocorrência dos testes atômicos realizados durante a Segunda Guerra Mundial que desequilibraram a concentração química de isótopos na atmosfera. (https://www.radiocarbon.com/portugues/arqueologia.htm acessado em 10/10/2019)

[27] RIBEIRO, Darcy e MOREIRA NETO, Carlos de A. A, 1993.

fundaram a Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco[28]. Assim sua ocupação colonizadora ocorreu de fato com a chegada de vicentinos e negros escravizados trazidos por Vieira Manoel Lourenço de Andrade, consolidando a construção da Igreja da Matriz de Nossa Senhora da Graça, na época de nave única, e a formação da malha urbana de características coloniais e portuárias que perdura no tempo até os dias atuais.

A preservação de diversas arquiteturas históricas evidencia o alto valor documental que esta paisagem exerce sobre a historicidade brasileira, em específico sobre a ocupação urbana da costa meridional, através de um lento processo de apropriação do território de ilha por gerações diferentes de habitantes em diálogo constante com o mar, repercutindo em uma malha urbana de características portuárias. Tais características são ressaltadas no processo de tombamento desta paisagem pela relatoria:

> [...] a historicidade dos territórios meridionais somente se submete à análise se observado num período de longa duração. Se por um lado, este revela a fragilidade de sua rede urbana e, consequentemente, tramas urbanas singularmente frágeis, obriga-nos, também, à percepção do longo processo pelo qual passa o povoado até a consolidação da estrutura urbana[29].

O parecer técnico contido em seu processo de tombamento expressou aspectos sensíveis ao referido documento urbano, "raro documento entre aqueles que poderão permitir as necessárias leituras 'em função de problemáticas do presente', da história de nossa região meridional"[30]. Estas análises balizaram a temporalidade da cidade em dois períodos emblemáticos. O primeiro deu-se através das intensas relações portuárias diretas com a colonização dos séculos XVII e XVIII. São Francisco do Sul, devido a sua estratégica posição geográfica favorável às navegações, tornou-se um porto de grandes embarcações que se dirigiam para o Rio da Prata e Colônia do Sacramento, servindo-lhes como reparadores de navios e aguada, desenvolvendo assim sua vocação portuária.

[28] IPHAN, 1987, p. 61-62.
[29] IPHAN, 1987, p. 6.
[30] IPHAN, 1987, p. 44.



Figura 5 - Orla portuária de São Francisco do Sul (s.d.). Fonte: Arquivo Iconográfico Digital do ETec-SFS.

Mantendo sua vocação portuária devido a características geográficas favoráveis, esta pequena cidade brasileira litorânea, longe de grandes investidas reformistas e econômicas do governo imperial e republicano, desenvolveu-se lentamente a partir da beira da praia. Por não participar ativamente da grande economia agrícola no período colonial, a localidade desempenhou o papel de ponto estratégico de serviços de manutenção de grandes embarcações e local de abastecimento de água e alimentos as embarcações que se encaminhavam a Colônia do Sacramento, no Uruguai. Ou seja, a objetividade desta ocupação litorânea foi "em função do movimento de seus portos dando apoio necessário aos navios portugueses que seguem a longa viagem até a desembocadura do Rio da Prata, em busca do intenso comércio ali existente"[31].

[31] IPHAN, 1987, p. 8.

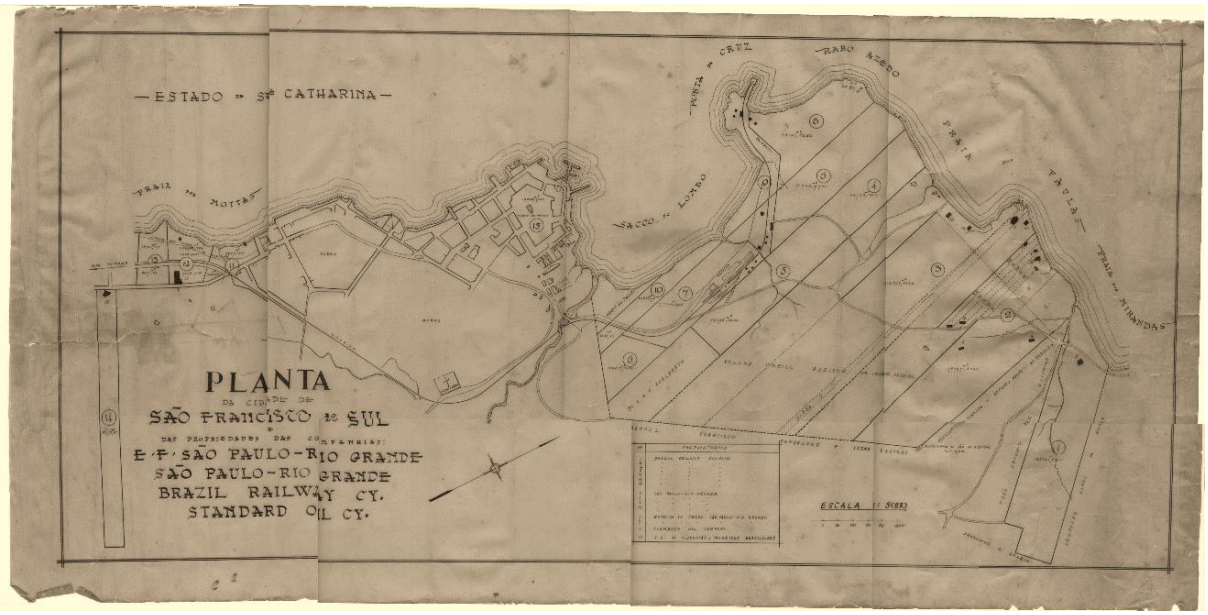


Figura 6 - Planta de São Francisco do Sul no início do século XX com a implementação da rede ferroviária. Fonte: Arquivo Iconográfico Digital do ETec-SFS.

O outro grande momento histórico refere-se à sua participação no intenso processo de imigração, ocupação e consolidação da Colônia Dona Francisca, atual cidade de Joinville, principalmente pelo apogeu econômico advindo da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Esse período constituiu uma explosão demográfica na região com a chegada de diversas famílias estrangeiras no porto da cidade para prosseguir em direção ao interior do país.

> Estes dois momentos formam um todo legível que tem como ponto em comum o porto, exatamente o que percorre a historicidade da cidade. É uma ideia de vida marítima, intrínseca aos habitantes, que perpassa a cultura local: seus prédios novos ou antigos, suas ruas; a certeza de, a cada passo, avistar a baía a cada esquina que se dobra ver o mar num vazio entre dois prédios, ou numa rua que dentro dele termina[32].

Hoje o município exerce um papel fundamental na economia nacional através da manutenção das práticas portuárias. Seu porto se encontra entre os dez brasileiros que mais exporta produtos [33], imaginando este fator em um município com uma população estimada de 51. 677 habitantes em 2018[34]. Ou seja, a maior fonte de arrecadação do município continua sendo através da economia portuária.

[32] IPHAN, 1987, p. 24.
[33] https://www. nexojornal. com. br/grafico/2018/05/04/Os-10-portos-que-mais-exportam-no-Brasil-seus-produtos-e-destinos
[34] https://www. ibge. gov. br/cidades-e-estados/sc/sao-francisco-do-sul. html

2.2.2 VALOR PAISAGÍSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A paisagem histórica que encontramos hoje em São Francisco do Sul, foi constituída a partir da relação cultural com o mar. Anterior à imposição de um desenho regular, como as ocupação de caráter militar do mesmo período, as práticas portuárias envolvendo a orla, atual mercado municipal, a Igreja da Matriz, a fonte de água e os acessos foram os condicionantes da formação paisagística. Os usos da orla enquanto espaço de comércio portuário intensificaram uma vida social urbana atrelada ao convívio na área beira-mar. Por terra, a chegada se fazia ao sul, pelo Canal do Linguado passando pela área rural do rocio e chegando à rua da praia. O espetáculo da paisagem marinha da baía Babitonga e da Serra do Mar era motivo de admiração por parte dos habitantes. O conhecido viajante francês Auguste de Saint-Hilaire, salientou em seu caderno de viagens ao passar pela ilha de São Francisco do Sul em 1820: "O mar é o elemento dos habitantes deste lugar" [35]. A intensa presença do mar no cotidiano dos habitantes de São Francisco do Sul, transformava este em um elemento inspirador de vida, como podemos notar neste registro de um habitante da ilha:

> Em uma destas tardes frescas e agradáveis que a nossa cidade estava calma e sem este murmúrio que se nota por ocasião das entradas e sahidas dos paquetes, resolvemos subir ao morro do Hospicio, não só para vermos o trabalho que lá estão fazendo com fim de nos proporcionarem horas de agradáveis palestras e boas distrações aos domingos e duas santificados, como também para apreciarmos o lindíssimo e vasto panorama que se descortina. Bello, belíssimo espetáculo; céo nublado, mar sereno, monte e serras descobertas, até onde a vista não mais alcança. Quizemos fazer poesia. Porem ficamos estáticos. Diante da linda bahia. Deixemos de parte a modéstia e o orgulho e falemos a verdade nua e crua; de norte a sul desta vasto e riquíssimo paiz, não há cousa mais bela e encantadora que a nossa Bahia. Mas será difícil porque, vaidades de Franciscanos, ninguém a tem[36].

Em relação a implantação da Igreja Matriz, a capela de nave única foi inserida no meio do terreno hoje tombado, em um pequeno elevado ao nível do mar. Essa característica espacial diferencia este núcleo colonial dos padrões tipológicos de ocupação de colina observados em outras vilas brasileiras desse mesmo período. Além disso, a implantação rotacionada da arquitetura religiosa que desempenhava importante papel no cotidiano da população portuária, em relação ao alinhamento das quadras, assume fachada principal e altar a norte, produzindo uma cena bucólica pela iluminação do sol na Serra do Mar.

---

[35] SAINT-HILAIRE, 1820, p.95

[36] A Pátria, São Francisco do Sul, 14 de abril 1907, p. 2. In: LUCA, V. M. de; MARTINS, M. C. , 2008.

De fato, todos que têm a possibilidade de realizar uma caminhada pelo Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul notam a intensa presença da paisagem natural conduzida pela baía Babitonga. Entre quadras, praças e casarões da paisagem histórica se avista o mar costurando as ruas e ladeiras por diversas visadas. A harmonia conduzida pelo equilíbrio entre as arquiteturas históricas de sólidas fundações e a vasta presença da mata dos morros, compõe imagens de um porto histórico que vive a natureza que o cerca. A presença marcante do mar e dos acidentes geográficos naturais que acolhem as arquiteturas históricas evidencia a condição do objeto urbano construído em consequência das características do sítio.

> A ação antrópica submete, assim, a paisagem natural, através de modificações que se fazem necessárias na incorporação dos acidentes geográficos, a um modelo próprio de projeto espacial que propicia a atividade humana. O homem superpõe ao objeto natural, sua representação material do mesmo. O arbítrio da representação é apenas aparente, pois ela é consequência tanto das características do sítio como dos modelos disponíveis a que recorre o pioneiro em sua ação. O processo de intercâmbio com a natureza não condiciona apenas a forma com que o sítio é transformado, ela já condicionava a escolha do próprio sítio [37].

Notamos, então, que graças a formação geográfica do sítio, foi possível desenvolver esta malha urbana portuária que articulou em sua região beira-mar, a centralidade aglutinadora das práticas portuárias, formando assim, por consequência, o espaço urbano. Este caminho que de uma ponta encontramos a desembocadura do rio e o morro do Rádio na saída sul, passando pela Igreja Matriz e a fonte d'água em um percurso diretamente à orla marinha como vetor da orgânica compartimentação das vias, quadras e lotes. Este traçado urbano percorria principalmente o perímetro da orla marítima da baía Babitonga entre o Morro do Hospício, o Morro da Caixa D'água e o Morro da Rádio.

[37] IPHAN, 1987, p. 17.



Figura 7 - São Francisco do Sul com características coloniais (s.d). Fonte: Arquivo Iconográfico Digital do ETec-SFS.

A implantação da capela que representa a Igreja Matriz, hoje conhecida como Santuário de Nossa Senhora da Graça, foi inserida em um pequeno elevado ao nível do mar onde já se realizavam ritos religiosos a céu aberto. Vemos na Figura 7, uma fotografia de meados do século XIX, com um grande adensamento de casa coloniais no mesmo nível da igreja, tendo o morro da Caixa D'água ao fundo, sem ocupação. Essa característica espacial também diferencia a paisagem tombada dos padrões tipológicos de ocupação de colina observados em outras vilas brasileiras do período colonial, monumentalizando a igreja não pela altura do terreno, mas da manutenção de suas imponentes torres junto aos morros que oportunamente já protegem a arquitetura religiosa do rigoroso vento sul, oriundo da Antártica. Além disso, a implantação rotacionada da edificação em relação ao alinhamento das quadras, juntamente com a já demolida Casa de Câmara e Cadeia, assume a fachada principal e o altar ao norte, produzindo uma bucólica cena ofertada pela iluminação do sol na Serra do Mar. Outro fator importante a esta "cena urbana", é o grande adensamento que vemos na área de borda d'água com edificações que não extrapolam a altura das torres da Igreja Matriz.

A leitura da paisagem deste documento histórico percorre uma densa paisagem composta de distintos casarios inseridos em exuberantes matas que adentram o mar, este que se mantém presente no comportamento cultural de uma população portuária. Característico de habitantes de ilhas, a cidade se constitui a partir das relações com o mar circundante, uma

espécie de cidade antrópica produzida por um processo entre habitantes e aportados que marcaram sua passagem no local a partir fronteira do mar.



Figura 8 - Procissão religiosa no mar da baía Babitonga (s. d.). Fonte: Arquivo Iconográfico Digital do ETec-SFS.

Em 2019 São Francisco do Sul celebra a 354ª Festa de Nossa Senhora da Graça, tornando-a a procissão mais antiga do estado, em que devotos atravessam a imagem da santa padroeira pelas águas da baía Babitonga em um rito de benção aos marinheiros (Figura 8). Hoje, enquanto sociedade municipal organizada[38], a população francisquense encontra-se entre a crescente procura de investidores privados do mercado portuário internacional com o delicado patrimônio cultural tombado e o estratégico ecossistema em que se insere. Por essa razão, a relação da população com o mar conflita entre interesses da economia industrial, que desenvolve o capital econômico dos portos, e a preservação cultural e ambiental através do desenvolvimento turístico.

Buscando compreender com maior profundidade estes valores culturais destacados ao objeto de estudo aqui selecionado, produzimos uma análise da paisagem tombada enquanto

[38] Visto minhas observações nas práticas locais e reuniões presenciais que participei durante todo o processo de pesquisa e citadas na página 17.

documento histórico. Para isso a materialidade preservada surge como fonte capaz de ofertar registros e marcas do comportamento cultural dessa população em diferentes contextos históricos. No próximo capítulo apresentamos uma análise deste documento através de um método arqueológico, tornando possível descrever uma periodização própria, baseada nas rupturas dos estilos arquitetônicos presentes na paisagem hoje. Buscamos, então, nas diferentes informações da materialidade edificada na paisagem tombada, refletir contextos históricos e políticos conduzindo assim uma leitura do documento histórico urbano.

2. ANÁLISE DA PAISAGEM TOMBADA: UMA ABORDAGEM ARQUEOLÓGICA ATRAVÉS DAS ARQUITETURAS

Tratamos aqui de produzir uma análise histórica através das informações contidas na paisagem tombada do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul. Para produção dessa análise, traçamos leituras da materialidade tombada enquanto documento histórico. Embasamos a produção dessa análise a partir do método arqueológico desenvolvido pelo filósofo historiador Michael Foucault (1969), em sua obra *Arqueologia do Saber,* em que o autor problematiza o documento histórico. Para este autor,

> A história tradicional dedicava-se a "memorizar" os *monumentos* do passado, a transformá-los em *documentos* e a fazer falar os vestígios, que em si não são verbais ou, em silencio, dizem algo diferente daquilo que de fato dizem; nos nossos dias, a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e que, onde se decifravam traços deixados pelos homens, onde se deixava reconhecer em negativo o que eles tinham sido, faz haver um amálgama de elementos que têm de ser isolados, agrupados, tornados eficazes, postos em relação, integrados em conjuntos[39].

Nessa citação, Foucault (1969) desloca o papel da história tradicional que parte da produção de documentos para uma memória social que liga elementos isolados, reagrupa e dá uso, conceituando uma outra abordagem da história que apresenta agora os usos dos documentos para monumentar práticas, situando esses em relações de poder. Ou seja, esses documentos históricos que antes memorizavam fatos, hoje nos cabem como instrumentos eficazes para produção de saberes e que, no nosso caso analisado, permeiam o campo do patrimônio cultural.

Compreendemos, então, que hoje ao conceituarmos a história "a atenção se deslocou, [...], das vastas unidades descritas como "épocas" ou "séculos" para fenômenos de ruptura"[40]. Então, para a análise de rupturas no tempo, pensar em camadas históricas que compõem o todo da paisagem aproxima o tratamento investigativo de materiais históricos aos processos investigativos da arqueologia. Seguindo esse ponto de vista, podemos dizer:

> Havia um tempo em que a arqueologia, como disciplina dos monumentos mudos, dos rastros inertes, dos objetos sem contexto e das coisas deixadas pelo passado, se voltava para a história e só tomava sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico; poderíamos dizer, jogando um pouco com as

[39] FOUCAULT, M. 1969, p. 08.
[40] FOUCAULT, M. 1969, p. 4.

> palavras, que a história, em nossos dias, se volta para a arqueologia – para a descrição intrínseca do monumento[41].

Debruçamos, então, na análise da paisagem tombada através da implementação do método arqueológico, investigando as causas históricas que produziram as mudanças no comportamento das arquiteturas presentes. Pelo motivo desta paisagem não representar uma única época emblemática, característico das áreas portuárias históricas, mas a fragmentação de diversos movimentos arquitetônicos sobrepostos, percebemos que trabalhar as fontes materiais que compreendem documentalmente a paisagem tombada de São Francisco do Sul através da arqueologia seria um método capaz de interpretar o objeto historicamente.

Ao tratarmos, então, a paisagem como um documento capaz de ser analisado, torna-se necessário adentrar nos diversos pontos espaciais que interessam ao que se busca investigar. Não apenas documentos escritos ou antigas fotografias, mas percorrer o documento enquanto espaço a ser lido e interpretado, entre o lugar público que possui arquiteturas históricas preservadas e os arquivos históricos como o próprio Escritório Técnico do IPHAN, o Museu Histórico Municipal, a Biblioteca Municipal, etc.

Além disso, essa leitura exige do pesquisador de arquiteturas o domínio de conhecimento de diferentes movimentos arquitetônicos e os contextos históricos que conduziram as mudanças nas formas de construir e habitar ao longo do tempo. Nossa intenção, então, foi descrever o objeto analisado através de estrados, camadas, como explica Gilles Deleuze (1995) sobre o método arqueológico de Foucault (1969). Para Deleuze, "os estratos são formações históricas, positividades ou empiricidades. Camadas sedimentares [...]"[42]. Organizamos, neste sentido, uma investigação através das camadas sedimentares de arquiteturas da paisagem histórica ofertando a construção de descrições que anunciam o comportamento cultural da população em diferentes contextos históricos vivenciados.

Nas palavras de Foucault: "O documento não é o feliz instrumento de uma história que seria em si mesma, e de pleno direito, *memória:* a história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar *status* e elaboração à massa documental de que ela não se separa"[43]. A elaboração dos estratos da materialidade documental será realizada através da construção de narrativas, buscando agrupar as diferentes arquiteturas contidas na paisagem tombada no entrelaço do de um fio condutor capaz de interpretar uma identidade portuária brasileira.

---

[41] FOUCAULT, M. 1969, p. 08.
[42] DELEUZE, G. 1995, p. 57.
[43] FOUCAULT, M. 1969, p. 04.

Compreendemos, então, que os estratos são identificados através da investigação sobre qual saber conduz a ruptura do comportamento formal das arquiteturas, resultando na construção de "camadas sedimentares" [44]. Assim, podemos nos aproximar da interpretação da paisagem de São Francisco do Sul em contextos históricos distintos, porém atrelados à herança das relações e práticas culturais com o mar. Por essa razão, vemos este procedimento de pesquisa uma possibilidade, e negar qualquer outro processo criativo de investigação devidamente justificado sobre esta localidade seria um equívoco.

A partir do método arqueológico, esta pesquisa identificou diferentes pontos de ruptura nas arquiteturas da paisagem, ofertando a leitura da mesma enquanto um documento histórico de uma população portuária. Essa análise buscou, então, em primeiro passo, os mais antigos vestígios materiais sobre o comportamento cultural dos habitantes da ilha de São Francisco do Sul com o mar. Produzimos inicialmente uma reflexão acerca do modo de habitar ancestral dos indivíduos palo-americanos dessa parte do litoral brasileiro em séculos passados. Oportunamente também pudemos adentrar mais profundamente no campo de pesquisa da arqueologia, e compreender as lógicas de análise estratigráficas de "monumentos mudos e objetos aparentemente sem contexto", como citado por Foucault (1969) anteriormente.

3.1. PAISAGEM PALEO-AMERICANA: A CONSTRUÇÃO DE SAMBAQUIS PARA REUNIÃO DOS POVOS E HABITAÇÃO DOS MORTOS

Já nas primeiras análises da materialidade da paisagem tombada, visando uma pesquisa multidisciplinar, arquitetura e patrimônio arqueológico cruzaram-se intuitivamente. Constatamos que na paisagem tombada de São Francisco do Sul, em alguns imóveis em ruínas datados dos séculos XVII e XVIII, localizados principalmente no entorno da Igreja Matriz, afloram materiais construtivos que coincidem com os mesmos encontrados em sítios arqueológicos vizinhos a área de tombamento datados de 5.000 AP. Ao buscar os motivos dessa condição material das edificações, descobrimos que durante o período de colonização do Brasil, houve uma forte apropriação da paisagem litorânea que já continha elementos construídos, hoje reconhecidos como monumentos de antigas populações paleo-americanas. Essa apropriação

[44] DELEUZE, G. 1995, p. 57.

conduzida pelos colonizadores europeus em solo brasileiro possibilitou a edificação das primeiras cidades coloniais. Esta constatação aproxima o pensar acerca das fundações primeiras das cidades litorâneas brasileiras através da reinvenção de paisagens que já possuíam elementos construídos.

Tornou-se oportuno, então, estudar uma camada mais profunda das relações da arquitetura brasileira através dessa estratificação da paisagem histórica de São Francisco do Sul, encontrando antigos vestígios materiais da relação da humanidade com o mar. Também aproveitamos para dilatar conceitos enraizados no campo da história da arquitetura brasileira, que compreendem as aparições das primeiras arquiteturas a partir da ocupação europeia na América do século XVI. Ou seja, essa análise busca refletir sobre a hipótese de ler as construções paleo-americanas como arquiteturas, isso porque constatamos atualmente que a construção dos núcleos urbanos do período colonial brasileiro só foi possível graças a demolição destas construções, sendo usadas como matéria-prima para consolidação de novas arquiteturas de gosto europeu.

A compreensão que temos hoje é de que os sambaquis, de nomenclatura de origem Tupi (*tamba*: conchas, *ki:* amontoado), são montantes de conchas que possuíam até 70 (setenta) metros de altura[45], distribuídos por toda a costa brasileira, ocupando principalmente regiões lagunares, baías e ilhas. Tidos tradicionalmente como vestígios de acampamentos sucessivos de grupos de coletores de moluscos e pescadores, tais sítios vêm sendo reafirmados nos últimos anos enquanto estruturas intencionalmente construídas[46], plenas de significação simbólica de seus construtores. Além disso, Gaspar (1994, 1995) sugere que os patrimônios arqueológicos do litoral sul brasileiro, são remanescentes de sociedades com identidade cultural própria e bastante distinta de grupos de outras regiões do país, principalmente pela peculiaridade da construção de "montes nas cercanias de grandes corpos d'água, associando sempre a presença de rituais funerários e significativas quantidades de restos alimentares"[47].

Os sambaquis, como são conhecidas, então, as milenares construções existentes não apenas do município de São Francisco do Sul, mas em grande parte da costa litorânea brasileira, dialogam diretamente com o surgimento das cidades coloniais erguidas após a ocupação europeia da América no século XVII. Antes de entrar de fato na escavação dos estratos

[45] O sambaqui Garopaba do Sul com 30 metros de altura e 200 de diâmetro e mais de 3, 7 mil anos é considerado o mais alto do mundo hoje.
[46] GASPAR E DEBLASIS, 1992.
[47] DEBLASIS et al., 2007, p. 30.

histórico-arquitetônicos propostos neste trabalho, ressaltamos algumas observações acerca das arquiteturas que estamos falando aqui enquanto manifestação da cultura paleo-americana

Ao refletir sobre a teorização da germinação da arquitetura na humanidade, encontramos as reflexões de G. W. F. Hegel (2008). Para o filósofo do século XIX, o saber a arquitetura se manifesta em sua primeira forma quando a humanidade começa a exteriorizar a arte como meio para uma finalidade diversa, definida pelo autor como *arquitetura autônoma*. A partir dessa concepção, imaginemos as manifestações iniciais de arquiteturas através da expressão do espírito humano na materialidade, tornando-a simbólica ou sagrada a um coletivo de pessoas. Neste sentido, cabe-nos pensar, em outra subcategoria, que o filósofo supracitado aplica sobre este tema, relacionado diretamente àquelas arquiteturas de valor sagrado. No caso do que seria algo sagrado no que tange as arquiteturas, utilizamos as palavras de Goethe; "É aquilo que diversas almas/Une, mesmo que de modo leve como o juco a coroa".[48] Mais precisamente ao problematizar sobre a passagem da arquitetura autônoma para a arquitetura clássica em um contexto ocidental, Hegel aponta sobre outra arquitetura intermediária, as arquiteturas para habitação dos mortos. Nas palavras do autor:

> Tal como a agricultura fixa o deambular nômade na propriedade de sítios estáveis, assim em geral, as tumbas, os monumentos sepulcrais e os cultos aos mortos reúnem homens e dão também àqueles que de resto não possuem qualquer moradia, nenhuma propriedade delimitada, um lugar de reunião, locais sagrados, que eles defendem e não querem que lhes seja arrebatados[49].

Ao aproximarmos essa concepção de arquitetura, citada pelo autor nesse caso referenciando-se às pirâmides do Egito Antigo, podemos relacioná-las aos estudos da arqueologia brasileira. No Brasil, muito já se falou sobre a presença de sítios arqueológicos com essas mesmas características, nomeados como sambaquis. No ano de 1797, frei Gaspar de Madre de Deus[50] antecipou a descrição do processo de formação destas construções. Para o historiador, estes viriam como consequência da acumulação de mariscos coletados por indígenas americanos, apresentando também restos de louças e ferramentas e ossadas humanas. Já no século XIX, precisamente no dia dezesseis de agosto de 1864, foi redigida uma carta-relatório endereçada à Princesa Dona Francisca, filha de D. Pedro I e Maria Leopoldina, herdeira das terras da colônia de seu mesmo nome em Santa Catarina, próximas a região de São

[48] HEGEL, 2008, p. 103.
[49] HEGEL, 2008, p. 124.
[50] Historiador brasileiro e religioso da Ordem de São Bento. Ver mais em http://www. ihgs. com. br / cadeiras / patronos /freigaspar. html

Francisco do Sul. O trabalho, entregue pelo conde La Hure, salientava o valor etnográfico dos vestígios materiais da pré-história brasileira encontrados na região da baía Babitonga.

> Utilizando terminologias arqueológicas extremamente técnicas e atualizadas, o conde estava muito a frente de seu tempo, superando as limitações dos intelectuais cariocas. O local investigado foi a baía do Saí (baía Babitonga), em São Francisco do Sul (SC), onde encontrou restos de diversos sambaquis denominados pelo conde de *amas de coquillages*[51].

Seus estudos demonstraram características sociais manifestadas nos sambaquis, a extensa presença desses em grande parte do território litorâneo brasileiro, e sua relevância histórica da "*plus ancienne race d'hommes Du Brésil"*[52]. Em seu relatório, o pesquisador enunciou três resultados deste estudo arqueológico. O primeiro foi de que estes sambaquis eram originados pela ação humana e não de um acontecimento natural como se teorizava até então. A segunda conclusão foi de que estes eram análogos a outros encontrados também da Dinamarca, nas ilhas Canárias e Antilhas, por identificação feita através de escavações e análises das camadas do objeto evidenciando uma uniformidade na estrutura, mas distinção na composição devido a diferentes condições ambientais e práticas alimentares dos lugares. A terceira afirmação foi de que o povo que construiu os sambaquis do Brasil habitou sua superfície, ou seja, essas construções tinham funções que iam além de meros restos da alimentação de agrupamentos, mas uma mescla entre cemitérios e habitações.[53]

[51] LAGER: 2001, p. 37.
[52] HURE, 1865:1 in LANGER, 2001, p. 38.
[53] LANGER, 2001, p. 43.



Figura 9 - Vista aérea do Sambaqui Garopaba do Sul, popularmente conhecido “elefante branco”, no município de Jaguaruna em Santa Catarina. - Fonte: DEMATHÉ, 2014

Esses monumentos paleo-americanos da região litorânea brasileira constituem-se, então, de construções de grupos sociais na paisagem litorânea, utilizando materiais calcários do mar, produzindo uma outra topografia do terreno resultando em elevações de montantes de conchas, moluscos, ossadas de peixes vindas da pesca e alimentação, além da presença de cerâmicas, ferramentas, esculturas líticas e ossadas humanas enterradas e sepultadas através de ritos culturais. Estes mesmos estudos apontam também marcas de estaqueamentos em áreas de entorno destes monumentos e a presença de sepultamentos de corpos em vasos, possibilitando pensar na presença de aldeamentos constituídos a partir deste referencial paisagístico, objetivando a reunir as pessoas para práticas sociais e ritos espirituais.

Outra descoberta ressalta o uso prático da altura das construções que possibilitavam a prática da pesca condicionada pela presença sazonal de cardumes. Esta prática exigia um trabalho coletivo possível através da comunicação por visibilidade a longas distâncias por meio destes referenciais visuais. Gaspar (2004) afirma em seus estudos que as populações sambaquianas que habitaram a região do litoral sul brasileiro possuíam lógicas espaciais e sociais específicas, relacionadas a ritos funerários, alimentação específica e também com a apropriação e alteração da paisagem intencionalmente.

Salientamos aqui uma verdadeira apropriação do ambiente marinho enquanto lugar de encontro e intensa relação social e cosmológica, num esforço evidente em consolidar ritos e memórias para além da existência física dessas populações. Essas evidências demostram uma organicidade social complexa. Hoje, arqueólogos do campo afirmam que "os sambaquis conferem ordem e sentido cultural ao mundo natural, na forma de uma ligação intensa (atávica) com um determinado território, e explicitam a socialização da natureza de forma expressiva e contundente"[54].

Durante esta pesquisa, visitamos em diversos momentos o sambaqui Enseada I[55], localizado na região de mar aberto de São Francisco do Sul (Figura 10), e constatamos a presença de oficinas líticas[56] distribuídas ao redor da elevação calcária. Estas marcas, em contraste com a paisagem litorânea, evidenciam a permanência e interação dos grupos sociais junto à construção, através de práticas de alimentação e produção de ferramentas e louças, como também do uso das alturas e no encontro entre os semelhantes para práticas com o mar. Isso porque "a presença de uma oficina lítica indica ações de um processo que envolveria estratégias de escolha do espaço, transporte de matéria-prima e identificação das rochas apropriadas, além das técnicas adequadas para a produção de artefatos"[57]. Ou seja, um processo intencional e de longo prazo.

[54] DEBLASIS et al. 2007, p. 54.
[55] Sítios Arqueológicos do Município de São Francisco do Sul Registrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos CNSA / IPHAN – Acessado em 05 de outubro de 2018.
[56] "Denomina-se oficina lítica o local onde dada sociedade dava polimento a seus instrumentos de pedra, estando na maioria das vezes "associadas a uma área próxima de habitação". MASJ, 2001, p. 42.
[57] MASJ, 2001, p.42



Figura 10 - Sambaqui Enseada I, localizado nas áreas de mar aberto da ilha de São Francisco do Sul. Sua escala e tamanho afirmam a monumentalidade em relação à cidade urbanizada. Fonte: AMBUS, 2019.

Por essa razão, podemos afirmar, através da explícita monumentalidade da construção em relação à paisagem litorânea (Figura 10), que se inventavam novas paisagens de uso referencial para formação de aldeamentos, práticas de ritos coletivos de pesca, produção de objetos e alimentação entre os habitantes e o diálogo intenso com o mar. Sendo assim, arqueólogos como Deblasis e outros (2007) propuseram que os sambaquis fossem registrados enquanto sítios arqueológicos carregados de uma série de características mais complexas de organização social e econômica. “Mais que isso, ao integrar a socialização do mundo a ancestrais cujos antepassados míticos estão ligados ao mundo natural e sobrenatural, os sambaquis eventualmente representam evidências de um processo de transformação do fato natural em artefato cultural”[58].

Constatamos assim que essas construções calcárias são hoje ruínas de antigas construções das populações ancestrais da região. Relíquias culturais das antigas populações brasileiras, moldadas coletivamente por séculos através de uma cosmologia intrínseca ao ambiente litorâneo. Na atualidade, algumas dessas construções se mantêm em arruinamento, estando suscetíveis a diversas intempéries, como vimos no sambaqui Enseada I. Estas importantes perspectivas de valoração deste material arqueológico coloca as populações do período Paleo-Americano enquanto produtoras de um significativo acervo cultural construído,

[58] DEBLASIS et al. 2007, p.54

opondo-se à conclusão precipitada de que os sambaquis foram resultados aleatórios de bandos nômades coletores de moluscos. Pelo contrário, estes estudos afirmam a existência de um sistema territorial estável envolvendo sedentarismo e demografia expressiva. A construção de estruturas monumentais com lógicas sociais em proximidade e relação direta com os ambientes litorâneos.

> O sambaqui seria, pois, um centro social múltiplo, local de reunião coletiva, a grande sala de estar do clã, monumento totêmico do Homem Paleo-Americano, cuja localização não se fazia ao acaso, mas consoante certas condições impostas até ou principalmente por fatores mágicos. Monumentos funerários, sim, [...]. As alegrias e as tristezas coletivas aí se comemoravam; os ritos mágicos aí se procediam como, anteriormente, nas cavernas pintadas do Magdalense europeu ou, posteriormente, nos imensos templos e nas vastas tumbas do Egito e da Mesopotâmia proto-históricos ou nos megalíticos de todo o mundo[59].

Como estratégia política de preservação e valoração, é importante ressaltar a característica enquanto "Monumento Paleo-Americano" resultante de uma lógica cultural de populações com a paisagem litorânea, não podendo, portanto, ser isolado do sítio em que está assentado. Ressaltar também que o entendimento sobre os sambaquis depende diretamente da manutenção de sua implantação nos terrenos dialogando com a geografia de inserção. Compreender este enquanto uma construção para reunião dos povos, dotada de significado cosmológico com matéria-prima proveniente do ambiente marinho, transmuta-a em uma topografia operativa[60], "arquitetura autônoma"[61], totem, monumento funerário, carregada de ancestralidade e vida para além da existência física. Assim,

> [...] de um lado o rito mágico, totêmico, o jazigo, a sepultura, o panteão: de outro a ágora o fórum, o acrópole dos primeiros ajuntamentos de grupos já mais ligados socialmente e prestes a deixar o totemismo, ou pelo menos, afrouxá-lo, rumo à grande revolução do neolítico, que iria dar na Província, primeiro, depois na Nação, quando a cidade assumia toda a sua importância e, no centro dela, a praça pública, cujo conteúdo eram todos os monumentos representados à sua origem por qualquer coisa parecida a um sambaqui"[62].

Neste longo período de permanência, estas ruínas passaram por diversas alterações produzidas pela ação humana. A diferença estratigráfica das camadas interiores dos sambaquis desperta hipóteses de ciclos de povoados, por abandono ou nova ocupação entre semelhantes

[59] DUARTE, 1968, p. 96.
[60] Nomenclatura autoexplicativa em que a obra arquitetônica se integra com a realidade topográfica do terreno.
[61] HEGEL, 2008, p. 103.
[62] DUARTE, 1968, p. 100.

ou não, herdando ou rompendo com tradições. Essas diferenças apontam principalmente a troca entre culturas que, ao longo dos anos, se apropriaram das construções, seja pela constância de usos através da compreensão da ancestralidade, ou rupturas entre aparecimento de ferramentas e louças em camadas mais próximas à superfície.

Por motivos ainda não suficientemente claros, cultivaram-se por séculos passados estas construções mantendo tais vestígios como ruínas. Pouco ainda se sabe acerca das práticas entre estes monumentos e as populações que habitavam a América do Sul no século XIV. Contudo, a partir do século seguinte, com a efetiva ocupação de colonizadores europeus no continente americano, juntamente com os conflitos e disputas territoriais para ocupação das terras brasileiras, estes montantes de conchas tornaram-se matéria-prima indispensável aos colonizadores para a edificação das cidades coloniais. Detentores do conhecimento para o processo de calcinação, foi essa a técnica utilizada para obter a cal empregada nas primeiras construções coloniais edificadas no Brasil. Veremos, então, que devido a esta técnica construtiva, o desmanche dos sambaquis foi uma prática corriqueira dos colonizadores para obtenção do cal e edificação das cidades coloniais brasileiras.

3.2. PAISAGEM COLONIAL LITORÂNEA: VILA PORTUÁRIA VERNACULAR

No ano de 1935, o jornalista e geógrafo Raimundo Lopes da Cunha apresentou seu trabalho durante o Congresso Brasileiro de Proteção à Natureza, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, sob o título "*A Natureza e os Monumentos Culturais"* [63]. Refletindo sobre o caminho da preservação cultural brasileira, o também professor elencou diversas recomendações a serem consideradas para formulação de políticas públicas patrimoniais culturais e entre elas, especificamente sobre o patrimônio arqueológico, este dizia: "[...] 4) Proibir a exploração de caieiras e quaisquer depredações nos sambaquis e outras jazidas, contendo crâneos ou artefatos indígenas; [...] 5) estabelecer normas de conservação das jazidas arqueológicas, de acordo com os costumes locais, condições de "habitar" e de trabalho, [...]"[64]. A sua preocupação sobre a depredação desses monumentos vinha de registros feitos já mesmo no século XVI, durante o

[63] IPHAN, 1937, p.77.
[64] IPHAN, 1937, p. 77.

período inicial do Brasil Colônia. Fernão Cardim[65], em seu texto *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, escreveu sobre o uso dos sambaquis na arquitetura colonial.

> Os índios naturaes antigamente vinhão ao mar ás ostras, e tomavam tantas que deixavão serras de cascas, e os miolos levavão de moquém para comerem entre anno, sobre estas serras pelo decurso do tempo se fizerão grandes arvoredos muito espessos, e altos, e os portuguezes descobrirão algumas, e cada dia se vão achando outras de novo e destas cascas fazem cal, e de um só monte se fez parte do Collegio da Bahia, os paços do Governador, e outros muito edifícios e ainda não he exgotado.[66]

Percebemos, então, que registros escritos em documentos históricos denunciam o desmanche dos sambaquis a partir do período colonial para obtenção de material aglutinante para construção de arquiteturas e estradas. A cal, que constitui o aglutinante obtido através do processo de calcinação, tornou-se material indispensável para consolidação das colônias litorâneas brasileiras. Outros relatos, como o do sueco Albert Loefgren em sua viagem ao Brasil em 1875 [67], reafirmam o desmanche dessas construções milenares para a implementação das novas arquiteturas estrangeiras em solo americano.

> Quando pela primeira vez atravessámos o braço de mar que separa a ilha de S. Vicente da terra firme, no mez de Maio de 1875, passámos perto da ilha do "Casqueiro". N'essa época havia alli muita vida. Um numeroso grupo de trabalhadores lá se movia em plena atividade, revolvendo a superfície e enchendo carrocinhas que desciam até beira-mar, ao pé de uns fornos que deitavam espessas nuvens de fumaça e onde umas lanchas chatas recebiam carregamento de sacos cheios. Admirados deste movimento industrial numa ilha pequena, perguntámos ao nosso companheiro: "que estabelecimento é aquelle"? É uma fábrica de cal", esclareceu-nos ele. "De cal"? replicámos, "esta ilha é então formada de uma rocha calcarea"? "Não", respondeu, "extraem a cal das cascas de ostras de um grande sambaqui que cobre quase toda a ilha". [68]

Na região da baía Babitonga, que compreende grande parte do município de São Francisco do Sul, e cidades pertencentes a macrorregião do litoral norte de Santa Catarina como Araquari e Joinville, conforme levantamento do MASJ – Museu do Sambaqui de Joinville, há um total de aproximadamente 150 sambaquis "e em São Francisco do Sul sete caieiras

[65] Fernão Cardim foi um jesuíta português. Embarcou para o Brasil em 1583, como secretário do visitador da Companhia de Jesus em 1566. Esteve em regiões que hoje pertencem os estados da Bahia, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo.

[66] CARDIM, Fernão. Tratados da terra e gente do Brasil. Rio de Janeiro: Editores J. Leite & Cia. , 1925, p. 92. In CALAZANS, 2016, p. 09.

[67] CALAZANS, 2016, p. 03.

[68] CALAZANS, 2016, p. 03.

funcionavam a partir de sambaquis”[69]. Levantamos a hipótese, assim, do uso e da utilização deste material nas arquiteturas coloniais de São Francisco do Sul.

Sobre os remanescentes arqueológicos materiais da paisagem tombada de São Francisco do Sul, constatamos que até o século XIX os casarões edificados eram constituídos de: “blocos e fragmentos e rocha, argamassados e rebocados com uma mistura de cal concha com areia e/ou argila, foram empregados na construção de baldrames, pilares e paredes”[70]. Essa constatação nos conduz a questionarmos a procedência dessa materialidade para edificação da vila colonial de São Francisco do Sul. Oportunamente, por estar em situação de ruína, pudemos analisar a materialidade de uma habitação do século XVIII na paisagem tombada de São Francisco do Sul. Assim, como exercício de análise, comparamos essa materialidade com a materialidade do sambaqui Enseada I, através de fotografias. Essas fotografias evidenciaram uma aproximação muito grande entre as construções, como vemos nas figuras a seguir:



Figura 11 - Investigação da materialidade das arquiteturas coloniais de São Francisco do Sul; 1. Materialidade do sambaqui Enseada I; 2. Materialidade da parede da habitação colonial do séc. XVIII em ruína. 3 , 4, 5 e 6. Afloramento da materialidade de concheiros e materiais orgânicos da ruína colonial. Fonte: AMBUS, 2019.

[69] ZERGER, et al, 2017. apud: BANDEIRA, D. da R. ; BORBA, F. M. ; ALVES, M. C. , 2017, p. 178.
[69] BANDEIRA, D. da R. ; ALVES, M. C. , 2017, p. 36.

O que queremos provocar com essas fotografias (Figura 11) é a relação de apropriação que a cultura colonizadora produziu na paisagem litorânea brasileira e que, de alguma forma, resultou em arquiteturas de materialidade singular, caracterizando regiões litorâneas. Tratando-se, então, dessa materialidade, as arquiteturas no estilo colonial "luso-brasileiro", produzidas em São Francisco do Sul, apresentam espessas paredes em pedra erguidas a partir de elementos vindos do mar, reaproveitados possivelmente de sambaquis próximos: conchas, areia, seixos e também óleo de baleia utilizado como aglutinante e hidro-repelente. Essas arquiteturas, por serem construídas a partir da matéria-prima ofertada no território habitado, anunciam a apropriação e construção do núcleo urbano colonial a partir de elementos já construídos. Enquanto vila colonial, até final do século XVIII, na localidade ainda se mantinha uma população sem grandes riquezas, de intensa subsistência marinha e ausência de recursos externos e mão de obra especializada.



Figura 12 – Ruinas da Igreja São José, (Morro do Hospício) (1921) Fonte: Arquivo Iconográfico Digital do Escritório Técnico do IPHAN de São Francisco do Sul.

Vemos na Figura 12 uma fotografia das ruinas da Igreja São José, uma das mais antigas arquiteturas da paisagem tombada de São Francisco do Sul. Localizada no Morro do Hospício, foi administrada pela Ordem Terceira da Penitência[71]. Juntamente com a Igreja Matriz, estas

[71] BANDEIRA, D. da R.; BORBA, F. M.; ALVES, M. C., p.201, 2017.

construções levantam algumas questões peculiares. Além da similaridade material com os casarões coloniais que analisamos anteriormente, essas edificações religiosas desempenhavam nesse momento, os ritos e práticas funerárias da vila[72]. Suas construções com paredes de quase um metro de espessura feitas com conchas, areia, pedra e óleo de baleia centralizava todos ritos religiosos que a vila colonial praticava. Então, além de nos questionarmos acerca da fonte de obtenção dessa grande quantidade de material calcário que possibilitou suas concepções, nos cabe também refletir sobre a ruptura e adaptação da mesma prática cultural de monumento funerário e espiritual. Não estaria essas arquiteturas buscando desempenhar papeis similar aos sambaquis? Pois não seriam estas arquiteturas sagradas para reunião da população e habitação dos mortos? Por essa razão, se deve um trabalho que parta dessas arquiteturas enquanto sítio arqueológicos repleto de informações acerca das lógicas sociais vividas nesta localidade.

Seguidamente veremos que a relação cultural da população com o mar passa por um grande processo de mudança organizada em vila de subsistência marinha, para práticas portuárias mercadológicas no atendimento de cargueiros europeus, participando da lógica de ocupação colonial do litoral brasileiro dos séculos XVII e XVIII. Numa mesma trama de redes de portos brasileiros, o governo imperial desenvolve estratégias específicas de ocupação das áreas meridionais, conduzindo diferenças marcantes da identidade dessas regiões no panorama nacional.

3. 3. FORMAÇÃO DA MALHA URBANA COLONIAL PORTUÁRIA

Na intenção de analisarmos o momento de consolidação da malha urbana contida na paisagem tombada de São Francisco do Sul, conduziremos aqui uma análise urbana para compreender o resultado compositivo deste espaço construído enquanto processo social[73]. Para isso serão analisadas as características da paisagem na rede urbana colonial brasileira, para posteriormente estudarmos a sua performance de núcleo urbano regional. Assim, refletimos sobre o comportamento da vila colonial de São Francisco do Sul enquanto espaço portuário, como ponto aglutinador de estrangeiros, mas também de dispersão. Esta análise acaba revelando um processo de ruptura em que rapidamente o Brasil, devido ao intenso processo de

[72] BANDEIRA, D. da R.; BORBA, F. M.; ALVES, M. C., 2017.
[73] GOULART FILHO, 1968, p. 20.

colonização iniciado no século XVI, se urbaniza e condiciona suas cidades a políticas mercadológicas internacionais.

Segundo o arquiteto e urbanista Nestor Goulart Reis Filho (1968) a urbanização do Brasil, durante o século XVI, mostrou-se não apenas enquanto fenômeno de encontros e conflitos culturais, mas como estratégia de dominação através de políticas de urbanização por um sistema colonizador, portuário e mercantil[74]. Durante os primeiros anos do século XVI, não houve de fato uma urbanização nacional, visto que a prática dos países europeus com a América do Sul era exclusivamente predatória, através da extração de madeira e escambo. Por essa razão, definimos que o início da política urbanizadora no Brasil se deu a partir da implementação de um sistema colonial, com a criação de capitanias e regime econômico monocultor escravocrata[75].

Este sistema colonial funcionava basicamente através de um mercado de exportação controlado por Portugal enquanto uma Metrópole, e uma grande retaguarda rural de larga produção monocultora de baixo custo localizada no Brasil. O que é importante destacar nesta análise das redes urbanas nacionais e, aqui nessa pesquisa, dos espaços de fronteiras marinhas, é este sistema colonial constituído de um mecanismo de dependência como a cidade e o campo, mas em uma escala internacional, entre Metrópole e Colônia, conduzindo as regiões portuárias em espaços intersticiais nervais para efetividade deste sistema político: o meio.

O marco temporal atribuído ao surgimento da urbanização e implementação do sistema colonial no Brasil ocorre em 1532 com a ocupação do litoral paulista pelo militar português Martim Afonso de Sousa em São Vicente. Ao passar 120 anos, em 1650, já havia 31 vilas portuguesas e 6 cidades distribuídas ao longo da costa brasileira, principalmente no norte e nordeste[76]. Já a região meridional sul inicia efetivamente sua ocupação dentro do sistema colonial com a vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá em 1649 no Paraná, e Rio de São Francisco do Sul, atual São Francisco do Sul em 1660, ficando o estado do Rio Grande do Sul com a colonização portuguesa para o século XVIII, todas através de sistemas de portos. Os núcleos urbanos coloniais, surgidos no século XVI no Brasil, não se desenvolveram ao acaso. A imposição dessas espacialidades aos moldes ocidentais europeus conduziu diversos conflitos sociais, espaciais e ambientais pelo país:

> Contrariamente à idéia de que as cidades coloniais brasileiras tenham sido desenhadas pelo acaso, a documentação histórica demonstra que a morfologia, as tipologias das

[74] GOULART FILHO, 1968, p. 183.
[75] GOULART FILHO, 1968, p. 183.
[76] GOULART FILHO, 1968, p. 79.

> construções, alinhamentos e mesmo o uso do solo resultavam, em grande medida, de posturas urbanísticas impostas por ordenações do Reino e, posteriormente, pelo governo provincial[77].

Os núcleos urbanos estabelecidos nos primeiros séculos de colonização no Brasil situavam-se em sua maioria no litoral, possibilitando estratégias militares, administrativas e econômicas. Vemos então que as baías serviram de estratégicos espaços propícios a implementação de povoados baseados no sistema colonial de produção e exportação agrícola monocultora, pois estas permitiam sempre a ancoragem segura das esquadras e das embarcações de comércio além do aproveitamento das terras circundantes para a instalação de numerosas unidades agrícolas. A relação da ocupação colonizadora e da fundação das capitanias com a geografia das baías é intrínseca. No século XVI, Frei Vicente do Salvador descreveu a geografia da baía de Todos os Santos, na Bahia, como um sítio favorável para implementação do núcleo urbano de base agrícola.

> Por antonomásia e excelência se levanta com o nome comum e apropriando-se a si se chama a Bahia, e com razão, porque tem maior recôncavo, mais ilhas e rios dentro de si que quantas são descobertas em o mundo, tanto que, tendo hoje cinquenta engenhos de açúcar e para cada engenho mais de dez lavradores de canas que se faz o açúcar [...][78].

De mesmo modo, encontramos relatos do Frei Vicente do Salvador acerca da sua chegada a baía do Rio de Janeiro, a Guanabara. A riqueza de detalhes que o viajante descreve a importância que as comodidades ambientais da baía propiciaram para a edificação da cidade nos mostram o quão importante esses sítios foram para o processo eficaz de colonização do país.

> O Rio de Janeiro está em vinte e três degraus debaixo do trópico de Capricórnio, e impropriamente se chama rio, porque antes é um braço de mar, que ali entra por uma boca estreita que se pode facilmente defender de uma parte a outra com artilharia; mas dentro faz uma baía ou enseada em que entram muitos rios e tem perto de quarenta ilhas, das quais as maiores se povoam e as menores servem de ornar o sítio, ou de portos onde se abriguem navios. Estas comodidades e muitas outras deste rio e baía, juntas com a fertilidade da terra, a faziam digna de ser povoada, quando se povoaram as mais do Brasil [...][79].

[77] MACHADO, Jurema, 2009. P. IPHAN, 2009, p. 10.
[78] GOULART FILHO, 1968, p. 123.
[79] GOULART FILHO, 1968, p. 124.

A partir do século XVII, com o crescimento e expansão da rede urbana das capitanias e consequente aumento do mercado de exportação e concorrência, estes propícios locais para fundação de núcleos urbanos de base agrícola tornaram-se importantíssimos espaços de concentração de todo o comércio de importação e exportação produzido nas áreas rurais da Colônia. Devido a intensificação de uso comercial, teriam esses núcleos a necessidade de implementar amplos portos assegurados por um esquema defensivo apropriando-se da geografia. Então, o que no século anterior foi definido por razões militares e administrativas, passava a atender então a implementação de programas de centralização comercial da Metrópole através de programas de portos. Isso constituía atividades econômicas centralizadas em proprietários rurais, que expandiam a política da monocultura da Colônia através da detenção dos meios de produção, que na época seria basicamente os escravos, os engenhos, e recursos de operação.[80] Nesse amplo contexto histórico-cultural, os portos brasileiros desempenharam identidades confluentes em processos de ocupação territorial distintos, como no parecer técnico de tombamento de São Francisco do Sul, sobre sua relevância em contextos nacionais:

> Caberá ao estudioso do assunto perceber tanto suas particularidades quanto a inclusão delas num contexto histórico-cultural mais amplo, que possibilite a compreensão dos diferentes papeis dentro desse processo de ocupação do litoral sul e a percepção da profunda identidade existente entre elas, contribuindo assim para uma explicação da constituição da nação brasileira como um todo. [...] perceber a intrínseca relação histórica que estas mantem com as do litoral paranaense e paulista, como, por exemplo, Paranaguá, Cananéia, São Vicente, entre outras[81].

A maioria dos sítios, escolhidos para o assentamento destes núcleos no Brasil, ocorreu em baías que possuíam altas topografias, facilitando a defesa e o controle das frotas marítimas comerciais. Na baía Babitonga, o regime de organização da vila de São Francisco do Sul, a partir da sua ocupação por portugueses na metade do século XVII, baseava-se na produção monocultora, como no restante do país. Porém, ao que tudo indica, o desempenho da produção agrícola deste núcleo era baixo, a ponto de se tornar um local muito mais utilizado para reparo de navios e acesso à água e a mantimentos do que um grande exportador de produtos do mercado colonial.

> A economia desta região não participava de forma direta da estrutura econômica tradicional, monocultora, escravista e exportadora. (...) Com papel subsidiário, a

[80] GOULART FILHO, 1968, p. 46.
[81] IPHAN, 1987, p. 09.

> região sul cabia dar apoio às investidas portuguesas na região platina, muitas vezes, drenando os já escassos recursos alimentares (farinha de mandioca) e em homens para suas tropas, frequentemente em guerras do sul[82].

De uso quase que exclusivo para escoamento da produção monocultora da retaguarda rural e auxílio aos navegadores com aguada e manutenção dos navios cargueiros, a orla de São Francisco do Sul tornara-se um espaço de instalações portuárias. A baía Babitonga, de grande profundidade e águas calmas, exercia, junto à área de praia, a centralidade aglutinadora das práticas rotineiras desempenhadas no terreno. Essas práticas envolviam o percurso entre o Morro do Rádio para quem vinha da região sul agrícola do Rocio Grande, com a outra ponta, a foz do rio da Pedreira, espaço que posteriormente fora utilizado para expansão da área portuária industrial. Este traçado percorria o perímetro da orla marítima da baía Babitonga entre o Morro do Hospício e o Morro da Caixa D'água, consolidando o principal eixo urbanizador da malha colonial.

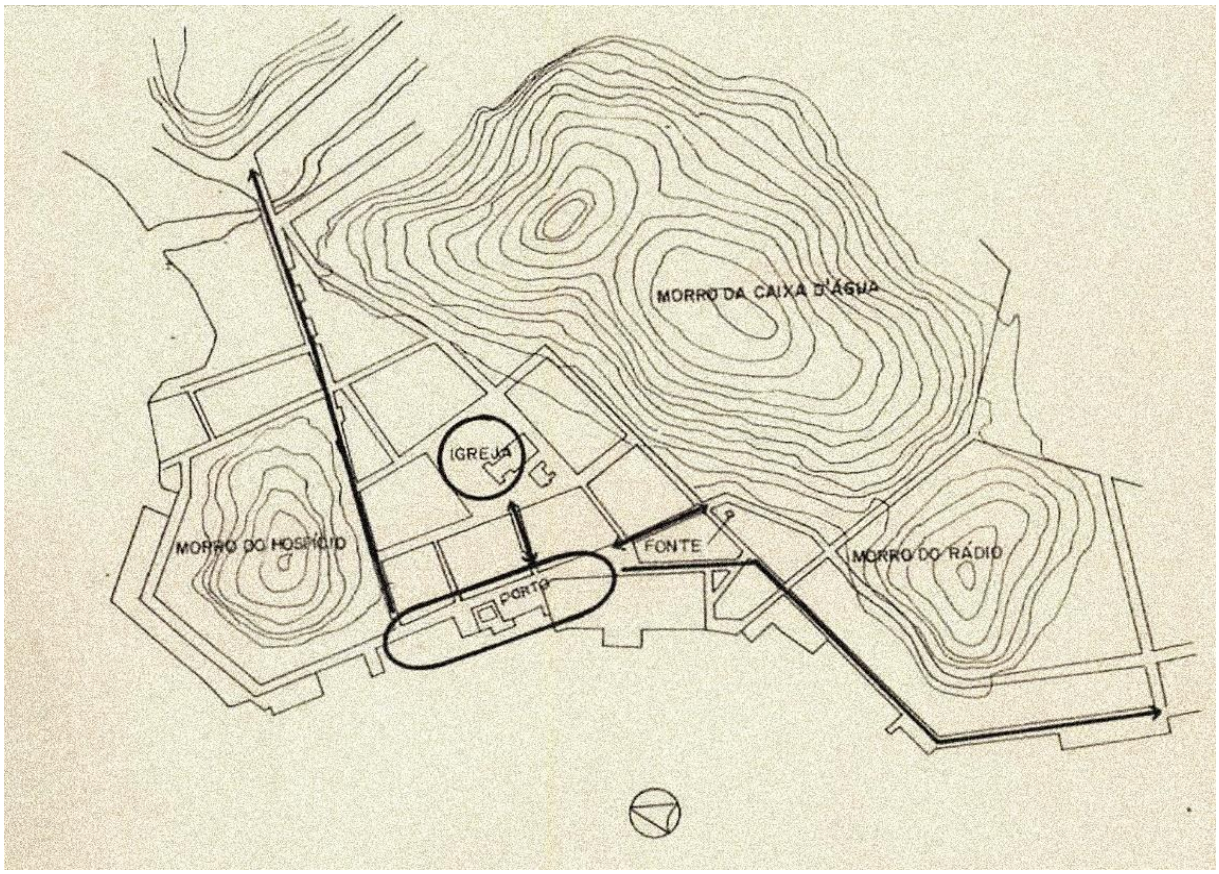


Figura 13 - Primeiro traçado urbano de São Francisco do Sul a partir das relações espaciais com a orla de uso portuário. Fonte: IPHAN, 1987 p. 32

[82] IPHAN, 1987, p. 12.

Conduzindo uma análise da paisagem, o arquiteto e urbanista José Simões de B. Pessoa relatou no processo de tombamento[83] o primeiro arruamento da Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco do século XVII. O primeiro traçado apresentado no processo (Figura 13), ilustra a orgânica compartimentação da malha urbana inicial, desenvolvida em função de relações e percursos condizentes às práticas culturais portuárias e, em segundo plano, aos ritos religiosos no entorno da Igreja Matriz, o acesso da fonte d'água, o canal de desembocadura do Rio da Pedreira e o atual morro da Rádio.

> Dentre as referências do tecido, identificamos dois pontos significantes: A praça, com a respectiva Igreja, onde anteriormente se localizava, também, a Casa de Câmara e Cadeia e a Rua da Praia. Os dois elementos espaciais, a Praça e a rua litorânea, junto com a fonte d'água determinam, durante a lenta construção da cidade, a forma geral que irá assumir o centro histórico de São Francisco do Sul. Esta se materializa com as ligações entre os espaços e do conjunto com o interior da ilha[84].

Fundada em meio as disputas navegadoras e colonizadoras dos séculos XVI e XVII, através da implementação de um sistema colonial de produção agrícola para exportação, o núcleo urbano da ilha de São Francisco do Sul tornou-se ponto estratégico das navegações do rio da Prata e comércio com a Colonia del Sacramento no Uruguai. "As prerrogativas em relação ao comercio e à navegação, concedidas aos primeiros colonizadores permitiam uma verdadeira descentralização comercial. Todos os proprietários participaram, em maior ou menor grau, das atividades comerciais e todos foram, em maior ou menor grau, comerciantes"[85]. A relação de comércio que Portugal estabelecia com o Brasil basicamente se desenvolveu através das exportações agrícolas e da importação de manufaturas e equipamentos através das áreas portuárias. Estas também desempenharam, consequentemente, o importante papel como porta de entrada de diversos imigrantes que se consolidaram nas terras brasileiras, formando a atual pluralidade nacional que evidenciamos na atualidade.

3.4. IMIGRAÇÕES E AS PRIMEIRAS REFORMAS URBANAS

O período colonial no Brasil representou a ocupação massiva de estrangeiros, principalmente os portugueses nas regiões litorâneas. A chegada destes imigrantes condicionou

[83] IPHAN, 1987.
[84] IPHAN, 1987, p.16
[85] GOULART FILHO, 1968, p.51.

a entrada de vários outros, principalmente os habitantes africanos, que chegavam ao país na condição de escravizados. Em uma violenta disputa cultural característica da consolidação do Brasil, foram implementadas no século XVIII estratégias políticas e econômicas de ocupação territorial através de uma imigração seletiva.

> A entrada de estrangeiros no Brasil embora com franca ocorrência desde a vinda de portugueses em 1500, intensificou-se com o decorrer dos séculos, em especial com a abolição da escravatura e a adoção de políticas eugênicas, que privilegiaram os imigrantes de origem europeia em detrimento dos de origem africana e/ou de outras nacionalidades, ou ainda àqueles que, de forma forçada ou voluntária, vieram ao Brasil sem possuir pele branca e sangue europeu[86].

A vocação do município de São Francisco do Sul, enquanto cidade portuária, manteve a tradição de receber estrangeiros por diversas fases de sua história. Registros documentais de 1504 do diário de viagem do navegador francês Binot Palmier de Gonneville relatam seu encontro com um grupo da etnia Carijó, representados pelo cacique Arô Içá presumivelmente na ilha que hoje se chama São Francisco do Sul.[87] Durante os anos de dominação espanhola, no governo dos Felipes, entre 1580 e 1640, Sebastião Caboto e D. Alvaro Nuñes Cabeza de Vaca, estiveram na ilha de São Francisco do Sul já reconhecendo sua vocação portuária como "una buena isla, en una grande baía, bien poblada de índios, casi redonda, de seis leguas por lo mas ancho, com uno puerto mui seguro"[88]. Sem uma efetiva consolidação, outras tentativas de ocupação espanhola ocorreram em São Francisco do Sul no século XVI, com Jaime Rasquin, Juan Ortiz de Zarate e Diogo Mendieta[89]. A ocupação dos vicentinos ligados à coroa real portuguesa, que ocorre a partir do século XVIII na cidade, conduziu a primeira estruturação urbana na região aos moldes do sistema colonial, que durante um período significativo estimulou o monopólio do mercado de exportação, proibindo a ancoragem e a comercialização de produtos que não fossem com a Metrópole, como em outros tantos portos construídos no litoral brasileiro durante o século XVII.

> Em 1661 é proibido o comércio da colônia a todos os navios estrangeiros. A proibição é renovada logo no ano seguinte [...]. Em 1684 é vedado aos navios saídos do Brasil tocarem em portos estrangeiros. Tal medida entendia não somente reprimir o contrabando, mas, principalmente, transformar o Reino em único entreposto para mercadorias brasileiras. É a preocupação dominante da Metrópole: vêmo-la implícita em todos os regulamentos comerciais que expediu para colônia. Em 1711 (C. R. de 8

[86] FRAZÃO, 2017, p. 1107.
[87] RIBEIRO, Darcy e MOREIRA NETO, Carlos de A. A, 1993.
[88] IPHAN, 1987, p. 61.
[89] IPHAN, 1987, p. 61.

> de fevereiro) chega a proibir aos moradores do Brasil passarem-se diretamente a países estrangeiros[90].

Na vila colonial de São Francisco do Sul, neste mesmo período, em 1726, segundo relatos contidos nos Livros de Vereança da Câmara da Vila (1720/1846), o então coronel-regente de São Paulo mandou "tirar devassa do negócio"[91], referindo-se a um navio de nacionalidade francesa que estava ancorado na baía Babitonga. Porém, nestes mesmos registros encontramos a seguinte colocação: "O povo, com relação à proibição feita em 1726, requereu à Câmara que não convinha fazer-se tal proibição, visto esta terra não ter defesa com que se pudesse defender de uma fortaleza, como era o navio francês que se achava aqui arribado, de quarenta peças"[92]. Também em 1826, a península do Saí em frente à ilha de São Francisco, onde localiza-se o atual distrito Vila da Glória, faria parte de um experimento único no Brasil: a instalação de um falanstério, projeto de caráter socialista, idealizada por Charles Fourier, influente pensador francês. O resultado desta investida utópica e mal sucedida trouxe à região pouco mais de duzentos franceses que participaram da experiência sem grandes resultados, levando muitas dessas famílias a se instalarem na ilha[93].

O porto de São Francisco, ao longo do século XIX e ainda XX, se tornaria a porta de entrada no Brasil para milhares de imigrantes europeus – alemães, suíços, dinamarqueses e noruegueses com destino à nova colônia que se desenvolvera na região continental, a Colônia Dona Francisca. Devido a este importante fator social, a economia regional cresceu sob o impulso de um ciclo de exploração da erva-mate e extração de madeiras. No ano de 1824, D. Pedro I ordenou, através da decisão número 80 de 31 de março, que as terras da colônia de São Leopoldo, na Província de São Pedro do Sul – atual estado do Rio Grande do Sul –, fossem reconhecidas pelo Império como um local onde imigrantes europeus, sobretudo alemães, poderiam contribuir para o desenvolvimento nacional.[94] Esta decisão transformou-se em um marco inicial das políticas de imigração que atingiriam o Brasil e principalmente a região sul do país durante o século XIX. Nas palavras do então Imperador: "Esperando-se brevemente nesta Corte uma Colônia de Alemães, a qual não pôde deixar de ser reconhecida utilidade para

---

[90] PRADO, Caio da Silva – Evolução Política do Brasil e Outros Estudos. 3ª edição, São Paulo, Brasiliense, pag. 33 apud GOULART FILHO, 1968, p. 53.
[91] IPHAN, 1987, p. 70.
[92] IPHAN, 1987, p. 13.
[93] Ler mais sobre esta experiência em LINS, Hoyêdo Nunes, 2010.
[94] SANT'ANA, 2001 apud: FAZÃO, Samira Moratti. Política (i)migratória brasileira e a construção de um perfil de imigrante desejado: lugar de memória e impasses.

este Império, pela superior vantagem de se empregar gente branca livre e industriosa, tanto nas artes quanto na agricultura"[95].

É importante fazermos uma breve reflexão quanto ao fundo ideológico e as consequências que essa citação retirada da decisão de D. Pedro I nos conduz na atualidade. Estima-se que no Brasil, entre os anos de 1501 a 1875, 5.848.266 milhões de africanos foram conduzidos forçadamente ao país em condições de escravizados. Só na região sul, aproximadamente 2.263.914 pessoas desembarcaram nessas condições por meio das áreas portuárias[96]. Durante o século XIX, visto já haver sinais do abolicionismo, o governo imperial conduziu políticas migratórias privilegiando questões econômicas e eugênicas, excluindo de benefícios de uso da terra a grande massa da população negra escravizada. Implementada em 1850, a Lei de número 601 de 18 de setembro, conhecida como Lei de Terras, concedia terras consideradas férteis, custeio de passagens e promessa de emprego a imigrantes alemães que possuíssem conhecimento na agricultura.

Estes dados nos informam duas questões importantes: a primeira é que houve de fato uma grande disparidade em relação aos programas de governo em "empregar gente branca livre e industriosa", e o tratamento que se deu aos escravos libertos e outras populações que não possuíam o "sangue europeu" e precisava de emprego. Nos anos de 1851 a 1889, soma-se a chegada de 65.614 alemães e 5.207 suíços, para um total de 939.77 imigrantes no Brasil. Deste mesmo dado, 7.102 entraram no Brasil pelo porto de São Francisco do Sul, constituindo este um lugar fundamental do fenômeno da imigração do país no século XIX[97]. Este dado nos leva a segunda questão: todas as pessoas imigrantes que entraram no país neste período, sob condições diversas, cruzaram as fronteiras portuárias enquanto pontos de centralização e dispersão de indivíduos, produzindo trocas culturais diversas. A porta de entrada de todas essas pessoas, de diferentes nacionalidades, foram as cidades portuárias. O curioso relato de um imigrante alemão na chegada ao porto de São Francisco do Sul em 1893 ilustra a intensidade que os cruzamentos culturais ocorreram nestas fronteiras:

> O imigrante que, pela primeira vez, pisa o chão brasileiro, deve certamente ter um bom susto ao serem inspecionados por um policial preto, muito escuro, e pelos seus grandes olhos que o vêem, cujo branco salienta-se do negro da face de modo assustador, como se êle quisesse atacá-lo com os seus dentes brilhantes de cor de marfim. Mas êle não precisa ficar muito tempo nesse lugar portuário puramente

[95] BRASIL, 1824:58 apud: FAZÃO, Samira Moratti. Política (i)migratória brasileira e a construção de um perfil de imigrante desejado: lugar de memória e impasses.
[96] Estes dados podem ser conferidos no site https://slavevoyages. org/assessment/estimates visualidade em 22 de junho de 2019.
[97] Estes dados podem ser conferidos nos estudos de NADALIN, S. O., 2018.

> africano. Em duas horas de viagem através de terra pantanosa com densa vegetação e com aves que ali vivem, alcança através do serpentuoso rio Cachoeira a Joinville, a graciosa, tão alemã colônia[98].

A agressiva impressão ao qual o imigrante alemão se dirige à aparência do brasileiro, e nesse caso especificamente à população de São Francisco do Sul do final do século XIX, conduz refletirmos sobre as consequências das políticas imigração que se deram no município a partir de então. Ao mencionar a cidade como "lugar portuário puramente africano", além do evidente conflito, esta citação nos informa as características culturais que a região ia se desenvolvendo até então. Uma curiosa fotografia do final do século XIX feita no pátio do mercado público de São Francisco do Sul (Figura 14), primeiro porto do município, mostra a população nitidamente mestiça, vendendo produtos como bananas e ovos. Porém, na construção, podemos observar na beira dos telhados a presença de lambrequins, adornos muito recorrentes das arquiteturas germânicas que se desenvolveram intensamente no norte do estado de Santa Catarina.



Figura 14 - Fotografia no pátio do mercado público, com a população nitidamente mestiça. Fonte: Arquivo Iconográfico Digital do ETec-SFS.

[98] *Weltreisen*, Berlin: Dietrich Reimer 1903 In: Bispo, A.A., 2014, s.p.

A falta do devido cumprimento dos benefícios prometidos pelo governo imperial aos imigrantes então chegados no Brasil entre os séculos XIX e XX, carregados de memórias e influências culturais de suas terras natais, conduziram uma ocupação de terras oferecidas no país. A adaptação do território pelas famílias estrangeiras desenvolveu uma grande expansão de regiões de alta produção agrícola, como as terras herdadas pela filha de Dom Pedro I, Dona Francisca de Bragança. Devemos entender, então, que o porto de São Francisco do Sul foi a porta de entrada de todo este "investimento" manufatureiro para fundação da Colônia Dona Francisca, entre mão-de-obra, equipamentos e diversos outros materiais. E que por consequência desse fenômeno, diversas reformas e adaptações foram feitas na paisagem portuária colonial de características rurais. Observamos então, que mais do que uma ascensão econômica dos habitantes, parece que o ocorrido foi uma ocupação dos espaços pelas populações imigrantes.

As paisagens históricas portuárias das políticas de embranquecimento da população brasileira, e principalmente da região sul do país, conduziu políticas que intensificaram a grande desigualdade social que assola o país até os dias atuais, caracterizada por políticas segregacionistas e raciais. Além disso, os espaços que foram ocupados por grande parte dos imigrantes europeus na região sul, não eram vazios demográficos, considerando também as populações indígenas que resistiam aos colonos nestes locais, sendo muitas extintas ou sobrevivendo também até os dias atuais na luta por demarcação de terras.

A mais marcante destas intervenções, que se reproduziu neste mesmo período em todas as regiões portuárias brasileiras, transformou significativamente esta malha urbana colonial e conduziu grandes processos de industrialização urbana: a construção das estradas férreas. Com a consolidação das estradas de ferro no final do século XIX e início do XX, contribuindo para maior comunicação e velocidade entre as cidades da rede urbana brasileira, mudanças urbanísticas radicais transformaram estes lugares. O que antes eram quase que praças de aglomeração de pessoas e vendedores que praticavam comércio, transformavam-se em espaços mecanizados ocupados por pessoas assalariadas trabalhando em cais e galpões para armazenamento de granéis: o início da formação de uma população proletária.

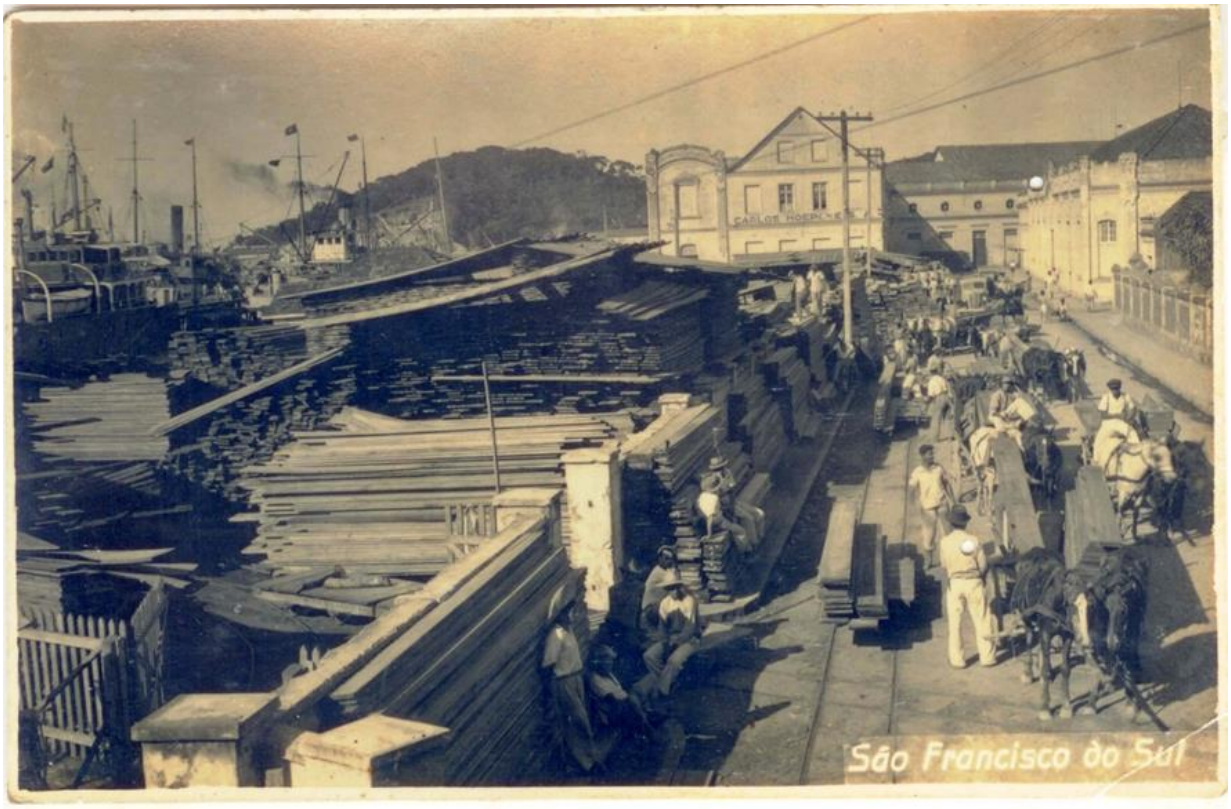


Figura 15 - Fotografias da empresa de estocagem Hoepcke & Cia no início do século XIX. Fonte: Arquivo Iconográfico Digital do ETec-SFS.

No estudo de arquivos documentais da cidade de São Francisco do Sul, realizado por Bauer (2008) entre os anos de 1880 a 1930, compreendeu-se num período de ruptura da vida rural do período colonial à urbanização industrial no município. Neste mesmo período em que se intensificam as imigrações, encontramos diversas mudanças induzidas pela elite francisquense através de planos de reorganização da cidade, leis de uso e controle do solo. Em decorrência do adensamento do núcleo urbano e o uso das ruas como locais de permanência por uma parcela significativa da população, a preocupação com a aparência das ruas e praças transformara-se numa constante. Nesse período, surge o primeiro Código de Posturas de São Francisco do Sul, de 28 de novembro de 1887. Este código normatizava parâmetros para a expansão urbana do antigo núcleo colonial, mas também regulamentava práticas sociais consideradas fora da "moral e dos bons costumes", proibindo cultos pagãos, expulsando assim seus detentores culturas. Neste código do município, encontramos alguns fatos interessantes como o artigo 75º que proibia festas populares como a festa do Divino, o entrudo, os fandangos e batuques. Fato esse que podemos identificar como um "empurrão" de parte da população negra e mestiça da cidade, reverberando hoje na fragilidade das festas folclóricas locais.

Dentre os 115 artigos aprovados através de uma câmara legislativa, muitos tratavam com caráter de urgência a questão da saúde pública e da higienização urbana, motivados pela

crescente expansão da cidade. O núcleo urbano colonial de São Francisco do Sul de aspectos rurais já não suportava a pressão da industrialização urbana vinda do mercado marítimo do século XIX. A alta rotatividade de mercadorias e pessoas desconhecidas aportadas na região conduziu o vilarejo rural a uma urbanização necessária, criando inclusive uma comissão de embelezamento urbano. Esta comissão, formada por representantes da elite franscisquense, estabeleceu o primeiro regime de normas urbanas na cidade. Para a população, era tempo de utilizar e cuidar dos espaços públicos como os próprios jardins residenciais.

> Todos sabemos dos esforços, podemos dizer mesmo, os sacrifícios, que a *Commisão de Embellezamento* empregou para nos dotar com um lindo jardim, que é o recreio de nossas famílias, pelas belas noites de luar: pois bem, esses esforços, esses sacrifícios, estão sendo sem nenhum efeito, devido a uma quantas galinhas, que vão se espojar nos canteiros, e a uns quantos cabritos que levam a comer os brotos das roseiras e a tosar as plantas rasteiras [...][99].

Nesta nota de 1912 do jornal local O Município, percebemos os conflitos culturais dos habitantes francisquenses no processo de urbanização da colônia rural. É importante compreender que até meados da metade do século XX, a malha urbana de características coloniais e portuárias ficou marcada principalmente por reformas públicas, mas também por novas edificações privadas. Condicionadas através de leis municipais e executadas entre habitantes da ilha e imigrantes, as reformas registraram na paisagem histórica de São Francisco do Sul mostra uma grande mistura de diferentes arquiteturas estrangeiras. Durante os anos 1920, o jornal francisquense A Razão relata a chegada de famílias pomeranas, italianas e sírias, estas somadas a outras famílias estrangeiras que já habitavam a ilha. Na paisagem, novas edificações de telhados inclinados, janelas com arcos ogivais e ornamentações anunciam a chegada de uma populações com referenciais nórdicos.

Assim, uma nova elite se formou na cidade francisquense que trabalhando em industrializar e embelezar a cidade, tirando aspectos rurais e buscando seu lugar no mercado portuário internacional. A movimentada Rua da Praia, antes utilizada como zona de comércio portuário, agora passava a chamar-se Rua Babitonga, enaltecendo a conexão com a baía. Essa rua, principal eixo urbanizador, tornara-se foco de novos usos que enaltecessem o passeio público restaurantes, lojas, galerias com vitrines na calçada (Figura 16). Fachadas coloniais em pedra recebiam novas feições com platibandas ornamentadas, relevos de estuque, adições de pavimentos e telhados de maior inclinação.

[99] Jornal local "O Município", São Francisco do Sul, 18/09/1912, p. 3 in BAUER, 2008.



Figura 16 - Cartão Postal com fotografia da Rua Babitonga movimentada. A esquerda o prédio da Alfândega e o Clube. (s. d.) Fonte: Arquivo Iconográfico Digital do ETec-SFS.

A construção de chalés com presença de lambrequins em beirais, varandas com balaústres também utilizados como ornamentos conduziam uma nova estetização da vila, na busca em tornar-se uma "cidade", sendo então elevada a esta categoria nacionalmente em 1847. Outro caso marcante conduzido pelos novos imigrantes na cidade foi a reforma da Igreja Matriz, alterando a antiga fachada com uma ornamentação de gosto nórdico, com enquadramentos e um novo frontão, além da adição de novos volumes anexos a nave central, como vemos na fotografia que ilustra a Figura 17.



Figura 17 - Cartão Postal com fotografia da Igreja Matriz a direita (s.d.) Fonte: Arquivo Iconográfico Digital do ETec-SFS.

Percebemos que neste momento, um padrão de embelezamento do espaço público foi uma preocupação recorrente através de uma estética erudita, negando feições consideradas arcaicas e rudimentares das arquiteturas coloniais. Em São Francisco do Sul, já cidade, encontramos outro relato de um morador: "Precisamos tirar da cidade essa feição de uma cidade adormecida, cujos beirais se parecem com pálpebras cerradas; as platibandas dão-lhes uma feição risonha, alteiam os edifícios, modernizamos, tornando-os altivos, encantadores, interessantes"[100].

No ano de 1938, alterando drasticamente os caminhos trilhados pelos imigrantes europeus da região, o governo de Getúlio Vargas, através do Decreto Lei número 406 de 4 de maio, institui o Conselho de Imigração e Colonização. Entre os artigos discriminados, encontramos a obrigação do uso da língua portuguesa, a impossibilidade de professores estrangeiros de lecionar em escolas, e a proibição de publicação de jornais ou revistas nas zonas rurais em língua estrangeira[101]. Neste momento, manifestações culturais dos novos imigrantes tornavam-se uma ameaça à soberania nacional com o emprego de práticas culturais estrangeiras que não condiziam com a ideia de cultura brasileira desenvolvida a partir de seu governo.

[100] Jornal local "A Razão", São Francisco do Sul, 12 de fevereiro 1921, p. 3. In Bauer, 2008.
[101] FRAZÃO, S. M. , 2017, p. 111.

Veremos na análise que segue que a partir do Estado Novo, o país desenvolve novas leis específicas para imigração, contradizendo a política anterior, com grandes restrições quanto a imigrantes, afetando a dinâmica das áreas portuárias.

3. 5. ESTADO NOVO E O *ART DÉCO* NA PAISAGEM PORTUÁRIA

Embora São Francisco do Sul tenha mantido sua característica portuária que englobava acolher estrangeiros ao longo de suas histórias, no século XX em consequência das grandes guerras, e no Brasil a implementação do Estado Novo, ocorreram uma série de mudanças nos fluxos urbanos. O principal fator dessa alteração ocorre principalmente com a consolidação da rede ferroviária em escala nacional, alterando significativamente as dinâmicas portuárias locais. Tomando como referência a implementação do novo governo nacionalista de Getúlio Vargas (entre 1937 e 1945) com uma série de obras de infraestrutura de caráter público que buscava o desenvolvimento nacional, juntamente com planos de progresso urbano e social para o país foram implementadas. O governo varguista estruturou através de uma série de decretos-lei (ação característica de governos autoritários) um processo de estatização e institucionalização nacional fazendo uso, em muitos momentos, de saberes articulados com arquiteturas.

Como característica do desenvolvimento urbano no período varguista, devemos considerar que em 1941 o país começa a produzir pela primeira vez o aço, através da construção da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda no Estado do Rio de Janeiro. Este material revoluciona o comportamento formal das arquiteturas deste período com a introdução da técnica construtiva do concreto armado. Nestas arquiteturas, a simetria e os ornamentos excessivos das arquiteturas ecléticas e neoclássicas eram substituídos pela racionalidade e funcionalidade das edificações, em um jogo volumétrico atrelado diretamente à estrutura. A aproximação entre o período varguista e esse novo movimento estético das arquiteturas é diagnosticado nos estudos de Reis (2014) que problematiza e contextualiza a manifestação intensa de arquiteturas *art déco* por diversas cidades no país. Deste ponto de vista,

> As iniciativas de remodelação urbana a cargo dos governantes moldaram o cenário moderno dessas cidades, que seria povoado pelas tipologias da modernidade e pelos códigos do *art déco*. A intensa atividade construtiva deflagrada foi comandada pelo capital privado, que passou a imprimir sobre as cidades novos contornos. [...] O *déco*

> foi, por excelência, a via de acesso de matriz europeia e norte-americana para os distintos estratos sociais[102].

Neste período, a manifestação da arquitetura foi utilizada para impulsionar o mercado e a economia nacional e projetar o espírito desenvolvimentista não apenas das elites, mas em todas as camadas sociais um nacionalismo brasileiro. Esta projeção nacionalista do Estado conduziu políticas de afirmação de uma identidade nacional com o uso da arquitetura. Não podemos esquecer que foi este mesmo governo que também implementou no país o Decreto Lei número 25 de 1937, conduzindo políticas públicas de preservação cultural através da arquitetura pelo tombamento. Em contraponto a esse importante marco das políticas de preservação cultural brasileira que nos conduz até os dias atuais, na outra ponta, manifestaram-se grandes investimentos urbanos conduzidos pela iniciativa privada do país na busca em modernizar as cidades brasileiras. As formas aerodinâmicas do design industrial, assim como os elementos náuticos (escotilhas, guarda corpos tubulares, chaminés e tantos outros), foram absorvidos em novas arquiteturas através do estilo internacional do *art déco*. Podemos dizer, então, que o *déco*, à sua maneira, fez convergir ao nível da escala doméstica, comercial, do entretenimento e de outras tantas, os materiais industriais e a estética e geometria das máquinas, numa estética nacional progressista[103].

Populista como era, através de diversas viagens a regiões estratégicas para o desenvolvimento econômico do país, o governo de Getúlio Vargas investiu nas arquiteturas como forma de impulsionar culturalmente e economicamente a população brasileira enquanto nação. Influenciado também pela popularização do estilo de vida norte-americano conduzido através da introdução no país da comunicação de mídia televisiva, o gosto por formas modernas transmitia ares de renovação ao país através do uso da volumetria e sobriedade de ornamentos e elementos decorativos. As arquiteturas desse período foram manifestações das primeiras linguagens modernas no país. Nas palavras de Lúcio Costa, tais obras assinalaram o início da "fase consciente de projetos ligados à estrutura"[104].

No porto de São Francisco do Sul, na manhã de 09 de março de 1940, chegou à cidade o então Presidente da República Getúlio Dorneles Vargas para inauguração do edifício da Capitania dos Portos e a Base Naval de Combustíveis da Ilha da Rita. Durante esta visita o então presidente circulou pela cidade, realizou falas públicas e participou de um jantar junto à elite francisquense. Este acontecimento influiu ao estado de Santa Catarina a autorização para

[102] REIS FILHO, 2014, p. 34-35.
[103] REIS FILHO, 2014, p. 57.
[104] REIS FILHO, 2014, p. 15.

construção e exploração do porto de São Francisco do Sul por um prazo de setenta anos (Decreto nº 6. 912/1941). Como marco histórico de sua visita na cidade, é inaugurada então a sede da Marinha do Brasil, aterrada sobre a baía Babitonga (Figura 18).



Figura 18 - Edificação da Marinha do Brasil inaugurada durante a visita de Getúlio Vargas (s.d..). Fonte: Arquivo Iconográfico Digital do ETec-SFS.

Influenciada pela propaganda do governo varguista por uma mudança estrutural e governamental do país, o município de São Francisco do Sul conduziu obras públicas com referências estéticas modernas, participando do progresso econômico nacional através do setor portuário. A visão progressista que o governo dava ao município norteou a cultura portuária da população nas décadas seguintes, reverberando na construção de diversas outras arquiteturas de caráter privado e doméstico influenciadas pelo estilo do *art déco*. Podemos ver esse estilo presente na fotografia da Figuras 19, que ilustra a mudança das arquiteturas que antes víamos com diversos elementos decorativos, agora com sobriedade formal. A forte marca dos elementos verticais reflete forma de habitar da população, sua intenção em crescer economicamente pela indústria e sua forma de olhar a cidade em progresso, porém sem grandes conquistas em relação a altura. Muitas dessas arquiteturas permaneciam com o mesmo gabarito de dois pavimentos, que provavelmente refletia a falta de grandes recursos econômicos.



Figura 19 – Fotografia da rua Dr. Hercílio Luz. Ao centro Cine Marajá (atual Cine Teatro X de Novembro) e mais à direita Prefeitura Municipal (s.d). Fonte. Arquivo Iconográfico Digital do Etec-SFS

Encontramos na cidade, também, o exemplo das agências públicas de Correios e Telégrafos que se configurou como um caso à parte durante o governo varguista, e que podem ser notadas em diversas regiões do país. Através do Decreto número 20. 859 de 1931, o governo deu origem ao Departamento de Correios e Telégrafos - DCT. Produzida para dar conta de muitos municípios brasileiros, as agências de correios e telégrafos distribuídas pelo país eram escolhidas através de um catálogo de tipos arquitetônicos conforme o tamanho e escala do município. Esse procedimento de produção de arquiteturas, através da reprodutibilidade e racionalidade de elementos, revolucionou o modo de construção de obras de caráter público até então produzidos.

> A política de prestação de serviço do DCT se destacava tanto pela escala e racionalidade administrativa, como pela inovação arquitetônica – neste caso o *art déco*- e urbana, advinda da implantação de um edifício moderno padronizado no centro das cidades. Nascia assim a nova arquitetura posta do DCT, calcada na padronização e reprodutibilidade de tipos arquitetônicos elaborados para o funcionamento conjunto dos serviços postais e telégrafos, e, de maneira sistêmica e hierarquizada, equipar cidades e regiões[105].

[105] REISFILHO, 2014, p. 166.

A intenção destes investimentos era projetar uma modernização das cidades através de referenciais arquitetônicos nos centros urbanos. No caso do Departamento de Correios e Telégrafos, tipos arquitetônicos foram reproduzidos em diversos municípios pelo Brasil, de acordo com sua posição hierárquica, conduzindo uma identidade nacional baseada no desenvolvimentismo econômico. Em São Francisco do Sul, esta edificação foi implantada justamente na praça central, ao lado da antiga Igreja Matriz, no lugar da antiga Casa de Câmara e Cadeia (Figura 20).



Figura 20 - Fotografia do prédio dos Correios e Telégrafos à esquerda, na praça central, junto à um conjunto de arquiteturas coloniais à direita.. Fonte: Arquivo Iconográfico Digital do ETec-SFS.

Dessa maneira, na metade do século XX, a população francisquense produziu esforços para participar da lógica urbana progressista desenvolvida pelo governo de Vargas, trazendo ao município um ideal estético baseado na racionalidade e no uso funcional das edificações, numa estética *art deco*. Outros tantos exemplos podem ser notados no período em questão na cidade portuária de São Francisco do Sul. Em contraponto a políticas preservacionistas que se desenvolviam em outras cidades históricas brasileiras, é neste período que São Francisco do Sul registra o maior número de demolições ocorridas em antigas arquiteturas na localidade, pois a intenção era projetar a cidade não enquanto patrimônio cultural, mas como centro de desenvolvimento portuário industrial nacional. Por essa razão, a política pública implementada

no município conduziu a relação cultural da população com o mar, diretamente a lógicas manufatureiras voltadas ao desenvolvendo do setor empregatício de estivadores e arrumadores portuários para dar conta da grande quantidade de produção agrícola vinda do interior do estado de Santa Catarina e Paraná.

Apesar do Decreto-lei que implementou as políticas de preservação do patrimônio cultural ter sido decretada em 1937 pelo Governo Vargas, poucos sítios de caráter histórico documental foram efetivamente tombados enquanto patrimônio cultural em seu governo, comparado aos sítios de caráter monumental, principalmente no que diz respeito a áreas urbanas consideradas importantes no período para o desenvolvimento industrial nacinal. Veremos no próximo texto que em São Francisco do Sul, somente no decorrer da década de 1980 é que o município passsa a adotar políticas de preservação do seu patrimônio cultural edificado, reconhecendo-se como importante localidade para o conhecimento do desenvolvimento urbano nacional.

3.6 RESTAURAÇÃO DA PAISAGEM PORTUÁRIA COMO HISTÓRICA

Desde a metade do século XX, já se discutia no Brasil a questão dos usos dos "centros históricos" na tentativa de propor políticas públicas que dessem conta da qualidade morfológica, funcional, da reversão do abandono e degradação, e do afastamento dos usos enquanto habitação[106]. Compreendendo contextos diversos e cada vez mais complexos em razão do adensamento urbano crescente, a morfologia desses espaços despertou diferentes interesses da sociedade civil.

> O desafio de reinserir a habitação nos sítios históricos, ao contrário do que possa parecer, não é um tema novo no Brasil. Algumas décadas de experiência já permitem refletir a partir de uma perspectiva histórica, seja da evolução morfológica e funcional desses sítios, seja das tentativas de reversão dos processos de degradação e de perda de população residente [107].

Na gestão de Aloísio Magalhães se falava em programas voltados ao financiamento de moradias populares atreladas a uma identidade cultural loca. "O exemplo mais emblemático foi

[106] Ler mais sobre em IPHAN, 2009.
[107] MACHADO, Jurema. In: IPHAN, 2009, p. 09.

a tentativa, durante a gestão de Aloísio Magalhães no Iphan, de se criar um programa habitacional específico para os sítios históricos por meio do Banco Nacional da Habitação, o BNH"[108], como a experiência de Olinda/PE e o Programa de Cidade Históricas (PCH). Com a extinção prematura do BNH em 1986, pouco se conseguiu implementar com o programa. Ao final do século XX, muito se falou sobre projetos de recuperação de centros históricos brasileiros a partir da implementação de programas voltados exclusivamente ao turismo. Podemos dizer que as políticas públicas de requalificação destes lugares, na maioria das situações ocorridas no período mencionado, elencavam essas áreas como potenciais locais para desenvolvimento econômico voltado ao turismo e entretenimento. Contudo, muitos desses lugares foram diretamente sentenciados ao fracasso e à perda de identidade cultural. O principal fator foi a preocupação excessiva com os potenciais visitantes consumidores, sem dar conta das necessidades habitacionais dos moradores e dos pequenos comércios locais. Com raras exceções, e talvez por essa razão, a implantação dessas novas dinâmicas pouco teve a atuação efetiva do IPHAN.

Já na década de 1990, outro programa passou a ser elaborado dentro no campo da preservação dos sítios históricos tombados, o Monumenta:

> Talvez esteja aí um dos maiores diferenciais da experiência do Monumenta, cujo componente de financiamento à recuperação de imóveis privados foi concebido como parte integrante de uma estratégia de desenvolvimento para as áreas urbanas selecionadas [109].

No ano de 2003, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o Programa Monumenta foi incorporado às políticas públicas do IPHAN através do Ministério da Cultura, e este, enquanto programa inovador, tinha como estratégia principal ser um modelo capaz de interagir com as realidades locais e funcionar como uma ação de desenvolvimento urbano para as cidades históricas[110]. A preocupação com a requalificação dos sítios históricos a partir de sua identidade cultural contemplando moradores locais com financiamentos pagos pelo Estado na restauração de imóveis privados demonstrou ser eficaz ao longo de sua implementação. Esta política pública conduziu a recuperação de diversos pequenos imóveis privados pertencentes a conjuntos urbanos brasileiros tombados e, juntamente com grandes reformas urbanas voltadas à promoção dos valores protegidos enquanto patrimônio cultural, buscou o desenvolvimento econômico e social urbano através da cultura.

---

[108] MACHADO, Jurema. In: IPHAN, 2009, p. 12.
[109] IPHAN, 2009, p. 11
[110] IPHAN, 2009, p. 03.

No ano de 2011, a cidade portuária de São Francisco do Sul foi agraciada por este programa do governo federal lulista a partir de demandas do próprio município. Porém, anteriormente a este benefício, a cidade percorreu um longo caminho de consolidação e reconhecimento enquanto patrimônio cultural brasileiro. Iniciado a partir dos anos de 1980 por demandas vindas da prefeitura municipal francisquense ao poder público federal, buscou-se consolidar o núcleo urbano histórico de características coloniais, responsável pela fundação da cidade, enquanto patrimônio cultural. A partir desse período, uma nova visão administrativa do município buscou efetivar o reconhecimento da cidade portuária numa perspectiva historicista.

No ano de 1984, através do Plano Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico de São Francisco do Sul[111], os gestores municipais deram entrada em um processo de preservação cultural, em escala municipal, do núcleo urbano colonial como um centro histórico. Este plano, produzido por duas alunas do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Bugay e Silva (1984), foi oferecido, por articulação do IPHAN, na época SPHAN, ao município para formalização de seu primeiro inventário de edificações de valor histórico significativo às políticas de preservação cultural. A partir deste plano, o município consolidou seu primeiro traçado territorial preservacionista, delimitando um centro histórico como uma ZEP (Zona Especial de Proteção), sob responsabilidade de um Conselho Municipal de Cultura.



Casa antiga está sendo restaurada

SÃO FRANCISCO DO SUL (do Correspondente) — A foto mostra uma das casas mais antigas construídas no centro da cidade, por volta de 1823, quando era erigida a atual Igreja Matriz de N. S. da Graça. Não se sabe ao certo quem foi o seu primeiro proprietário, tem-se apenas conhecimento que ali funcionou uma tipografia pertencente ao sr. Paulo Krelle que também era fotógrafo profissional. Depois ela foi vendida para o Hospital de Caridade, posteriormente para o jornalista Arnoldo Alexandre da Costa e, atualmente pertence ao Sr. Roberto Marcantoni que está restaurando o velho e sustero casarão, situado nas esquinas das ruas Lages e Cél. Reinaldo Tavares. A estrutura principal da velha casa não não será mudada, apenas será construída uma piscina, conforme nos informou seu atual proprietário.

Figura 21 - Recorte de jornal local da notícia da restauração de um casarão colonial. (s. d.). Fonte: Arquivo Iconográfico Digital do ETec-SFS.

[111] BUGAY, SILVA, 1984.

Assim o município, com apoio do órgão de preservação cultural nacional, iniciou a busca pelo reconhecimento de sua relevância cultural também para o país, e formalizou o pedido de tombamento motivando a abertura do processo[112]. Utilizando o mesmo material que conduziu o reconhecimento do seu patrimônio cultural edificado pela legislação municipal, os interessados pelo tombamento e preservação desta localidade na época, buscaram apoio em âmbito nacional para preservar o então formalizado centro histórico. Em uma carta de 1984, o então prefeito subscreveu ao SPHAN:

> Reservas biológicas, matas, cascatas, fontes de água mineral, casarões coloniais, igrejas barrocas e antigas esculturas, tudo passa a merecer maior cuidado em razão dos que o visitam como recreação. Deles, além disto, vêm parte dos fundos para a manutenção das próprias áreas de lazer; paralelamente, vão-se criando e desenvolvendo no povo, atitudes de respeito à tradição, amor à história, proteção da natureza e orgulho pela própria terra[113].

Nessa carta notamos a importância que o representante da população francisquense dá ao ambiente que circunscreve o patrimônio material edificado, a apreciação da natureza juntamente com as arquiteturas. No ano de 1987, o IPHAN começa, então, a reconhecer esta região como patrimônio cultural por meio do tombamento da paisagem inscrita, contida nos Livros de Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Este tornou possível a esfera pública federal iniciar a tutela da área, encabeçando estudos de resgate e revitalização da cultura local enquanto paisagem histórica. Essa política pública, que enalteceu as características culturais da localidade, reverberou em uma nova conduta social da população francisquense, voltando o olhar ao valor do seu patrimônio cultural reconhecido agora em esfera nacional, buscando assim a recuperação de algumas edificações em ruínas.

Com o olhar voltado ao passado, as construções datadas deste período na cidade portuária começaram a apresentar programas e linguagens de cunho historicista, mesclando elementos do passado colonial através da reconstrução de antigas edificações arruinadas e, também, da construção de novas arquiteturas com apelo nostálgico de um pretenso passado glorioso (Figura 22). A preocupação maior dessas arquiteturas era exaltar a historicidade do município, com o olhar voltado primeiramente às arquiteturas coloniais. A estratégia projetual das novas arquiteturas era o respeito com as arquiteturas históricas, principalmente as de origem portuguesa, através da releitura e reprodução mimética de elementos antigos. O uso da

[112] IPHAN, 1987.
[113] IPHAN, 1987, p. 22.

linguagem colonial readaptada para que diálogo e valoração do histórico edificado, implementando programas de uso principalmente hoteleiro e alimentício.



Figura 22 - Hotel Zibamba com uma multiplicação de elementos da arquitetura colonial reinterpretados através do estilo neocolonial. Fonte: Arquivo Iconográfico Digital do ETec-SFS.

Foi neste momento de reconhecimento da historicidade local através da busca uma vocação turística que alguns proprietários e gestores da cidade buscaram formalizar a região como patrimônio cultural. Além da preservação, a intenção era o despertar de uma economia local atrelada a políticas voltadas ao turismo regional. A partir então dos anos de 2010, entre interesses da prefeitura municipal e da iniciativa privada, o município recebeu os benefícios propostos pelo programa Monumenta, através do IPHAN:

> O sítio histórico de São Francisco do Sul está implantado sobre uma malha urbana regular, conformada entre morros e mar, e ainda exerce forte centralidade em relação ao núcleo urbano atual, em especial devido à proximidade do porto, um dos principais do sul do país, que desempenha papel estruturante na economia local. O Programa atuou justamente no sentido de fortalecer o dinamismo ligado às atividades portuárias, consolidando o comércio, serviços e o lazer às margens da baía da Babitonga[114].

[114] IPHAN, 2010, p. 23.

Muitas outras modificações e qualificações surgiram na paisagem histórica do município conduzidas pelo programa de benefícios do Ministério da Cultura. Na paisagem tombada, o projeto de requalificação urbana, que teve como partido a promoção dos valores elencados enquanto patrimônio cultural nacional, foi um dos mais completos e relevantes do programa, justamente por atender a demandas dos espaços e equipamentos públicos e também de imóveis privados contemplando habitações dos detentores. O resultado foi um programa urbano que se desenvolveu a partir da orla marinha, atuando em diversas esferas que compõem a paisagem histórica tombada de grande personalidade. Neste mapa (Figura 23), podemos ver o eixo constitutivo que essa reforma foi conduzida na localidade.

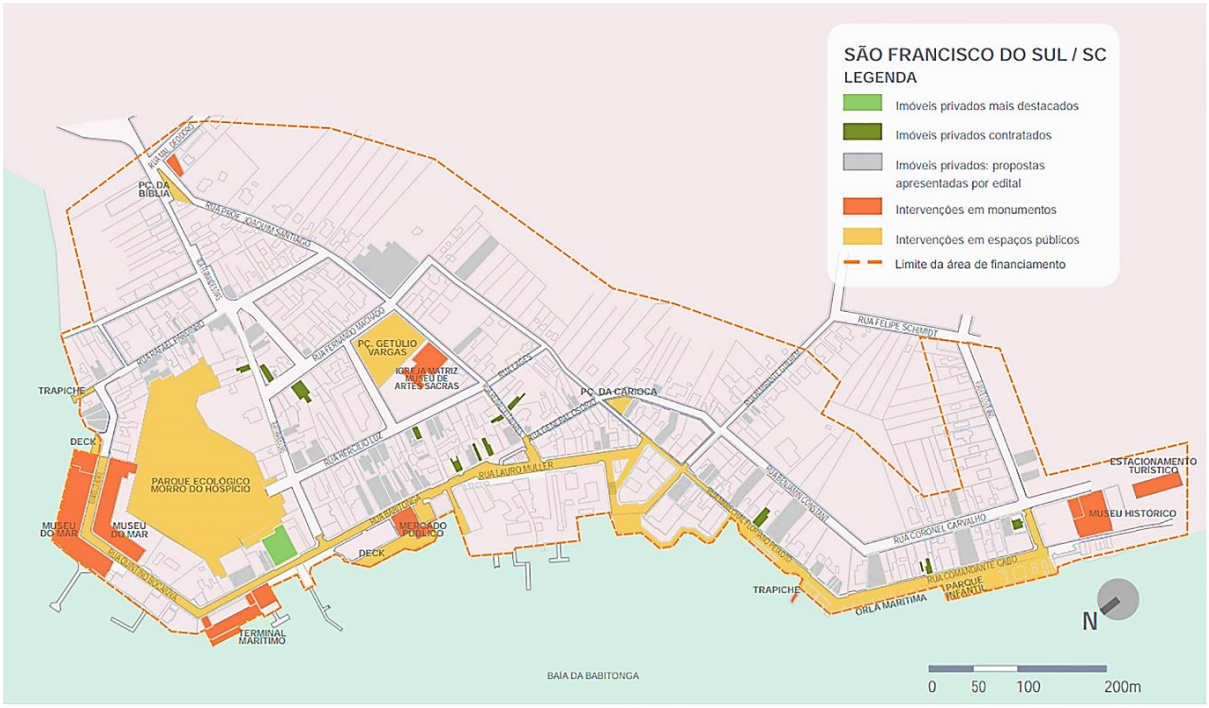


Figura 23 - Mapa do Projeto do Programa Monumenta para requalificação urbana do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul Fonte: BONDUKI, 2010, p. 118.

Neste programa, as reformas urbanas e arquitetônicas foram embasadas nos arquivos históricos da cidade que conduziram a restauração da malha urbana da orla, ampliando as áreas públicas voltadas à apreciação da baía Babitonga e qualificando também antigas construções privadas e públicas de interesse social e cultural. Vemos, então, o uso da orla como partido deste projeto urbano encabeçado pelo Programa Monumenta e pelo IPHAN, enaltecendo a identidade cultural local e a relação da trama urbana de características portuárias com o mar da baía Babitonga.

> A intervenção do Monumenta no núcleo histórico de São Francisco do Sul caracteriza-se por uma ação estruturada em torno da orla que gerou resultados significativos tanto do ponto de vista urbanístico, como do desenvolvimento econômico. A proposta voltou-se para a reurbanização de toda a frente marítima situada na área preservada, no trecho que vai do Museu Nacional do Mar até o Museu Histórico[115].

Vemos nesse projeto de requalificação urbana, o uso da história local e das características culturais, para potencializar a economia do município enaltecendo a relação da população com o mar. Os programas arquitetônicos e urbanísticos da intervenção desenvolveram equipamentos públicos de alto valor cultural para os habitantes locais. Essa ação de valorização das marcas históricas e dos aspectos culturais singulares da localidade, para além do mercado turístico, teve como objetivo o desenvolvimento sociocultural atrelado ao uso do patrimônio cultural tombado. Um grande exemplo foi a revitalização dos antigos galpões da empresa de estocagem Hoepcke & Cia, que como vimos foram construídos no início do século XX, restaurando e implementando um programa socioeducativo e cultural nas edificações históricas: o Museu Nacional do Mar.

> Outro investimento importante do Programa Monumenta beneficiou o Museu Nacional do Mar, cujas edificações datam do início do século 20, como armazéns da empresa Hoepcke. Em desuso por longos anos, o prédio já havia sido reformado em 1993, para abrigar o museu, recém-fundado. Agora, com recursos do Monumenta, os edifícios receberam novas estruturas, reboco, cobertura, rede elétrica, sanitários, esquadrias e pisos de madeira[116].

Além da restauração, sugeria-se a implementação de um novo programa de uso cultural e educativo aos antigos galpões da empresa de estocagem. Dividido por três módulos, o programa do museu seria expositivo, entre o acervo permanente e outro eventual; documental, pela implementação da biblioteca Kelvin Duarte; multiuso com atividades socioeducativas incluindo usos do auditório, salão de exposição, estaleiro, oficina, loja, cafeteria, restaurante, marina, área agregada ao porto privado e escolas de vela e remo, além de se tornar como objetivo norteador, um Centro Nacional de Referência do Patrimônio Naval[117].

[115] BONDUKI, 2010, p. 119.
[116] IPHAN, 2008.
[117] IPHAN, 2010, p.6V



Figura 24 - Museu Nacional do Mar, antigos armazéns Hopcke & CIA. Fonte: AMBUS, 2019.

Na atualidade o Museu Nacional do Mar (Figura 24), constituinte então da paisagem tombada de São Francisco do Sul, possui um importante acervo sobre a história naval brasileira[118]. Nele foi proposto um projeto de restauração com estratégias voltadas para o uso cultural. Seu objetivo foi desenvolver, além do patrimônio material, a cultura local através de um programa socioeducativo com bibliotecas, escolas e oficinas dentro do museu. Nos espaços públicos, investimentos no calçamento, mobiliários, pontos de visada, terminais marinhos, além da implementação do Parque Municipal Ecológico e Arqueológico no Morro do Hospício.

No ano de 2001, a pedido da Superintendência Regional do IPHAN de Santa Catarina, autorizou-se a instalação do Escritório Técnico do IPHAN de São Francisco do Sul. Este mesmo que desde 2001 administra todos os processos de intervenção no patrimônio material tombado da localidade pela instância federal. Desde então, estratégias de valorização e preservação da

[118] "O acervo do Museu Nacional do Mar foi tombado pelo Iphan em 2014 é composto, atualmente, por 81 embarcações em tamanho natural, 104 modelos navais, 102 peças de artesanato, cerca de 200 peças de modelismo e artesanato naval, três maquetes diorama. Possui, ainda, acervo documental e bibliográfico da Biblioteca Kelvin Duarte, formada por mais de dois mil volumes, incluindo obras raras, fotografias, desenhos, cartas náuticas, manuscritos, croquis e outros registros inéditos sobre o patrimônio naval brasileiro e mundial." (IPHAN, 2018).

paisagem enquanto patrimônio cultural vem se desenvolvendo, como esta pesquisa aqui apresentada.

Entre os objetivos dessa pesquisa, em que utilizamos um método arqueológico de análise histórica, pudemos identificar extratos histórico-arquitetônicos na paisagem de São Francisco do Sul. Experimentar um método de análise de documentos históricos para esta paisagem possibilita discutirmos a preservação da mesma como patrimônio cultural de valor histórico e paisagístico. Esta intenção busca, de forma propositiva, formas de agenciar as arquiteturas históricas da paisagem tombada, ofertando material para resolver as problemáticas que envolvem o patrimônio cultural urbano como um todo. O que o Foucault (1969). Por essa razão, foi necessário descrever neste capítulo, através de uma estratificação, as camadas históricas que compõe a paisagem tombada para desenvolvermos trabalhos propositivos com embasamento, possuindo como finalidade a continuidade dos programas de preservação e valorização histórico e cultural da região.

Desenvolvemos neste capítulo, uma análise da paisagem histórica tombada de São Francisco do Sul, tratando essa com um documento histórico que oferta diversas informações acerca do desenvolvimento urbano da região norte do estado de Santa Catarina. Para realizar essa análise, utilizamos o método arqueológico desenvolvido por Foucault (1969). Este método busca interpretar a materialidade documental através de empiricidades, e aqui, rupturas no comportamento das arquiteturas através da investigação dos saberes que as constituem em contextos históricos diversos.

Assim, pudemos desenvolver um primeiro traço, uma continuidade das práticas sociais que envolvem a construção da paisagem portuária de São Francisco do Sul através das arquiteturas históricas. O resultado dessa análise é um panorama, tratado aqui não como uma linha de tempo linear, mas como uma identificação de pontos no tempo que marcam mudanças no comportamento das arquiteturas. Essa análise, ilustramos no esquema a seguir:

RESULTADO DA ANÁLISE DO CENTRO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO DE SÃO FRANCISCO DO SUL MÉTODO ARQUEOLÓGICO (FOUCAULT, 1969).



Figura 25 – Diagrama do resultado da análise do comportamento das arquiteturas do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul através do método arqueológico. Fonte: AMBUS, 2019.

3. ESTUDOS DE PRESERVAÇÃO PARA O CENTRO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

Caminhando no encontro da análise histórica traçada para o Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul, foram identificadas necessidades durante as rotinas práticas de trabalho no Escritório Técnico de São Francisco do Sul do IPHAN. Como resultado desse trabalho, traçamos duas possibilidades de melhorias na preservação da paisagem tombada. Para isso, primeiramente, como partido estratégico[119], buscamos embasar esses estudos através de atribuições do profissional arquiteto e urbanista. Compreendendo que a produção de arquiteturas é algo intrínseco ao urbanismo, e este ao habitat humano que é o que entendemos como natureza, falaremos aqui de uma "arquitetura habitat", não no sentido de arte que imita natureza, mas como natureza que inspira, oferta materiais e instrumentos para resultados em harmonia.

> [...] a casa do homem, hoje, cada vez mais se isola da vegetação, das zonas verdes, sendo fácil imaginar quais as consequências. Aliás, todos aqueles que entendem a arquitetura como alguma coisa de intimamente conexa com o urbanismo, sabem perfeitamente quais os problemas que decorrem dêsse, que acima apontamos; e isto é assim, porque o viver humano é, hoje em dia, proposto pela planificação no sentido do contacto com a natureza, e não apenas como o simples projetar zonas verdes [...], vê-se claramente que o homem começa a se preocupar seriamente pelo tema: arquitetura habitat[120].

Iniciamos este capítulo, então, conduzindo reflexões críticas acerca das atribuições do arquiteto e urbanista neste caso específico de trabalho na preservação da paisagem histórica de São Francisco do Sul. Percebemos, nos capítulos dois e três, as possibilidades que o patrimônio cultural oferta para formação das identidades dos sujeitos. Assim, notamos a importância que o entendimento de arquiteturas passadas reflete na educação das populações. Por isso, saber interpretar a herança cultural de arquiteturas históricas significa intender os espaços da contemporaneidade. Ao desenvolver uma contribuição à teoria da arquitetura, Bardi (1957) reflete a necessidade de fusão entre ciência e arte no campo da Arquitetura[121]. Científico do ponto de vista técnico que desenvolve soluções práticas para moradia humana e o viver em comunidade, como também mentor de propostas que envolvam novas formas de habitar:

---

[119] No campo de trabalho da arquitetura e urbanismo, todo projeto se desenvolve a partir de uma problemática, um "partido arquitetônico".
[120] BARDI, Lina Bo 1957, p. 15.
[121] BARDI, Lina Bo 1957, p. 21.

> O futuro do arquiteto, neste sentido, será a ciência. Mas ele deverá ser também, e sobretudo, o projetista da casa do homem, e até mesmo o mentor que, em certo momento, poderia se tornar um fautor de rebeldia contra a "prisão", e perceber que muitíssimos de seus colegas, talvez inconscientemente, vão reduzindo a vida humana em uma aventura sem fantasia, alheia à natureza, num divórcio que não pode ser normal, que contradiz as necessidades orgânicas, tendendo para uma arrogância suspeita, num como que desafio às origens das quais não podemos esquecer[122].

Considerando que a paisagem que estamos estudando abrange em sua área de tombamento morros e até uma parte do mar, propor melhorias para sua preservação torna-se um desafio ainda não desenvolvido pelo IPHAN. Por essa razão, buscamos discutir uma operação projetual urbana de ampliação das áreas de gestão da paisagem tombada, abrangendo as áreas de entorno. Adotaremos então o conceito de entorno de bens tombados tomado por Motta (2010), em que a pesquisadora compreende "entorno" como um conceito que se refere à área que envolve o bem tombado, cuja preservação é necessária para manter sua integridade. Os significados e valores atribuídos a essa área variaram no tempo, até o reconhecimento atual da pertinência da atribuição de valor cultural aos bens tombados[123]. Assim, apresentaremos uma discussão de como poderia ser uma poligonal de entorno para o Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul, adotando os valores atribuídos a este como patrimônio cultural. Entendendo também que,

> Os documentos mais recentes tratam da ideia de entorno significando contexto, cujo entendimento pressupõe o conhecimento da história e das características ambientais e culturais, ou seja, o espaço ou o território ou paisagem são importantes para o entendimento de um todo, que não pode ser somente informado pelo bem protegido[124].

O que buscamos ofertar então, é um estudo de poligonal de entorno condizentes com a preservação dos valores culturais atribuídos, considerando o entendimento desta paisagem como um todo, para além do bem protegido. Assim desenvolvemos uma setorização da paisagem envoltória a área de tombamento da paisagem como estratégia de ordenamento e gestão, buscando criar uma transição qualitativa entre as novas áreas de expansão da cidade e a paisagem tombada destinada a preservação cultural.

Já para desenvolver um trabalho de preservação da área de tombamento, refletimos a questão de como trabalhar um documento histórico, e neste caso paisagístico. Num esforço de

[122] BARDI, Lina Bo 1957, p. 22.
[123] MOTTA, Lia, 2010, p.12.
[124] MOTTA, Lia, 2010, p.24

impulsionar a imagem de paisagem portuária histórica, utilizamos a análise arqueológica desenvolvida no terceiro capítulo. Essa reflexão busca intensificar a imagem de porto brasileiro através de uma estetização das características da paisagem histórica de São Francisco do Sul. Assim, buscamos entender lógicas de agenciamento entre as possíveis novas arquiteturas que possam surgir na contemporaneidade junto aquelas que possuem relevância histórica. Este estudo, então, é entendido também como um exercício criativo, no que diz respeito à interpretação e inspiração do trabalho de arquiteto e urbanista no documento histórico que, neste caso, diz respeito a uma paisagem tombada.

> Neste caso é que o arquiteto é artista, e intérprete, não somente de mundos vagos, mas da vida inspiradora de ideias a serem recomendadas e definidas. Sua influência poderá ser, no futuro, ainda mais essencial do que no passado e, naturalmente diversa. Só a poesia e a música, a pintura, a escultura, e a dança, em certo sentido, não mudam – embora sua expressão se apresente em cursos e recursos de crises históricas: a Arquitetura muda, sendo chamada a planificar a casa humana em lugar de edificar a Pirâmide e o Louvre. Hoje, o maior problema é a pequena casa e não a catedral, até mesmo porque – digamo-lo com franqueza – nem os gênios souberam projetá-la, hoje em dia, talvez porque os novos místicos procuram um silêncio diferente, que não é mais o da eternidade ou da oração, mas do laboratório físico, em que fotografam a matéria em velocidade[125].

Neste sentido, buscamos refletir acerca das possibilidades criativas que a paisagem histórica de São Francisco do Sul desperta na atualidade. Um trabalho mais conceitual, sem parecer demasiadamente romântico. Trilhando estes caminhos, podemos dizer que estes dois estudos propositivos buscam: **a)** ofertar o planejamento de uma poligonal de entorno para a paisagem tombada; **b)** fundamentar o trabalho desta paisagem tombada como documento, corroborando com a imagem de porto brasileiro histórico.

4.1. POLIGONAL DE ENTORNO PARA A PAISAGEM TOMBADA: NATUREZA, PORTO E ARQUITETURAS

A paisagem tombada de São Francisco do Sul, aqui problematizada, foi delimitada considerando a incorporação das características geográficas naturais. Compreendemos então

[125]BARDI, Lina Bo. 1957, p. 22.

que, definir uma poligonal de entorno a essa poligonal de tombamento, levanta problemáticas ainda não desenvolvidas claramente. Este estudo converge na preocupação projetual que envolve o planejamento da natureza que oferta a continuidade da construção da paisagem pelos habitantes. Ou seja, "proteger-se a natureza para o bem da cultura; e a recíproca é verdadeira: o amparo aos monumentos da cultura reverte em proteção à natureza." [126]. Mais a fundo, Lina Bo Bardi conduz nossa reflexão acerca aproximação da natureza enquanto na criação da arquitetura:

> A Arquitetura se inspira na natureza que a governa, oferecendo-lhe, ao mesmo tempo os materiais e os instrumentos necessários para formá-la e dar-lhe harmonia; é pacífico, e por isso mesmo o estudo da natureza deve ser a fonte primeira do estudo da arquitetura, enquanto produto e criação do homem[127].

Antes de desenvolvermos essa nova poligonal de entorno para ampliação do campo de gestão deste este patrimônio cultural, englobando questões geográficas naturais, levantamos algumas discussões acerca dessa prática de preservação desenvolvida especialmente para arquiteturas tombadas. Para entender melhor, esclarecemos que esta ação de planejamento dos patrimônios edificados vem se desenvolvendo para dar conta do Artigo 18º do Decreto Lei nº 25/37[128] que propõe autorização do IPHAN para qualquer construção que ocorra na vizinhança da coisa tombada, que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cincoenta por cento do valor do mesmo objeto. Ou seja, na intenção de filtrar esses impactos nocivos a preservação dos patrimônios edificados, as atividades humanas de construção ficam sujeitas a normas e restrições específicas do Estado.

Para definição desta poligonal de entorno, buscamos adotar os princípios conceituais de entorno que constam na Declaração de Xi'An. Isso porque, o Brasil, tem como compromisso atuar segundo direcionamentos e linhas de conduta de "Convenções" e "Recomendações" internacionais, por ser Estado-membro e signatário. Por isso, deve aplicar certas normas acordadas no sentido de adaptá-las às peculiaridades e à realidade brasileira. Assim, esta declaração é adotada pela ICOMOS através da XV Assembleia Geral em 2005, definindo o entorno de uma edificação, um sítio ou uma paisagem o meio característico, seja de natureza reduzida ou extensa, que forma parte de – ou contribui para – seu significado e caráter

[126] LOPES, Raimundo. In: IPHAN, 1937, p.42.
[127] BARDI, Lina Bo 1957:14
[128] BRASIL, 1937

peculiar[129]. Ou seja, o entorno é o meio, a questão principal que baliza os limites de tombamento deste objeto patrimonial, o ambiente geográfico natural.

> [...] além dos aspectos físicos e visuais, o entorno supõe uma interação com o ambiente natural; práticas sociais ou espirituais passadas ou presentes, costumes, conhecimentos tradicionais, usos ou atividades, e outros aspectos do patrimônio cultural intangível que criaram e formaram o espaço, assim como o contexto atual e dinâmico de natureza cultural, social e econômico[130].

Percebemos nessa citação a necessidade de conduzirmos os aspectos mais amplos do patrimônio cultural edificado que não recaem apenas na sua visibilidade. Estes aspectos trazem à tona a urgência de pensarmos os espaços arquitetados e as regiões urbanizadas juntamente com suas zonas verdes e demais características naturais da geografia que abrange os sítios tombados. Como uma paisagem portuária, no Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul a natureza condicionou o delineamento da poligonal de tombamento, que abarca a orla, uma área de fronteira com o mar.

> O processo de intercâmbio com a natureza não condiciona apenas a forma com que o sítio é transformado, ele já condicionava a escolha do próprio sítio. [...] Embora realizada de modo incipiente até o século XIX, a vocação portuária do sítio não só justifica a existência do núcleo, e as transformações do suporte natural inerentes à sua existência, como também determina a eleição da orla como fator preponderante de ordenação[131].

Por essa razão citada anteriormente, esta delimitação de entorno busca alcançar a proteção das fronteiras geográficas delineadas estrategicamente no terreno de tombamento, dos acessos ao patrimônio e da ambiência plena entre as novas edificações vizinhas e as de relevância cultural. Considerando este patrimônio dinâmico e vivo, a poligonal de entorno busca amenizar impactos que possam ser nocivos à fruição dos valores culturais, históricos e paisagísticos. Trata-se, portanto, de uma poligonal de entorno necessária à gestão das transformações urbanas vizinhas, objetivando uma ambiência saudável de interlocução entre patrimônio urbano tombado e meio natural apropriado.

> Nossa análise se deterá no trecho delimitado pelos morros da Caixa D'Água e do Rádio e pela orla da Baía de Babitonga, onde encontramos as referências no tecido urbano que contam, sobre a história do assentamento, mas do que os monumentos.

[129] ICOMOS, 2005.
[130] ICOMOS, 2005, p. 2.
[131] IPHAN, 1987, p. 12.

> Estes constituem o cenário, a parte da narrativa do documento urbano através do qual tem início a percepção de caráter sensível que antecede a compreensão da cidade[132].

Ao analisar a paisagem tombada enquanto resultado material de processos sociais, vimos que sua localização meridional litorânea é uma característica importante a ser destacada para o entendimento da sua história e cultura. Por essa razão, compreender a relação direta do espaço construído com o ambiente geográfico natural no caso de São Francisco do Sul requer cuidado. No que diz respeito à sua valoração paisagística, a intensa influência do mar enquanto no cotidiano da população influencia a manutenção da cultura portuária que articula o ambiente marinho e o terrestre.

> Vemos o mar intervindo diretamente no dia a dia das pessoas, constituindo um "cotidiano coletivo" que dá corpo a uma forma de vida, de mentalidade. Compreender esta particularidade de São Francisco é um meio de compreender sua realidade. É a maneira de trazer, ao nível do consciente, elementos que participam do inconsciente daquela população, numa tentativa de produzir um auto-conhecimento enquanto conjunto ao mesmo tempo individual e cultural, econômico e social. É um processo de formalização consciente do espaço em que se vive em busca de reproduzi-lo no sentido de uma melhoria na qualidade de vida[133].

Como foi dito, a poligonal de tombamento limita-se em diferentes áreas naturais: o topo dos morros da Caixa D'Água e Rádio, a margem esquerda do Rio da Pedreira, a Praia do Motta e uma área de duzentos metros de distância de qualquer ponto da orla, em direção ao mar. Esses pontos da poligonal foram estrategicamente delineados em função da manutenção do elemento urbano antrópico:

> A conceituação por nós dada aos elementos geográficos, portanto, está para além da ideia de cenário verde à construção urbana; faz parte, principalmente, da apreensão cultural do território pelo colonizador. Esta é a razão fundamental para inclusão dos morros do Rádio, da Caixa D'água e do Hospício em nossos estudos e em nossa proposta de tombamento e delimitação[134].

Definimos, portanto, um alargamento da área de proteção dessa paisagem tombada, abarcando uma área de entorno. Sua delimitação é desenvolvida através do planejamento de setores vizinhos a paisagem tombada, definidos a partir da diferenciação de usos e qualidades ambientais. Ou seja, o entorno é dividido em setores constituídos a partir das características

[132] IPHAN, 1987, p. 16.
[133] IPHAN, 1987, p. 10.
[134] IPHAN, 1987, p. 25

diversas das áreas de expansão da paisagem tombada. Portanto, este estudo que discorre sobre a poligonal de entorno da paisagem tombada de São Francisco do Sul, é desenvolvido através de mapas próprios do trabalho do planejamento urbano, com troços no território e novos pontos georreferenciados. Cabe destacar que este trabalho é resultado acumulativo outros estudos[135], sendo constantemente aprimorado e desenvolvido pelos técnicos lotados no Escritório Técnico do IPHAN de São Francisco do Sul e da Superintendência de Santa Catarina.

4.1.1. SETORIZAÇÃO DAS ÁREAS DE VIZINHANÇA IMEDIATA

Partiremos a reflexão dessa poligonal de entorno estabelecendo um ponto de visada que abarque a apreensão da paisagem tombada de forma mais completa possível. Por essa razão, a inclusão do morro do Pão de Açúcar (ou morro da Cruz), a noroeste da ilha e fora da região de tombamento da paisagem histórica, além de servir como regulador dos impactos visuais de entorno representa a preservação do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul. Já antigo ponto histórico da região onde avista-se a cruz da cidade[136], preserva a visada mais completa para esta antiga região portuária.

Por essa razão, é conferida uma visada em direção a paisagem tombada na cota mais alta, de 175 metros (Figura 28 na linha tracejada). Essa estratégia propõe que nenhuma edificação, retirada da vegetação nativa do morro ou qualquer outra intervenção antrópica, possa intervir na visão do todo da paisagem tombada que se relaciona diretamente com o habitat da baía Babitonga. Essa visada, já conhecida historicamente e turisticamente pela população, compreende como uma estratégia de consolidação da poligonal de entorno, unindo apreensão, apreciação e preservação deste patrimônio cultural, e sua relação cultural com a baía. Ou seja, é de extremo interesse o desenvolvimento de práticas de educação patrimonial para região a partir, também, deste ponto, que confere uma excelente visada ao contexto geográfico de implantação do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul.

[135] BUGAY E SILVA, 1985; CHUVA E PESSOA, 1995; WICKERT, 2011; POZZOBON, 2015

[136] Curiosamente a cruz instalada no seu topo simboliza hoje, no município, o registro histórico do encontro dos veleiros do navegador francês Binot de Gonneville, com carijós liderados por Arô Içá, em 1504.



Figura 26 - Visada do Morro do Pão de Açúcar para o Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul.
Fonte: AMBUS, 2019

A partir dessa definição de visada, desenvolvemos os setores das áreas de vizinhança imediata a paisagem tombada. O primeiro setor que problematizamos é o que corresponde diretamente a área de preservação dos morros e áreas verdes. Definimos então este setor como **Setor de Preservação Natural** (Figura 28 em verde) delineado, então, a partir da necessidade de preservação do sítio, da sua topografia e da forma cultural de ocupação urbana. Caracterizado por ser uma cadeia de morros que protege a paisagem tombada do rigoroso vento sul, este setor é identificado através do respeito e preservação da forma de ocupação do território condizente com a paisagem tombada. Ou seja, a cadeia de morros que emoldura a paisagem tombada deve ser preservada na sua totalidade, mantendo, enquanto área verde, o Morro da Rádio, o Morro da Caixa D`água, o Morro do Hospício e o Morro do Pão de Açúcar.



Figura 27 - Vista aérea de São Francisco do Sul (s. d.). Destacamos em verde a cadeia de morros que contorna e protege a paisagem tombada das expansões urbanas do interior da ilha. Em tracejado laranja a visada do Morro do Pão de Açúcar. Fonte: Arquivo Iconográfico Digital do ETec-SFS.

Essa estratégia de planejamento urbano, tomando como partido a preservação de áreas verdes, organiza e equilibra a transição entre as áreas urbanizadas, industrializadas e de maior adensamento da ilha, ainda em processos de urbanização, mantendo preservada a região tombada, de fronteira com o mar. Entre os impactos nocivos que atualmente essa cadeia de morros enfrenta, é a ocupação irregular e o desmatamento. No morro da Caixa D'água, por exemplo, a instalação de duas antenas no seu topo e consequente acesso para manutenção de tais equipamentos consolidou posteriormente uma rua, paralela à fronteira de tombamento do cume do morro, denominada hoje Rua Monte Carlo. Contrariando as leis municipais de ocupação do solo, essa rua possui hoje algumas habitações em situação de risco de deslizamento de terra ocasionado pelo desmatamento que expôs à superfície o solo argiloso. A percolação (penetração por efeito da gravidade) da água das chuvas na parte superior do morro pode resultar em deslizamento de terra e desabamento de árvores e casas. Além disso, essas ocupações, que não possuem saneamento adequado, despejam seus esgotos domésticos diretamente no solo, pondo em risco as nascentes das bicas d'água da Carioca e da Marcílio Dias, pertencentes ao contexto da paisagem tombada e atualmente ainda em uso pela população. Como o nome mesmo define, este morro é considerado a caixa de água do centro histórico, e sua integridade deve ser preservada e mantida.

Na prática, esse zoneamento se configura na possibilidade de preservação da vegetação dos morros, e deste morro em especial a partir da cota de 25 metros, para que sirva de transição entre as expansões urbanas do interior da ilha e a paisagem tombada de borda d'água (Figura 28 em verde). Este zoneamento fica alinhado, concomitantemente à Lei Municipal nº 763/81,

que dispõe sobre o zoneamento urbano vigente, e define essas áreas como Zona Especial de Proteção (ZEP-2)[137]. No Art. 20º desta mesma lei, a definição dessas zonas orienta preservar o conjunto histórico, a ecologia do sítio e a paisagem dos efeitos da ocupação desordenada e da contaminação provocada pelos habitantes. Especificamente, no Art. 22º desta lei municipal, definiu-se a respectiva área como reserva e ou proteção dos recursos naturais da flora e fauna [...], sendo constituída pelas seguintes áreas "non edificandi": [...] b) Morro da Caixa D'água e Antena, cota 20 metros; c) Morro do Pão de Açúcar, trecho entre a travessa Koheller e caminho para a Cruz, cota 25 metros. Neste sentido, cabe produzir diretrizes para este setor, zelando pela preservação ambiental das matas dos morros, buscando amenizar os impactos negativos ocasionados pela expansão industrial e urbana.

Ao analisar a expansão das características da malha urbana tombada nas áreas de vizinhança imediata, incluímos à poligonal de entorno a encosta dos morros da Caixa D'água e entorno do morro da Rádio. Este setor, definido como **Setor de Expansão Urbana** (Figura 28 em laranja), é dedicado a gestão da transição das características de ocupação dos lotes tombados com os lotes de entorno, apresenta-se em pequenos aglomerados por detrás dos morros abarcados pela poligonal de tombamento, prevendo, assim, a gestão de novas construções, usos, parcelamento do solo, gabarito de arquiteturas, cotas e taxas de ocupação.

Cabe às diretrizes de planejamento urbano para essa região, a manutenção dessas qualidades ambientais com diálogos constantes entre as normativas de preservação da paisagem tombada e o planejamento urbano municipal produzido através do plano diretor. Cabe aos órgãos gestores refletir sobre quais aspectos são nocivos à apreciação da paisagem tombada. Esta região compreende, então, as áreas envoltórias do morro da Rádio e da Caixa D'água e a praia que faz fronteira com a Praça Afonso Apolinário Doin na região sul da paisagem tombada.

O Setor de Expansão Urbana corresponde a uma região ainda com pequenos fragmentos característicos da paisagem histórica, majoritariamente de residências e escritórios comerciais, ainda com algumas arquiteturas históricas preservadas. Com novas intervenções modernas e contemporâneas de baixo gabarito, mantém a proporção dos terrenos com pátios e áreas verdes. Já a região da praia, ao sul, possui usos diferenciados, com residências construídas na borda d'água e garagens abertas diretamente ao mar. Esta região se caracteriza por uma comunidade pesqueira, que se utiliza dos fundos de suas residências, com trapiches e pequenas garagens de barcos domésticos.

[137] Lei Municipal nº 763/81 de São Francisco do Sul

Visando um planejamento urbano qualitativo da paisagem histórica, a manutenção dessa comunidade de pescadores artesanais contrapõe a industrialização excessiva que ocorre na fronteira noroeste da paisagem tombada, na região portuária. Sua proteção e preservação, além de oferecer o equilíbrio de usos culturais para a região, antecipam intervenções arquitetônicas que possam provocar um impacto visual de predominância horizontal da visada da paisagem histórica pelo mar. Esse agenciamento da forma de ocupação desse entorno garante a manutenção da monumentalidade das torres da Igreja Matriz como também a silhueta dos morros, preservando a memória visual da imagem histórica deste patrimônio. Por essa razão, torna-se interessante para preservação da paisagem histórica manter o skyline reduzido, sem que grandes edificações de altura excessiva possam desequilibrar as características físicas deste patrimônio urbano. Além disso, a construção de qualquer arquitetura que extrapole o gabarito preponderante pode intervir na visibilidade dos morros, e na imagem histórica da paisagem tombada.

Já a região das encostas dos morros da Caixa D'água e Pão de Açúcar, na expansão de ocupação do prolongamento do rio da Pedreira, a noroeste da paisagem tombada, compreende os lotes distribuídos pelas ruas Marechal Deodoro e Anita Garibaldi. Essas ruas correm paralelas ao encontro do Rio da Pedreira com a estrada férrea, constituindo uma expansão da região portuária em direção ao interior da ilha, mantendo as características de pequenas arquiteturas que de maior ameaça devido à massiva industrialização da área portuária vizinha e sua degradação de entorno.

Além de suas fronteiras naturais a paisagem tombada possui, em seu entorno, a expansão da prática social portuária, ao lado dos armazéns de estocagem da empresa Hoepcke & Cia, antiga região que conferiu a Estação Ferroviária construída no início do século XIX. Assim, torna-se oportuno definirmos o **Setor de Expansão Portuária**, constituído por uma grande zona portuária graneleira e industrial, de intenso fluxo diário de grandes navios e caminhões de carga não conteinerizada, e trem de carga aberta (Figura 28, em roxo). A população francisquense, que hoje engloba um município de mais de 50mil habitantes[138] dispersos em uma ilha de quase 500km², possuiu como principal eixo econômico essa atividade portuária. Ou seja, a consolidação deste importante empreendimento portuário industrial encontra sua história intrínseca à história do Centro Histórico e Paisagístico de são Francisco do Sul.

Essa atividade portuária, advinda da prática cultural portuária, consolidou-se em 1902 com a instalação dos armazéns de estocagem da empresa Hoepcke & Cia. A partir de 1920,

[138] Fonte: IBGE https://cidades. ibge. gov. br/brasil/sc/sao-francisco-do-sul/panorama

ampliou-se para as áreas vizinhas aos antigos armazéns, a instalação da Cia. Catarinense de Armazenamento - (COCAR, atual Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC, consolidando após o governo de Getúlio Vargas, o grande mercado de exportação do agronegócio catarinense.

> As instalações portuárias são transferidas, localizando-se hoje bem próximas, mas fora do centro da cidade [...]. Apesar da transferência do porto, foi através dessa atividade que o núcleo histórico de São Francisco do Sul parece ter-se consolidado e dela a estrutura urbana conserva a marca até os nossos dias[139].

Atualmente este mercado de exportação graneleira traz ao município possibilidades econômicas para investimentos públicos locais e geração de renda. Contudo, a excessiva proximidade do Museu Nacional do Mar com os atracadouros e guindastes da área portuária ocasiona seríssimos impactos na materialidade tombada e seu importantíssimo acervo náutico nacional, além das mazelas ambientais advindas da poluição e do altíssimo barulho que frequentadores e trabalhadores locais convivem. Quanto à materialidade, suas paredes externas, orientadas para fronteira com esta vizinhança, apresentam claras marcas de deteriorações advindas da alta incidência dos gases poluentes vindos da combustão dos enormes navios cargueiros.

Cabe aqui destacar que o atual porto de São Francisco do Sul é hoje o segundo do país em movimentação de cargas não conteinerizadas, o quinto na movimentação de granel sólido e o sétimo em movimentação total de cargas[140]. Graças ao aumento significativo da produção agrícola produzida pelos imigrantes estabelecidos nos vales atlânticos catarinenses, o mercado portuário regional trouxe diversos investimentos ao município. Hoje a eficiência do agronegócio da região está pautada na boa relação com este porto de exportação. Porém, justamente por esse grande desenvolvimento agroindustrial, os acessos ao sítio histórico tombado, de vizinhança direta, sofrem impactos ambientais preocupantes, principalmente nas vias que correspondem ao entorno da então região portuária industrial. No que diz respeito ao manejo das cargas em terra, este porto se utiliza de caminhões e da antiga linha férrea São Paulo-Rio Grande.

> A estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, com ramal São Francisco do Sul-Porto União, é iniciada em 1905, fazendo parte também desse processo de integração. A vida econômica do município desloca-se definitivamente para a baía Babitonga, o

[139] IPHAN, 1987, p. 16.

[140] Secretaria Nacional de Portos <http://www. portosdobrasil. gov. br/home-1/noticias/2013/berco-do-porto-de-sao-francisco-do-sul-passa-a-operar-com-280-metros> Acessado em 30 julho 2018.

> porto de São Francisco torna-se o entre-posto do "hiperland" norte catarinense e, os remanescentes da agricultura passam a trabalhar na estiva[141].

O manejo de cargas não conteinerizadas, que transportam principalmente fertilizantes e grãos transgênicos por vias localizadas no entorno do sítio tombado, tem ampliado a multiplicação de pragas urbanas em tais vias, como: ratos, baratas, insetos e outros vetores de poluição ambiental e visual. Diferentes acessos viários ao patrimônio apresentam esses problemas, que está relacionado diretamente ao mal acondicionamento das cargas. Esse problema pode ser visualizado in loco onde notamos, no acostamento das vias públicas, o acúmulo de grãos que fermentam no asfalto sob o sol e alta umidade, exalando um cheiro extremamente desagradável ao pedestre.

No que diz respeito aos impactos visuais, os guindastes do porto podem ser vistos de vários pontos da paisagem histórica. Esses guindastes, por pertencer a prática cultural local de cidade portuária, podem ser apropriados à paisagem, tirando-se partido estético e visual desses elementos da engenharia sem que a. A falta de planejamento e interlocução com esse empreendimento industrial pode acarretar uma ameaça significativa ao equilíbrio cultural, social e ambiental deste patrimônio urbano, além da percepção visual da paisagem histórica tombada. Por isso, essa região é incluída como vizinhança de influência direta a paisagem tombada.

O principal acesso de entorno imediato da paisagem tombada tem início na rua Marcílio Dias, no lote do Terminal Turístico Walter Gama Lobo, de propriedade do poder público municipal. Esse lote representa uma alternativa para a melhoria da mobilidade da região, identificado e nomeado como Estacionamento Público Municipal no projeto Monumenta. Este destino da área busca concentrar a chegada de visitantes que se deslocam até o local em área terrestre, evitando impactar a integridade das ruas tombadas com transporte automotivo. Por essa razão, a inclusão deste lote na zona de entorno busca promover o seu uso adequado, para que não se perca uma das poucas oportunidades na zona de entorno, no planejamento adequado da mobilidade urbana do patrimônio em questão.

A Rua Marcílio Dias, juntamente com sua extensão, a rua Marechal Deodoro, configuram o principal acesso de entrada e saída deste patrimônio urbano, para quem chega pela Rodovia Br-280. Consequentemente, essas vias também configuram um acesso facilitado à região portuária industrial, que acarreta uma altíssima circulação de cargas na região, principalmente pela linha férrea, que corre paralelamente à rua Marcílio Dias. Esta linha férrea

[141] IPHAN, 1987, p. 15.

causa diversos impactos nocivos à região de entorno deste patrimônio. Entre essas mazelas, podemos destacar: o bloqueio dos acessos transversais à estrada em períodos que o trem fica estacionado para descarregar cargas; o alto barulho; a sujeira da estrada e do acostamento da via, ocasionada pelo mal acondicionamento das cargas graneleiras e consequente proliferação de pragas urbanas como ratos e pombos.

Nesse sentido, a delimitação de entorno encontra tem sua fronteira com a urbanização do município, em uma linha paralela às ruas Marcílio Dias e Marechal Deodoro, juntamente com a estrada de ferro de concessão atual da empresa ALL (América Latina Logística S. A.), para que possa gerir políticas públicas com relação ao uso e fluxos da via e às necessidades do patrimônio em questão.

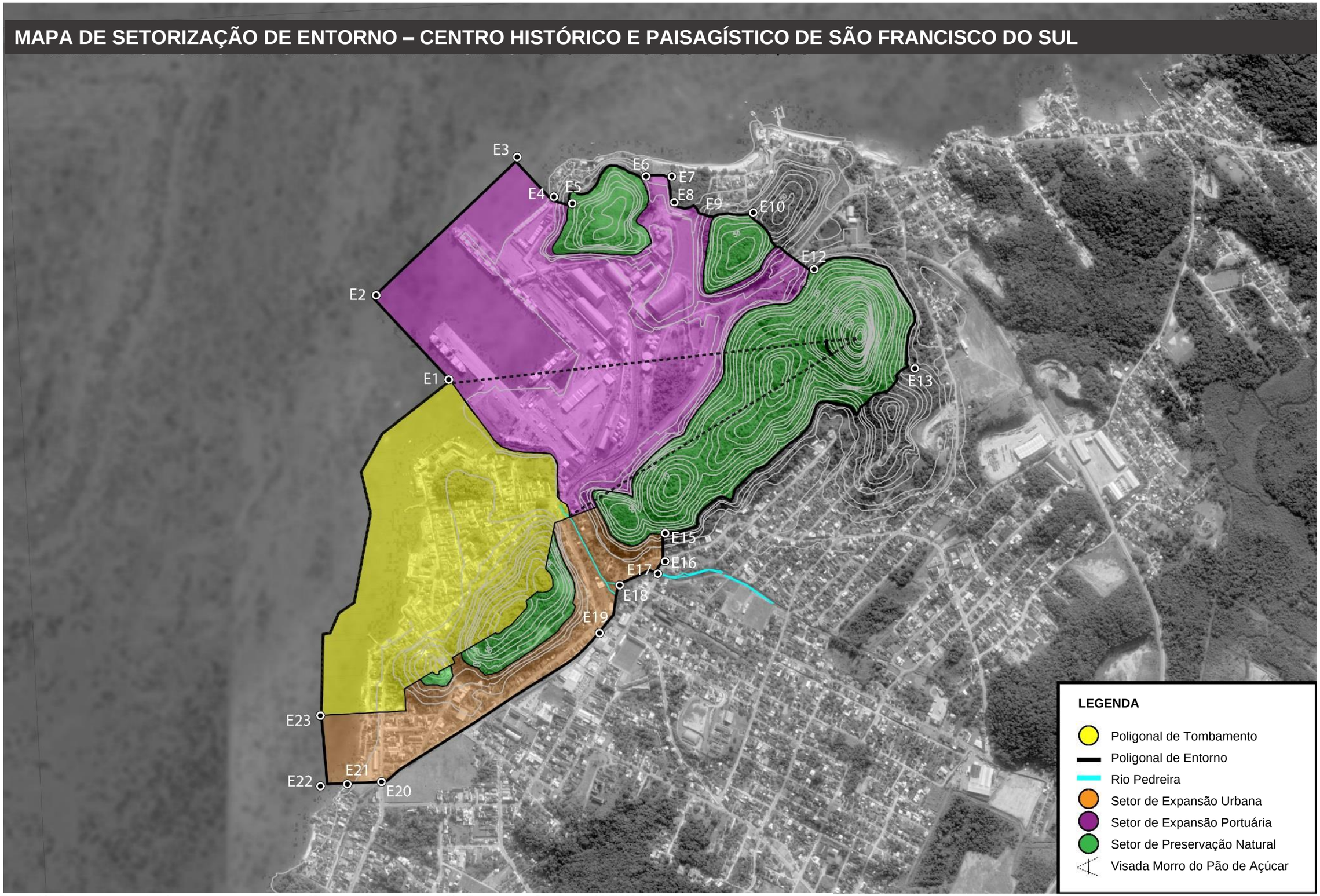


Figura 28 - Proposta de setorização de entorno para o Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul. Fonte. AMBUS 2019.

Como resultado da união desses diferentes setores do entorno da paisagem tombada, projetamos uma possibilidade de expansão da área de gestão deste patrimônio cultural para uma preservação mais qualitativa. Não consideramos aqui apenas os fatores visuais, mas também não excluímos essa categoria de planejamento de entorno, visto que, em todas as áreas tombadas na localidade, podemos visualizar as fronteiras geográficas naturais tombadas. Propomos, então, uma poligonal de entorno que desse conta da preservação dos valores atribuídos nessa paisagem tombada, ofertando diferentes setores para o planejamento urbano.

Neste estudo foram consideradas setores de expansões urbanas, uma zona portuária industrial, uma zona de manutenção paisagística natural e os principais acessos definidos como novas fronteiras. Sua setorização foi, então, consequência do planejamento urbano das diferentes características das áreas de vizinhança da paisagem tombada. O mapa resultante deste estudo pode ser visualizado na Figura 29.

MAPA POLIGONAL DE ENTORNO – CENTRO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO DE SÃO FRANCISCO DO SUL



Figura 29 - Proposta de poligonal de entorno para o Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul. Fonte. AMBUS 2019.

Podemos perceber que este estudo levou em consideração a área de entorno terrestre imediata, sem estabelecer novas áreas de entorno da faixa de mar. Isso não desqualifica sua importância, mas deixa em aberto uma questão que deve ser discutida para além de estudos arquitetônicos, mas em conjunto com estudos ambientais, oceanográficos, e geográficos pertinentes a este lugar. Estudos quanto aos impactos que podem ocorrer com a implementação de novas áreas portuárias industriais e grandes movimentações do solo marinho. Isso significa estudar formas de prevenir ações que extrapolem as possibilidades físicas do sensível estuário da baía Babitonga, como grandes derrocagens e drenagens do solo marinho para a passagem de navios.

4.2 TRABALHO DA PAISAGEM TOMBADA COMO DOCUMENTO HISTÓRICO

Por estarmos falando de um patrimônio cultural que é o recorte de uma paisagem identificada como documento histórico, torna-se necessário embasar a ação de trabalho de preservação. Visando corroborar os valores atribuídos à materialidade do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul em seu tombamento, como exercício reflexivo, identificamos algumas arquiteturas da paisagem que dialogam com a história narrada no capítulo três deste trabalho. Nele, tivemos a oportunidade de narrar acontecimentos históricos através das arquiteturas. Interpretação essa que surge como resultado da análise desenvolvida através do método arqueológico. Ou seja, para propor um trabalho para este patrimônio cultural, buscamos uma base conceitual que sustentasse a forma de trabalhar um documento histórico com proposições conceituais para além da preservação.

Nas palavras de Foucault (1969), o trabalho do documento pode ser "[...] o trabalho e a utilização de uma materialidade documental (livros, textos, narrações, registros, atas, edificações, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes etc."[142]. Ou seja, seguindo a perspectiva do autor, optamos em pensar a materialidade documental da paisagem tombada através dos resultados encontrados na análise histórica desenvolvida aqui. Pensar uma ação estratégica criativa atrelada ao trabalho do documento seria, então:

[142] FOUCAULT, 1969, p. 7.

> [...] o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso, de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas. Se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas; ele é o que faz com que não recuem no mesmo ritmo que o tempo, mas que as que brilham muito forte como estrelas próximas venham até nós, na verdade de muito longe, quando outras contemporâneas já estão extremamente pálidas[143].

Quando aproximamos aqui o trabalho do documento à arquitetura e, nesse caso, de uma paisagem histórica diversificada em elementos construídos, caberia aos trabalhadores deste a tarefa em tomar decisões quanto ao apagamento e afloramento de arquiteturas no conjunto edificado da paisagem, níveis de reforma e /ou demolição a serem autorizadas. O erro em acumular tudo, ou a violência em apagar vestígios relevantes do documento, pode privar futuros detentores do saber. Ao trabalharmos com patrimônios culturais urbanos considerados documentos históricos, os valores atribuídos surgem como linhas guia para o agenciamento de novas arquiteturas. Como os documentos históricos mais tradicionais, os escritos. Como se estivéssemos adicionando palavras, frases, ou parágrafos, no que já está documentado, escrito. Há uma grande responsabilidade nisto. Por essa razão, é que devemos pensar, no caso dos documentos históricos urbanos, os motivos que o levam a ser um documento, e no caso dos patrimônios, os valores atribuídos.

Mas então, ao falarmos de um documento que se constitui de arquiteturas históricas e natureza exuberante, qual seria o conceito para embasar tais ações? Nesse caso é que apoiamos nossas estratégias pelos dos valores culturais atribuídos à paisagem tombada, numa consciente atitude crítica. Ao longo deste trabalho, discorremos de alguns exemplos nas rupturas do comportamento das arquiteturas históricas. Isso porque, no final da pesquisa pudemos perceber que essas rupturas ocorreram como resultados de processos de trocas culturais em diferentes tempos. Desta forma, podemos compreender a necessidade de assumirmos o dinamismo característico do objeto urbano, este especificamente em São Francisco do Sul como um porto dinâmico por sua história para submetê-los a conceitos referentes ao campo do patrimônio cultural e suas políticas públicas específicas.

> [...] Em São Francisco do Sul, onde não temos a predominância da arquitetura de um determinado período sobre um outro, a diversidade arquitetônica é norma. A fragilidade da maquiagem arquitetônica deve informar a leitura do documento construído para não induzir ao erro de aferir o período de construção de determinado edifício diretamente de seu aspecto formal. No entanto, a classificação do repertório estilístico serve-nos para que entendamos o processo paralelo, embora mais rápido,

[143] FOUCAULT, 1969, p. 146.

> de transformação dos códigos mais visuais do que arquitetônicos de que o homem reveste, como uma roupagem, o corpo espacial do seu habitat.[144].

O que a relatoria se refere nessa análise é que, para preservação dessa paisagem histórica, é necessário compreendermos o repertório estilístico que a compõe para que novas arquiteturas tragam contributo à ideia de vida marinha, sem que se perca sua identidade material portuária; um local de aporte de diferentes culturas. Para tanto, cabe também, para a paisagem de São Francisco do Sul, intensificar o convívio da diferença, atenuando os contrastes entre os lotes, harmonizando-os a partir de suas proporções e escala, no que o arquiteto relator caracteriza como "arquitetura menor":

> Não percebemos na cidade aqueles prédios que guardam em si as características de antiguidade e excepcionalidade que, até bem pouco tempo, a instituição vinha contemplando com o tombamento. Estas características conferem caráter monumental às construções, em razão de virtudes próprias às mesmas, distinguindo-as das outras, tradicionalmente chamadas de "arquitetura menor"[145].

Frente a esse posicionamento, o relatório de tombamento de São Francisco do Sul exaltou o caráter heterogêneo de arquiteturas menores e grande diversidade de elementos edificados na paisagem, sem a predominância de determinadas arquiteturas sobre outras. Ao tratarmos a paisagem de São Francisco do Sul como uma malha urbana portuária, composta por uma diversidade de arquiteturas menores, devemos ter em mente que qualquer intervenção fora da escala do conjunto pode acarretar uma desarmonia desastrosa para a paisagem tombada. Contudo, também tomamos como diretriz, em específico neste patrimônio onde não se tem o predomínio de um período histórico sobre outro, a continuidade da sobreposição e a diversidade de soluções edificadas. Torna-se, então, ao trabalho deste documento histórico a necessidade de interpretar e se fazer notar as singularidades das diversas arquiteturas e sua relação contextual,

> [...] temos em São Francisco, no conjunto desta arquitetura menor, uma grande diversidade de elementos. Esta falta de homogeneidade não é prejudicial à eleição de São Francisco do Sul como documento histórico a ser preservado; na verdade ela se apresenta como instrumental necessário à nossa análise [...][146].

Ou seja, um local onde se aportam coisas e culturas, onde se constrói e se apropria do diferente, "por guardar tanto a trama e a escala urbana iniciais, quanto grande número do acervo

[144]IPHAN, 1987, p. 22.
[145]IPHAN, 1987, p. 20.
[146] IPHAN, 1987, p. 24

edificado do final do século XVIII, do século XIX e do início do XX”[147]. Passados os trinta anos do seu tombamento federal como patrimônio cultural, hoje encontramos uma paisagem ainda mais heterogênea em arquiteturas e soluções espaciais, transmitindo um documento histórico para estudos de processos culturais, e imagem histórica de um característico porto brasileiro.

Muitas dessas arquiteturas coloniais permanecem documentadas na paisagem tombada, constituindo essa um documento histórico com registros de habitações do século XVII. Essas habitações podem ser encontradas principalmente no entorno da Igreja Matriz. Na Figura 30, apresentamos a visualidade algumas arquiteturas coloniais, típicas dessa região.



Figura 30 – Agrupamento de exemplos de arquiteturas coloniais São Francisco do Sul. 1. 2. 3. 4. 5. 6. Habitações térreas ao alinhamento do passeio público. 7. Casarão coloniais de um pavimento 8. Janelas altas. Fonte: AMBUS, 2019.

[147] IPHAN, 1987, p. 64

A partir desse agrupamento, podemos elencar diversos fatores similares em suas composições; baixa altura, lotes de pouca largura e grande profundidade, fachada de porta e janela, ritmo das aberturas, presença de beiras e telhas coloniais. Essas arquiteturas são referências para se estudar as características de comportamento social do período colonial da localidade. Podemos observar a formação dos lotes, da comunicação e socialização dos habitantes com o passeio público e sua relação entre público e privado. Inclusive a materialidade usada para construção, como vimos no capítulo três desta pesquisa.



Figura 31 – Casarão colonial de um pavimento junto a rua Babitonga. Ao fundo Igreja Matriz.
Fonte: AMBUS, 2019.

Dando continuidade a leitura desta paisagem tombada como documento histórico, - também pudemos observar a presença de arquiteturas referentes a alta imigração dos séculos XVIII e XIX, devido à colonização de Joinville. Vimos que nesse período, o que ocorreu foi uma reforma urbana baseada em princípios europeus, numa transição entre ocupação rural e urbana, induzida também pelo crescimento econômico e industrial da estrada férrea e do mercado marítimo do final do século XIX. Essa urbanização deslocou as práticas mais religiosas da população em cultos católicos na praça da igreja, para um eixo da orla com galerias comerciais, lojas, clubes, empresas, mercados e restaurantes. A antiga vila colonial de aspectos

rurais passava por reformas urbanas e habitacionais, projetando-se como uma pequena cidade portuária e industrializada com arquiteturas de imigração.



Figura 32 - Agrupamento de arquiteturas de imigração de São Francisco do Sul. 1.2. Casas com fachada junto ao passeio. 4.5.6. Casas tipo chalés. 7.8.9. Galerias comerciais junto a rua da praia. Fonte: AMBUS, 2019

Na primeira fotografia da Figura 32, da esquerda para direita, observamos uma arquitetura colonial que passou por reformas ao estilo eclético, com a fachada em porta e janela ritmada, platibanda e elementos decorativos com balaústres, pinhas, adornos nas janelas e porta. Na segunda, uma arquitetura que manteve o ritmo das aberturas de fachada de porta e janela como as coloniais, porém com uma pequena varanda no sótão com telhado de inclinação paralela ao passei público, característico das arquiteturas germânicas. Nas proximidades do pé dos morros, encontramos a presença de chalés de gosto nórdico como as figuras três, quatro e cinco, com uso de madeiras associadas à alvenaria, edificações soltas no terreno num jogo de volumes típicos de arquiteturas de zonas frias. Já a sexta, visualizamos um tipo característico

que são as geminadas, e porão alto, já com garagem para automóveis. A sétima e oitava fotografia com arquiteturas localizadas na rua Babitonga. A primeira num estilo classicizante germânico com galerias no térreo e hospedagem no pavimento superior, e por último a oitava fotografia com a fachada toda em galerias, carregada de ornamentos buscando uma integração entre os ambientes internos e o passeio público.

> Os armazéns, que se distribuem por toda a orla da cidade, configuram um programa arquitetônico bastante caraterístico em São Francisco. Todos mantêm uma arquitetura classicizante, mas sem unidade estilística do neoclássico; seu volume e suas características marcam visualmente o frontispício da cidade [...] A influência da imigração alemã em Joinville se faz presente nas grandes inclinações dos telhados de alguns sobrados, nos chalés, nas residências em madeira e em exemplares de arquitetura residencial de meados do século XX que contêm referenciais a um gosto nórdico[148].

Hoje essas arquiteturas estrangeiras destacam-se na paisagem histórica de São Francisco do Sul, como os armazéns de estocagem da empresa Hoepcke & Cia, de 1902, atual Museu Nacional do Mar e o Mercado Público Municipal aterrado sob a baía Babitonga. Nesse caminho as arquiteturas de imigração como o Clube XXIV de Janeiro (Figura 33), inaugurado em 1905 como marco visual e social da rua Babitonga, de frente para baía, com galerias no térreo e um salão no pavimento superior, coroamento com ornamentos de balaústres aplicados e uma arpa ao topo, remetendo o tema musical de que a construção foi objetivada. Vemos então, esta construção entre outras diversas distribuídas pela paisagem tombada repletas de ornamentos e expressões multiculturais de gosto europeu.

[148] IPHAN, 1897, p. 23.



Figura 33 – Orla de São Francisco do Sul com Clube XXIV de Janeiro ao centro em rosa e alfândega em amarelo a direita. Fonte: AMBUS, 2019

Acerca das arquiteturas do município no início do século XX, a partir das políticas nacionalistas e progressistas do governo de Getúlio Vargas, encontramos tipologias protomodernas e *art déco* (Figura 34). Essas arquiteturas hoje são registros da modernização tardia e popular local, sem a perda da escala de "arquiteturas menores" mantida ao longo de sua história. Podemos identificá-las pela linguagem racional sem elementos decorativos, com uso da volumetria escalonada das fachadas, possíveis somente com a introdução do sistema construtivo moderno de concreto armado.

Tais estruturas racionais possibilitaram edificações mais amplas com diferentes aberturas, ligadas diretamente ao uso dos espaços internos, compondo fachadas assimétricas, escalonadas, com linhas retas e referenciais navais, sem ornamentações excessivas. Essas soluções ficaram ligadas diretamente à introdução do ferro na construção civil, material esse que ingressou e passou a ser utilizado no município através do mercado portuário.



Figura 34 - Exemplares de arquiteturas protomodernas e *art déco* de São Francisco do Sul. 1. Edificação de uso comercial, com formas aerodinâmicas. 2.Cine Teatro X de Novembro, com fachada marcada pelo escalonamento vertical. 3. Habitação com formas aerodinâmicas, uso de pilotis e janelas tipo escotilhas. 4.Sindicato com fachada de sobriedade formal 5. Habitação com sacada tipo convés. 6.Habitação com fachada assimétrica e sacada com curvatura. 7. Habitação com laje sustentada por pilotis. 8. Fachada assimétrica com garagem e recuo no alinhamento do térreo. Fonte: AMBUS, 2019

Podemos observar nessa série a sobriedade e ausência dos elementos decorativos, a quebra dos ritmos das aberturas, a assimetria das fachadas, o uso do ferro, e o rompimento com os alinhamentos de fachada ao passeio público, característico da antiga malha colonial. Outra observação, é a presença da linguagem naval, muito difundida pelo movimento *art déco* devido as expansões marítimas seguidas de transatlânticos ocorridas na época, com janelas tipo escotilha, esquinas arredondadas em referência à aerodinâmica, e terraços como convés, caracterizando algumas arquiteturas das regiões portuárias do início do século XX no Brasil. Um exemplo emblemático dessa linguagem *art déco naval* é a arquitetura da prefeitura municipal de São Francisco do Sul. De dois pavimentos, a edificação toma partido das aberturas que atravessam os dois pavimentos, produzindo através da transparência uma verticalidade marcada também pelo escalonamento dos elementos decorativos estruturais. A esquina marca

a entrada principal, que possui a quina arredondada e faz uso de janelas tipo escotilhas, trazendo a memória das antigas pontes de comando dos navios transatlânticos deste período.



Figura 35 – Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul. Exemplar *art déco*. Fonte: AMBUS, 2019

Já a partir da metade do século XX, vimos través da análise arqueológica que se iniciou em São Francisco do Sul um movimento de implementação de preservação das arquiteturas históricas através do poder público municipal. Como consequência, surge neste momento na paisagem, movimentos de restauração construção de outras arquiteturas menores, principalmente térreas, mas agora de cunho historicista, buscando um diálogo com as políticas de preservação cultural iniciadas no município. A ação mais marcante destas políticas desagua no seu tombamento, que ocorre em 1987, aproximando o IPHAN ao município.



Figura 36 - Agrupamento de arquiteturas historicistas de São Francisco do Sul. 1 e 2. Arquitetura neocolonial térrea. 3.Pousada Zibamba. 4.Pousada Solar da Beira com fachada restaurada e excessiva expansão de pavimentos 5.Terminal Marítimo de Passageiros 6.Casa colonial restaurada que abriga Casa de Cultura Municipal. 7. Banco do Brasil em estilo pós-moderno 8.Receita Federal em estilo neocolonial Fonte: AMBUS, 2019

Neste momento, as novas arquiteturas produzidas na paisagem buscam resgatar características históricas das edificações para uso principalmente do mercado hoteleiro, cultural e comercial, em um esforço em promover a identidade histórica da cidade. A proposta administrativa do município neste período, pareceu incentivar a construção de arquiteturas historicistas, num estilo *rétro*[149], imitando formas do passado. Um suposto resgate do estilo colonial reinterpretado como reconhecimento da importância da história local, ou resgate de uma suposta origem do período colonial do país. Outra característica importante foram as reformas urbanas voltadas à valorização cultural, juntamente com as restaurações de imóveis

[149] De origem francês, esse termo se refere a quem imita, evoca ou exalta as maneiras e a moda de uma época do passado. Ver mais em https://www.cnrtl.fr/lexicographie/rétro

privados através do projeto Monumenta que ocorre em 2011, através de financiamentos federais.



Figura 37 – Terminal Marítimo de Passageiros do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul. Obra de restauração do Programa Monumenta em 2011. Fonte: AMBUS, 2019

Vemos, então, que essas diferentes arquiteturas ilustradas aqui dialogam com as camadas históricas desenvolvidas no capítulo três deste trabalho e compõem, como fragmentos materiais, a ideia de documento histórico. Uma reflexão sobre o trabalho da paisagem como documento histórico através das arquiteturas. Por isso, estudar, preservar e compreender a materialidade que corporifica a paisagem deste documento histórico, é o que torna a produção de normas de preservação para localidade um grande desafio que deve ser construído de forma interdisciplinar, sem incorrer ao erro de aferir um período histórico documentado na paisagem sobre outro. E nem interromper o dinamismo característico da cultura urbana que se desenvolve em paisagens portuárias brasileiras como esta.

4. CONCLUSÕES FINAIS: PAISAGEM PORTUÁRIA E CULTURAS HÍBRIDAS

Com este estudo de paisagem do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul, pudemos desenvolver um pensamento sobre a relevância dos estudos culturais dos antigos portos do Brasil. Ao interpretarmos o início da urbanização do país através da implementação do sistema colonial entre metrópole e colônia no século XVII, os portos tornam-se espaços nervais para o entendimento da configuração urbana nacional. Essa questão, podendo ser sintetizada na paisagem das áreas portuárias do século XXI, desperta uma série de conflitos políticos, econômicos e sociais.

Hoje, a situação de antigas paisagens portuárias históricas continua despertando diferentes interesses da sociedade civil como lugares de conflito cultural e disputa de usos. Localizados em sua maioria em áreas centrais das mais antigas cidades brasileiras e marcadas, no século que se inicia, pela luta popular por direito à cidade e à diversidade cultural; estes lugares tornaram-se lugares históricos sobre os processos de colonização, urbanização e imigração no país; paisagens urbanas que narram conflitos culturais fundadores do Brasil que conhecemos.

Nesse sentido, enquanto preservacionistas do patrimônio cultural, buscaríamos ferramentas possíveis para a valorização dessa memória. Na contramão deste entendimento, enxergamos, desde o final do século XX, a multiplicação de megaempreendimentos urbanos consorciados que se espalharam pelo país visando à renovação de áreas portuárias brasileiras, na conversão de arquiteturas históricas em espaços de consumo. Apelando para uma estética *retrofit*[150] internacional, incorporada das engenharias, busca-se pelo mercado imobiliário a implementação de programas comerciais com lojas, escritórios, restaurantes, cafeterias e souvenires impulsionando o interesse do capital privado sem um cuidado e diálogo devido com a cultura e a história local. Passada uma intensa industrialização do século XX, perderam-se os fins habitacionais, comerciais e empregatícios nos antigos bairros portuários brasileiros. Temos como exemplo, no Brasil, projetos consorciados que disputam juridicamente a possibilidade de implementar estes investimentos urbanos.

O Projeto Novo Recife no cais José Estelita[151] corresponde a um megaempreendimento imobiliário de requalificação urbana de uma antiga área portuária de mais de 100 mil metros

[150] Técnica das engenharias que moderniza construções consideradas ultrapassadas. Para saber mais: https://web.archive.org/web/20080501014905/ visualizado em 04 de junho de 2019.

[151] Ler mais em https://portal. aprendiz. uol. com. br/2019/04/01/o-cais-jose-estelita-e-cronica-de-mais-uma-morte-anunciada/ visualizado em 21 de junho de 2019.

quadrados da cidade pernambucana. Pertence a essa área um pátio ferroviário e antigos armazéns de açúcar em situação de abandono. O local hoje tornou-se palco de lutas entre a sociedade civil, o poder público e a iniciativa privada. Desde 2012, parte de um movimento local da sociedade civil, composto de advogados, jornalistas, engenheiros, arquitetos, médicos, antropólogos e estudantes reivindicam o uso público e a participação popular na concepção do projeto, que deveria valorizar os aspectos históricos da localidade, respeitar o meio ambiente dos rios Capibaribe e Beberibe e ter um investimento imobiliário participativo. Para os órgãos de competência à preservação cultural destes espaços, constituindo não necessariamente bens tombados pelo poder público, e fora da poligonal de entorno dos monumentos tombados dos bairros de São José e Santo Amaro, estaria esse sem amparo legal para avaliar tal empreendimento urbano. E que, para analisar para além das poligonais de tombamentos, fazia-se necessário aprofundar estudos acerca da sua "paisagem cultural". Ao final do primeiro semestre de 2019, em meio a diversos protestos e manifestações públicas dos ativistas, os investidores puderam avançar com o projeto consorciado na demolição dos armazéns, vistos como sem um valor arquitetônico significativo pelo poder público.



Figura 38 – Ocupação Cais José Estelita Recife/PE em 2016. Fonte: g1.globo.com

Na outra ponta do país, na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, a mesma disputa jurídica ocorre entre o consórcio Cais Mauá do Brasil S. A. e o movimento cultural Ocupa Cais Mauá encabeçado pela Associação Amigos do Cais do Porto - AMACAIS. Na busca de uma revitalização eficiente, transparente e democrática, o grupo de representantes da sociedade civil também enfrenta batalhas judiciais com os órgãos públicos municipais e federais e as instituições privadas responsáveis pelas obras. Planejado pelo político arquiteto e urbanista Jaime Lerner, também não saiu do papel até os dias atuais[152].

Podemos citar diversos locais portuários no país que despertam a atenção das políticas de preservação cultural. Podemos lembrar do infame caso do antigo Mercado Central da Praça Quinze no Rio de Janeiro, que foi local de maior importância na cidade carioca no abastecimento de pescados, frutas e verduras no início do século XX que, após ser atropelado pelo Elevado da Perimetral em 1960, foi demolido em 2010 pra ceder a novos projetos consorciados de revitalização. Hoje o que restou dessa construção é um torreão. Nada mais que um fragmento histórico da região portuária sem utilidade aparente. Outro caso sobre a região portuária carioca é a situação do Cais do Valongo e que tudo tem a ver com a história dos portos brasileiros. Construído no início do século XIX para o desembarque de africanos escravizados na cidade do Rio de Janeiro, foi descoberto durante as obras consorciadas do Porto Maravilha em 2011[153].

Por essa razão, mais do que a reprodução de soluções arquitetônicas importadas de países estrangeiros, faz-se necessário estudarmos e compreendermos o que compõe de fato as singularidades e as potencias destes antigos lugares que calçaram a urbanização brasileira, do qual a compreensão histórica nos serve como aporte para elaborarmos soluções de continuidade no presente. Além disso, compreender a paisagem de fragmentos materiais históricos que estes lugares se tornaram, além da gama de possibilidades de novos usos e apreciações pela diferença das arquiteturas e escalas junto a antigas coberturas industriais, evidencia sua relevância enquanto patrimônio cultural urbano.

Cenários de intensas trocas culturais, a fronteira marítima com países de outros continentes se configura como paisagens históricas que narram choques culturais e diversidade em tempos de globalização. Estas manifestações conduzem estudos acerca dos novos usos das áreas portuárias brasileiras, sem a perda de identidade e de história.

---

[152] Ler mais em https://www. sul21. com. br/ultimas-noticias/geral/2019/04/cais-maua-do-brasil-diz-que-foi-informado-de-possivel-rescisao-de-contrato-pela-imprensa-e-pede-dialogo/ visualizado em 21 de junho de 2019

[153] Ler mais em http://www. unesco. org/new/pt/brasilia/about-this-office/single view/news/valongo_ wharf_is_the_new_ brazilian_site_ inscribed_on_unesco/ visualizado em 21/03/2019.

Percebemos que em São Francisco do Sul as práticas desenvolvidas entre os habitantes e o mar conduziu a construção da paisagem tombada. Além das soluções estruturais urbanas dos portos, como trapiches e embarcadouros, a paisagem é moldada por um conjunto de pequenas arquiteturas históricas. Podemos dizer, então, que os antigos bairros portuários do Brasil, podem ser pensados a partir do resultado de cruzamentos culturais. Característico dos espaços de fronteira, estes lugares resultam em paisagens urbanas heterogêneas, com sobreposição de diferentes soluções de arquiteturas e culturas consequência das altas imigrações ocorridas. O que se vê hoje, são lugares que ilustram a troca entre hábitos culturas locais e estrangeiros resultando no comportamento característico da pós-modernidade na américa: a mestiçagem cultural[154].

Buscando compreender os processos sociais que se manifestam na cidade de São Francisco do Sul a partir da ideia e vida marinha, desenvolvemos anteriormente uma leitura da paisagem tombada através da polifonia de arquiteturas de diferentes tempos e estilos que se manifesta, alinhavando-as pela identidade portuária. Partimos então, do estudo Canclini (2006) sobre *Culturas Híbridas.* Neste estudo, o antropólogo reflete sobre os processos de misturas culturais que são característicos da América Latina na modernidade. O referido autor considera que as culturas americanas modernas são frutos de fusões culturais, para estabelecer como objeto de estudo os cruzamentos, os conflitos e as contradições.

> A mistura de colonizadores espanhóis e portugueses, depois de ingleses e franceses, com indígenas americanos, à qual se acrescentaram escravos transladados da África, tornou a *mestiçagem* um processo fundacional nas sociedades do chamado Novo Mundo[155].

Ao refletir sobre este processo, o autor também se refere à palavra hibridação, ao mencionar que esta surge de "processos socioculturais, nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos ou práticas"[156]. Nesse sentido, o autor concentra seu estudo em processos de hibridação cultural, compreendendo este como o cruzamento de estruturas discretas que, a priori, já são fontes não puras. Ou ainda, o processo de hibridação cultural "abrange diversas mesclas interculturais - não apenas raciais, às quais costuma limitar-se o termo 'mestiçagem' - e porque permite incluir as formas modernas de hibridação, melhor do que 'sincretismo', fórmula que se refere quase

[154] CANCLINI, 2006. GRUZINSKI, 2001.
[155] CANCLINI, 2006, p. XXVII.
[156] CANCLINI, 2006, p. XIX.

sempre a fusões religiosas ou de movimentos simbólicos tradicionais". [157] Para entendermos melhor essa diferenciação, o historiador francês Serge Gruzinski (2001) que também estuda as fusões culturais na América Latina, utiliza tanto o termo "hibridação", como também "mestiçagem", porém os diferencia da seguinte forma:

> Empregaremos a palavra "mestiçagem" para designar as misturas que ocorreram em solo americano no século XVI entre seres humanos, imaginários e formas de vida, vindos de quatro continentes – América, Europa, África e Ásia. Quanto ao termo "hibridação", aplicaremos às misturas que se desenvolvem dentro de uma mesma civilização ou de um mesmo conjunto histórico – a Europa cristã, a Mesoamérica – e entre tradições que, muitas vezes, coexistem há séculos[158].

Sendo assim, podemos interpretar que Gruzinski (2001) utiliza o termo "mestiçagem" ao se referir a misturas culturais que ocorrem em solo americano entre imaginários e estrangeiros. Para compreendermos o caráter dessa manifestação, devemos assimilar que essas trocas culturais ocorrem de diversos formatos. Peter Burke (2006), em seu estudo sobre hibridismo cultural, alerta ao caráter de mão dupla que as trocas culturais apresentam, podendo ser assimiladas de maneira aberta e voluntaria, como também de forma violenta e impositiva, através de uma estrutura social vertical de poder, em muitos casos de colonização, ou até mesmo como vimos estar presente na história de São Francisco do Sul, aqui descritas anteriormente.

Articulando os autores e conceitos apresentados, voltamos aos estudos do campo do patrimônio cultural, para problematizá-los dentro desta perspectiva. Para Canclini,

> A investigação, a restauração e a difusão do patrimônio não teriam por finalidade central almejar a autenticidade ou restabelecê-la, mas reconstruir a *verossimilhança histórica* e estabelecer bases comuns para uma reelaboração de acordo com as necessidades do presente[159].

Aproximando este conceito a problemática do nosso objeto de estudo, o Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul manifesta na materialidade da paisagem memórias e influências culturais de populações desterradas, um lugar de passagem e permanência, cruzamentos culturais; uma paisagem portuária. Conforme Bhabha (2013), surge no mundo do capitalismo tardio uma ansiedade em unir o global com o local[160] através da emergência de novos sujeitos históricos que encontram figurações da globalização cultural nos

[157] CANCLINI, 2006, p. 19.
[158] GRUZINSKI, 2001, p. 62.
[159] CANCLINI, 2016, p. 195.
[160] BHABHA, 2013, p.341.

entre-lugares. Lugares de enquadramentos duplos. Espaços que compreendemos como intersticiais.

Durante esta pesquisa, no Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul, observamos na materialidade das arquiteturas históricas, marcas que aludem processos de hibridação cultural. Percebemos que, durante o percurso analisado por nós sobre a história do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul, a harmonia entre as edificações, a "vizinhança", mostrou-se muitas vezes resultado do cuidado que novos habitantes tinham com o restante construído. Uma certa manutenção da escala das novas edificações, sem um apagamento definitivo do que o estrangeiro encontrava em solo americano.

Hoje, o caminhante que percorre o Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul pode observar diferentes estilos de arquiteturas históricas, dispersas ao longo de todo o terreno tombado, sem muitos alinhamentos excessivos. A harmonia da paisagem se dá muito mais pela manutenção de uma escala e respeito entre as arquiteturas pré-existentes do que na introdução de grandes planos urbanísticos ou reproduções forçadas de estilos passados. Um documento histórico dinâmico, diversificado e repleto de informações documentais.



Figura 39 – Rua Babitonga livre ao passeio público durante o evento anual da Festa das Tradições da Ilha em 2018. São Francisco do Sul. Fonte: AMBUS, 2019.

Outro ponto importante acerca da paisagem portuária, como vimos ao longo deste trabalho, é a influência que as características geográficas influenciaram na formação da malha urbana que corporifica essa paisagem de diversas soluções arquitetônicas. Vimos que os diferentes estilos de arquiteturas manifestadas correspondem diretamente aos contextos históricos vividos, ofertando assim um caráter documental histórico. O cuidado em equilibrar uma nova arquitetura com o lote vizinho concede a harmonia do todo da paisagem histórica, desenvolvendo diferentes soluções a partir dos condicionantes do tempo construído. O pedestre, em São Francisco do Sul, percorre caminhos ritmados entre arquiteturas antigas e novas e a intensa presença da natureza exuberante que surge entre esquinas que conduzem ao mar da báia e influem na identidade portuária manifestada. Ou seja, essa paisagem

> [...] tem como ponto em comum o porto - exatamente o que percorre toda a história da cidade. É uma ideia de vida marítima, intrínseca aos habitantes, que perpassa a cultura local: seus prédios novos ou antigos, suas ruas; a certeza de, a cada passo, avistar a baía a cada esquina que se dobra ver o mar num vazio entre dois prédios, ou numa rua que dentro dele termina[161].

A partir deste entendimento, propomos neste estudo a preservação de marcas essenciais para leitura e compreensão da paisagem tombada enquanto documento histórico; a ideia de vida marinha. A imagem de cidade multicultural portuária brasileira formada por imigrações diversas. Nesse eixo condutor, pensar o agenciamento das arquiteturas da paisagem enquanto documento histórico dinâmico, que possui um *status quo* de vida marinha manifestada em práticas materiais e imateriais, envolve exercitar o que de fato significa essa definição para São Francisco do Sul.

Atrelada então a um cotidiano de vida marinha, a paisagem histórica se manifesta em um sítio propício a práticas portuárias, englobando uma grande diversidade de elementos arquitetônicos de diferentes tempos construídos, dialogando entre si, numa base de malha urbana colonial do século XVII. Fachadas com diferentes tratamentos, mansardas, mirantes, decks, trapiches, calçadões, espaços de lazer, pesca e até mesmo a balneabilidade. Essas e muitas outras ideias criativas podem e devem fazer parte do planejamento deste patrimônio cultural, para sua apreciação enquanto ambiente que preserva o habitat que o constitui.

> Mais do que peculiaridades arquitetônicas, o cuidado com o frontispício da cidade deve estar presente nas intervenções futuras. Neste momento, devemos ter em mente, também em função da referida diversidade de elementos arquitetônicos, tratamentos

[161] IPHAN, 1987, p. 24.

> diferenciados, reportando-se sempre àquilo que os caracteriza enquanto elemento explicativo e esclarecedores da evolução do processo antrópico de construção da cidade[162].

Pela multiplicidade de elementos, observarmos essa paisagem histórica já enquanto composição de fragmentos. Uma singela paisagem portuária provida pelas características geográficas favoráveis e mestiça pela diversidade de elementos e estilos arquitetônicos construídos pelo aportado. O esqueleto da paisagem é a malha urbana colonial considerando as proporções das ruas, a relação das quadras, o microparcelamento dos lotes e escalas baixas das arquiteturas. Os estilos das arquiteturas são variáveis e contextuais historicamente. Marcas sociais que influenciam o modo de construir e as formas das arquiteturas na paisagem portuária.

Uma multiplicidade de elementos edificados atravessados pela identidade cultural portuária. No capítulo dois, desenvolvemos questões nervais acerca dos usos sociais do patrimônio cultural e a demanda que este exige ao tratarmos o objeto de forma multidisciplinar. Assim, apresentamos a necessidade de desenvolvermos práticas transdisciplinares no trabalho da arquitetura e do urbanismo, com a finalidade de despertarmos impulsos existenciais, subjetivações através do patrimônio cultural urbano. Investigamos as justificativas que foram apresentadas como valores de tombamento deste patrimônio cultural urbano, para com elas trabalharmos sua desenvoltura com maior domínio e fundamento de preservação da paisagem tombada.

No capítulo três realizamos um exercício de leitura da paisagem identificada, recortada e valorada como documento histórico constituída por diferentes arquiteturas que, de primeira impressão, não dialogam em conjunto, ou estão desarticuladas. Para isso utilizamos o método arqueológico desenvolvido por Foucault (1969), que possibilita a análise de documentos. Desenvolvemos no capítulo quatro, estudos sobre a preservação da paisagem. Para atingir este objetivo, refletimos sobre as atribuições que o arquiteto urbanista deve atentar ao propor ferramentas de trabalho a documentos históricos.

O resultado primeiro foi o trabalho de planejamento urbano em macro escala da paisagem tombada delineando uma poligonal de entorno imediato. Esse planejamento foi apresentado a partir de análises da paisagem, setorizando áreas de expansão urbana, expansão portuária e preservação natural. Problematizamos neste estudo o binômio arquitetura-natureza na tentativa de dar maior corpo e coerência a paisagem tombada através da delimitação de entorno partindo para a ideia de “arquitetura habitat”.

---

[162] IPHAN, 1987, p. 24-25.

O estudo seguinte trata mais especificamente da investigação conceitual e criativa do trabalho do documento histórico, buscando embasamento no trabalho do acervo das diferentes arquiteturas históricas dispostas na paisagem tombada. Trabalhamos a ideia de documento dinâmico constituído de um acervo de arquiteturas menores edificadas em uma malha urbana do século XVII, de tempos e estilos diversos, passíveis de estetização enquanto paisagem histórica portuária e mestiça. Essa estratégia busca não apenas preservar por preservar, mas propor linguagens potentes da historicidade portuária que se manifesta na paisagem tombada de São Francisco do Sul.

A dinâmica urbana atual do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul é articulada pelos seus atuais gestores como polo turístico e educacional da macrorregião que atende o norte do estado de Santa Catarina e a região metropolitana do Paraná. Devido a sua estratégica localização geográfica litorânea, o município é visado como excelente polo de veraneio da região contraponto com a constância de grandes investidas de expansão do setor industrial e principalmente do mercado portuário internacional, que conduz impactos de desequilíbrio neste patrimônio cultural e sua ambiência.

Poucos anos antes do processo de tombamento desta paisagem histórica, Aloísio Magalhães, durante sua direção frente ao IPHAN entre 1979 e 1982, diagnosticou o conflito entre o capital e a cultura popular no Brasil como uma ameaça a perda dos "componentes fundamentais" que definem a personalidade das culturas brasileiras. Segundo o então diretor do órgão, essa perda se daria principalmente por consequência do "[...] acelerado processo universal de integração determinado pelo avanço tecnológico"[163]. Ou seja, o acelerado processo de industrialização e modernização das cidades brasileiras sem o devido cuidado e planejamento necessários, conduziria as populações a um achatamento cultural por intermédio de acessíveis tecnologias globais e massificação da comunicação audiovisual.

Hoje vivemos globalmente essa ameaça. O início do século XXI é marcado por uma grande onda homogeneizante de comportamentos culturais através do avanço de políticas neoliberais de capitalização dos espaços, expulsando populações tradicionais de seus bens culturais para altos rendimentos lucrativos privados. Por essa razão, torna-se necessário pensarmos quais marcas estamos deixando em nossas paisagens urbanas para o entendimento futuro do que fomos como sociedade. Induzir processos criativos de apropriação das paisagens históricas, juntamente com políticas públicas de habitação aos sujeitos detentores desses bens, aproxima o uso destes lugares para solucionar as problemáticas urbanas da contemporaneidade.

[163] MAGALHÃES, 1984 apud GONGALVES, J. R. dos S. , 2002, p. 30.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, V. M. C. da C; BANDEIRA, D. da R. ; MEIRA, R. B. **Indígenas dos séculos XVI-XVII em São Francisco do Sul/SC**. UNIVILLE. 2016.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. **De Criciúma para o Mundo: Rearranjos familiares de novos migrantes brasileiros.** Florianópolis: Editora Mulheres, 2012.

BANDEIRA, Dione da Rocha; BORBA, Fernanda M. ; ALVES, Maria Cristina. **Patrimônio cultural de São Francisco do Sul com base na pesquisa em arqueologia histórica.** Joinville, SC: Editora Univille 2017.

BANDEIRA, Dione da Rocha; BORBA, Fernanda M**. Escravos na Vila de São Francisco do Sul/SC no período oitocentista: funções desempenhadas, constituição de famílias e habitações construídas**. Revista Latino-Americana de História Vol. 2, nº. 9. PPGH-UNISINOS. Dezembro de 2013.

BARDI, Lina Bo. **Lina Bo Bardi**. Marcelo Ferraz (org.). São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1993.

BARDI, Lina Bo. **Lina por escrito: textos escolhidos de Lina Bo Bardi.** Silvana Rubino, Marina Grinover (org.). São Paulo: Cosac Naify, 2009.

BARDI, Lina Bo. **Contribuição Propedêutica ao Ensino da Teoria da Arquitetura.** Instituto Lina Bo e P. M. Bardi. São Paulo, setembro de 1957.

BISPO, A.A. (Ed.). **São Francisco do Sul (SC) Interferências de processos coloniais. De regiões serranas ao litoral: ultramontanismo de missionários alemães em epopeias de aclimatação**. Revista Brasil-Europa: Correspondência Euro-Brasileira 150/13(2014:4). http://revista.brasileuropa.eu/150/Sao_Francisco_do_Sul_SC.html

BHABHA, HOMI K., 1949- **O local da cultura** / Homi K. Bhabha; tradução de Myriam Ávila, Eliane Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. – 2. ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BICCA, BRIANE E. P. ; BICCA, PAULO R. S. **Arquitetura na formação do Brasil** – 2ed. - Brasília: UNESCO, IPHAN, 2008.

BRASIL. **Lei 3.924 de 26 de junho de 1961.** Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 jul. 1961. Disponível em: <http://www. planalto. gov. br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L3924. htm>.

BRASIL. **Decreto-lei n° 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 30 nov. 1937. Disponível em: <http://www. planalto. gov. br/CCIVIL/ Decreto-Lei/Del0025. htm>.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos** / Nabil Bonduki. – Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta, 2010.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BUGAY, Eliane Regina; SILVA, Andréa de Souza Marques. **Revitalização do Sítio Histórico de São Francisco do Sul**. Florianópolis: 1985. Trabalho de Conclusão de Curso. UFSC. Centro Tecnológico. Departamento de Arquitetura e Urbanismo.

BURKE, P. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2016.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade**. Trad. Heloísa PezzaCintrão, Ana Regina Lessa. 4. ed. 1. – São Paulo: USP. 2006.

CALAZANS, Marília Oliveira**. Os sambaquis e a arqueologia no Brasil do século XIX.** Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CASTRIOTA, L. B. , MONGELLI, M. M. **Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto V. 1**. Brasília, DF: IPHAN; Belo Horizonte, MG: IEDS, 2017

CHUVA, Márcia; PESSOA, José. **Centro Histórico de São Francisco do Sul**. In: IPHAN. Caderno de Documentos 2. Estudos de Tombamento. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

DEBLASIS, Paulo; KNEIP, Andreas; SCHEEL-YBERT, Rita; César Giannini, PAULO; GASPAR, MARIA DULCE. **Sambaqui e Paisagem: Dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil**. Arqueología Suramericana / Arqueologia Sul-americana 3(1):29-61, 2007.

DEBLASIS, PAULO; SUZANNE K. FISH; MARIA DULCE GASPAR E PAUL R. FISH. **Some references for the discussion of complexity among the sambaqui mound builders from the southern shores of Brasil**. Revista de Arqueologia Americana 15:75-105, 1998.

DEMATHÉ, Alexandro. **Entre sambaquis, redes e naufrágios: arqueologia costeira no Parque Arqueológico do Sul (SC)** / Alexandro Demathé –Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

FILHO, A. G. **O porto de São Francisco do Sul na dinâmica regional catarinense.** Revista Nova Economia. Belo Horizonte 18 (1) 91-118. Janeiro-Abril 2008.

FOUCAULT, Michel, 1926-1984. **A arqueologia do saber** / Michel Foucault; tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, . -7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária

FRAZÃO, SAMIRA MORATTI. **Política (i)migratória brasileira e a construção de um perfil de imigrante desejado: lugar de memória e impasses.** ANTÍTESES, V. 10, N. 20, P. 1103-1128, JUN/DEZ. 2017

GASPAR, MADU. **Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2004.

GASPAR, MARIA DULCE E PAULO DEBLASIS. **Construção de sambaquis. Anais da VI Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia**. Brasileira 2:811-820, 1992.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Sistema portuário catarinense: a construção dos portos de São Francisco do Sul, Itajaí e Imbituba**. In:Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada, 2005, PortoAlegre.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. **A obsessão pela cultura.** In: Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Iphan, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil** – Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Iphan, 2002.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço.** São Paulo. Companhia das Letras, 2001.

GUATTARI, Félix, 1930-1992. **Caosmose: um novo paradigma estético** / Félix Guattari; tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. – São Paulo: Ed. 34, 1992.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro - 10. ed. - Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 18º ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

HAESBAERT, R. **Hibridismo cultural, "antropofagia" identitária e transterritorialidade.** In: BARTHE-DELOIZY, F. , SERPA, A. Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia. Salvador: EDUFBA; Edições L'Harmattan, 2012, pp. 27-46.

ICOMOS**. Declaração de Xi'an Sobre a Conservação do Entorno Edificado, Sítios e Áreas do Patrimônio Cultural.** China: ICOMOS, 2006. Disponível em: <http://www. international. icomos. org/charters/xian-declaration-por. pdf>. Acesso em: 25 mar. 2015.

IPHAN. **Processo de tombamento nº 1163-T-85. Centro Histórico e Paisagístico da Cidade de São Francisco do Sul.** Arquivo Central do IPHAN. Rio de Janeiro, 1987.

IPHAN. **Processo de tombamento. nº1180-T-85. Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cuiabá/MT.** Arquivo Central do IPHAN. Rio de Janeiro, 1985

IPHAN. **Museu do mar: São Francisco do Sul- SC.** – Brasília, DF: IPHAN /MONUMENTA, 2008.

IPHAN**. Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos**/ organizadora, Érica Diogo. – Brasília, DF : Iphan / Programa Monumenta, 2009.

IPHAN. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, número 1**. Ministério da Cultura, Rio de Janeiro, RJ: Iphan, 1937.

IPHAN. **Exposição Barcos do Brasil reúne a maior coleção de embarcações do patrimônio naval**. Disponível em http://portal. iphan. gov. br/sc/noticias/detalhes/4661/exposicao-barcos-do-brasil-reune-a-maior-colecao-de-embarcacoes-do-patrimonio-naval. Acessado em 10/03/2019. 2018.

LANGER, J. **Os sambaquis e o Império: escavações, teorias e polêmicas, 1840-1889**. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 77: 35-53, 2001.

LINS, Hoyêdo Nunes, 2010. **Fourierismo no Brasil Meridional: a saga do Falanstério do Faí (1841-1844).** Revista História Econômica & História de Empresas XIII. 1 (2010), 31-72.

LE GOOF, Jacques, 1924. **História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão. . . [et al.]. – 5ª ed. – Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.

LUCA, V. M. de; MARTINS, M. C. (Coord.). **Estudos, levantamentos e consultorias sobre o centro histórico de São Francisco do Sul/SC**. IPHAN, 2008.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira**. A tutela do patrimônio cultural sob o enfoque do Direito Ambiental.** Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2007.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. **Repovoar o patrimônio ambiental urbano.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n. 36, p. 39- 52, 2017.

MOTTA, Lia. **Patrimônio urbano e memória social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural – 1975 a 1990.** Lia Motta – Rio de Janeiro: UNIRIO 2000.

MOTTA, Lia, TOMPSON, Analucia. Entor**no dos bens tombados/Programa de Especialização em Patrimônio do IPHAN**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

NADALIN, Sergio Odilon. **Rumo à América: passageiros da rota Hamburgo–São Francisco do Sul na segunda metade dos Oitocentos**. Rev. bras. estud. popul. [online]. 2018, vol. 35, n. 3, e0065. EpubFeb 21, 2019. ISSN 0102-3098.

OLIVEIRA, Olivia de. **Lina Bo Bardi: obra construída.** 3ª edição. São Paulo. Editora Gustavo Gili, 2014.

PAULI, R. C. S. **Representações sociais sobre o centro histórico tombado de São Francisco do Sul.** 2010. Dissertação de mestrado. – UNIVILLE, Joinville, 2010.

PEREIRA, V. M. **São Francisco do Sul: o patrimônio que se estabelece e a paisagem que se constrói.** Dissertação de mestrado. Orientador Gilberto Sarkis Yunes. UFSC, 2007.

PIMENTA, M. de C. A., PIMENTA, L. F**. Paisagem e diversidade culturais como perspectiva de construção social**. In: CASTRIOTA, L. B. , MONGELLI, M. M. Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto V. 1. Brasília, DF: IPHAN; Belo Horizonte, MG: IEDS, 2010.

POSENATTO, Júlio. **Pesquisando Arquitetura / Júlio Posenato.** – Porto Alegre: Corag/CAU-RS, 2016.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio.** Estudos Históricos, n. 3 Rio de Janeiro: 1989.

POZZOBON, B. C. **Preservação do Patrimônio Cultural: discutindo ações para o Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul/SC.** Dissertação Mestrado PEP/MP/IPHAN. Rio de Janeiro, RJ. 2016.

RABELLO, Sonia. **O Estado na Preservação de Bens Culturais**: o tombamento. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

RIBEIRO, Darcy; MOREIRA NETO, Carlos de A. **A fundação do Brasil: testemunhos, 1500 – 1700**. Petrópolis: Vozes, 1993.

RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. **Metodologia Científica: guia prático de pesquisa.** Revista Dissertar. Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro, agosto de 2017.

RIBEIRO, RafaelWinter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, 2007. (Série Pesquisa e Documentação do IPHAN: 1).

REIS FILHO, Nestor Goulardt. **Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720).** Biblioteca Pioneira de Arte, Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, 1968.

REIS, Marcio Vinícius. **O art déco na *Obra Getuliana.* Moderno antes do modernismo** / Márcio Vinícius Reis. – São Paulo: FAUUSP, 2014.

REISEWITZ, Lúcia. **Direito ambiental e patrimônio cultural: direito à preservação da memória, ação e identidade do povo brasileiro.** São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2004.

ROLNIK, Suely. **Subjetividade Antropofágica**. In: HERKENHOFF, Paulo e PEDROSA, Adriano (Edit.). Arte Contemporânea Brasileira: Um e/entre Outro/s, XXIVa Bienal Internacional de São Paulo. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 1998. P. 128-147

SANT'ANA, Marcílio Ribeiro de. **Livre circulação de trabalhadores no Mercosul?** In: CASTRO, Mary Garcia (coord.). Migrações Internacionais: Contribuições para Políticas. Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD), 2001, p. 73-93

SANT'ANNA, Mácia. **Da cidade-monumento à cidade-documento: norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990**. Salvador: Oiti Editora, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais** / Tomaz Tadeu da Silva (org.) Stuart Hall, Kathryn Woodward. 8. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

VASCONCELOS, V. C. C. de. **Tramando redes: parentesco e circulação de crianças guarani no litoral do estado de Santa Catarina.** Dissertação de Mestrado. Orientadora, AntonellaTassinari. Florianópolis, UFSC, 2011.